



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Robson Oliveira Marques**

**POLÍTICA PÚBLICA PARA O IDOSO : um estudo da cidadania no grupo Cabelos de Neve do Programa Conviver em Campina Grande-Pb**

Natal  
2010

**Robson Oliveira Marques**

**POLÍTICA PÚBLICA PARA O IDOSO : um estudo da cidadania no grupo Cabelos de Neve do Programa Conviver em Campina Grande-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração na área de Políticas e Gestão Públicas

Orientadora: Profa. Dra. Jomária Mata de Lima Alloufa

Natal  
2010

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA  
Divisão de Serviços Técnicos

Marques, Robson Oliveira.

Políticas públicas para o idoso: um estudo da cidadania no grupo 'cabelos de neve' do programa conviver em Campina Grande – PB / Robson Oliveira Marques. – Natal, RN, 2010.

123 f.

Orientadora Prof. Dra. Jomária Mata de Lima Alloufa.

Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós – graduação em Ciências Administrativas.

1. Administração – Dissertação. 2. Cidadania – Dissertação. 3. Políticas Públicas – Dissertação. 4. Idosos – Dissertação. 5. Direitos Sociais – Dissertação. I. Alloufa, Jomária Mata de Lima. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 005.35(043.3)

Robson Oliveira Marques

**POLÍTICA PÚBLICA PARA O IDOSO : um estudo da cidadania no grupo Cabelos de Neve do Programa Conviver em Campina Grande-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração na área de Políticas e Gestão Públicas

Orientadora: Profa. Dra. Jomária Mata de Lima Alloufa.

Aprovado em : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Jomária Mata de Lima Alloufa  
Orientadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

---

Profa. Dra. Dalcy da Silva Cruz  
Examinadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

---

Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo  
Examinadora  
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Senhor Jesus pela oportunidade concedida e que esteve ao meu lado em todo o meu caminhar, conduzindo meus passos e me dando luz em meio às dificuldades que se fazem presentes em nossas vidas.

Agradeço à minha esposa pelo amor, cuidado, carinho, atenção e apoio concedido à minha pessoa durante todo o meu processo de caminhada nessa jornada.

Aos meus pais, pelo incentivo, orações e pelo apoio para a concretização desse trabalho.

À Dona Duplessis e o Sr. José Pontes pelas orações durante as minhas idas e vindas nessa trajetória.

A minha orientadora Profa. Dra. Jomária Mata de Lima Alloufa, pela ajuda nos momentos de dificuldades, mas, sobretudo, por sua paciência e acreditar em mim.

A todos os idosos do Programa Conviver, fonte viva desse trabalho.

Também agradeço a todos os meus amigos pela contribuição, ajuda e incentivo nesse período.

## RESUMO

Este estudo, sobre cidadania de idosos assistidos pelo Programa Conviver da Prefeitura Municipal de Campina Grande-Pb, tem como objetivo avaliar, na percepção dos usuários, como as ações do Programa Conviver contribuem para o exercício de sua cidadania. A cidadania entendida como a existência de direitos políticos, civis e sociais de acordo com as proposições teóricas de Marshall (2002). A pesquisa foi do tipo descritiva e um estudo de caso, com base nos procedimentos técnicos utilizados. O universo da pesquisa foi constituído pelos beneficiários do Programa Conviver cadastrados no Grupo de Convivência Cabelos de Neve, e a amostra constituída apenas pelos participantes ativos, há mais de dez anos do referido Grupo, correspondendo a um total de 10 idosos. No processo de coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada, apoiando-se em questionamentos básicos, em função da baixa escolaridade dos entrevistados, adaptado da teoria de Marshall (2002) sobre a construção da cidadania a partir do indivíduo. Os dados coletados foram tratados qualitativamente, utilizando o procedimento metodológico proposto por Bardin (2006) em uma das técnicas de análise de conteúdo denominada análise categorial. A análise foi dividida em quatro partes, seguindo as questões de pesquisa. Quanto aos Direitos Políticos, observou-se que o Programa não tem estimulado os seus assistidos quanto ao exercício de votar e ser votado. Nos Direitos Civis foi observado que o Programa tem estimulado ações que favorecem, aos assistidos, acesso aos seus direitos de justiça e acesso às atividades ocupacionais laborais. Com relação aos Direitos Sociais, observou-se que o Programa Conviver tem contribuído, em parte, para que seus usuários possam levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade, tendo falhado na área da educação. Quanto ao tipo de cidadania, verificou-se que o Programa tem estimulado a cidadania assistida.

Palavras-chave : Programa Conviver, Cidadania, Políticas Públicas

## ABSTRACT

The main objective of the study about the citizenship development in elderly attended by the Conviver Program of the City Hall of Campina Grande in Paraiba, Brazil was to evaluate how the actions of the Program contribute for the citizenship practice according to the users. The Citizenship analyzed is the existence of political, civil and social rights according to Marshall. For that it was utilized a descriptive research and a study of case based on technical procedure. The research was settled by the people who are benefited by the Conviver Program of the Snow Hair Group and the sample was formed by the active participants that it is in the Group for over ten years, corresponding to a total of ten elderly. For the data collection was utilized basic questionnaire in function of the low schooling of the interviewed, according to Marshall (2002) theory about the citizenship construction from each person. It was utilized the methodological procedure proposed by Bardin (2006), categorical analysis, in the qualitative data analysis, that was divided in four parts. In relation to Political Rights, noted that the program has stimulated your Watched on the exercise of voting and being voted. On the Civil Rights was observed that the Program has given incentive to actions which provide the users the justice rights in and in occupational activities as a job. In relation to Social Rights it was observed that the Conviver Program has contributed in order that its users can lead their lives according to the standards imposed by the society, which have being failed in the education area. As for the type of citizenship it was verified that the Program has given incentive to the served users, becoming more evidence on the speech basis.

Key words: Conviver Program, Citizenship, Public Policies

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

Quadro 1	Projeção da População Brasileira	12
Quadro 2	Estatuto do Idoso : crime x punição	43
Quadro 3	Tipos de Cidadania	57
Quadro 4	Atividades desenvolvidas pelo Programa Conviver junto aos grupos de idosos	63
Quadro 5	Seminários Municipais realizados pelo Programa Conviver	64
Quadro 6	Variáveis dos Direitos Políticos	73
Quadro 7	Variáveis dos Direitos Civis	74
Quadro 8	Variáveis dos Direitos Sociais	74
Quadro 9	Variáveis do Perfil Sócio-Demográfico dos entrevistados do Programa Conviver	78



## LISTA DE SIGLAS

ACEPSI	- Associação Cearense Pró-Idosos
CMCI	- Centro Municipal de Convivência do Idoso
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	- Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
LOAS	- Lei Orgânica de Assistência Social
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONGs	- Organizações não Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PMCG	- Prefeitura Municipal de Campina Grande
PMDB	- Partido Democrático Brasileiro
PPA	- Plano Plurianual
RMV	- Renda Mensal Vitalícia
SEMAS	- Secretaria Municipal de Assistência Social
SESC	- Serviço Social do Comércio
SESI	- Serviço Social da Indústria
SUS	- Sistema Único de Saúde
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	19
2.1	Políticas Públicas e seus Processos.....	20
2.2	Concepções sobre a Velhice .....	29
2.3	O Envelhecimento na Sociedade Brasileira.....	34
2.4	As Políticas Nacionais para Idosos no Brasil .....	37
2.5	Cidadania – Conceitos e Determinações Históricas .....	47
3	<b>PROGRAMA CONVIVER : O CASO EM ESTUDO</b> .....	59
4	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	69
4.1	Tipo de Pesquisa.....	70
4.2	Sujeitos da Pesquisa.....	71
4.3	Instrumento de coleta de dados.....	71
4.4	Variáveis do Estudo .....	72
4.5	Análise dos Dados .....	75
5	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	77
5.1	Caracterização dos Sujeitos.....	78
5.2	Programa Conviver x Direitos Políticos .....	85
5.3	Programa Conviver x Direitos Cíveis .....	92
5.4	Programa Conviver x Direitos Sociais .....	98
5.5	Tipos de Cidadania .....	103
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	113
	<b>APÊNDICES</b> .....	120

**Capítulo 1**

**Introdução**

## 1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da humanidade tem proporcionado uma série de estudos nas mais diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de proporcionar ao idoso uma vida com qualidade e com mais inserção junto à comunidade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em 2007 uma projeção da população brasileira de 1980 até 2050, a qual apresenta o comportamento e a composição dessa população, utilizando-se de dados referente a 2004. Estes dados serão apresentados em um quadro a seguir, onde podemos observar que a população brasileira, no ano de 1980, tinha uma composição predominante de pessoas com idade entre 0-24 anos, perfazendo um total de 70,4 milhões, e sendo que a participação dos idosos nessa composição, com 16,6 milhões de pessoas idosas, representava 14% da população total.

Com base na projeção para o ano 2050, o perfil da população brasileira apresenta uma mudança nessa composição quando se constata um crescimento muito elevado no número de idosos, que passará a uma população de 183,5 milhões, representando 85,2% da população brasileira. Comparando essa mudança do perfil de idade da população com base nessa projeção, percebe-se a importância e necessidade de estudos dessa temática, como também medidas no sentido de melhor conscientiza a sociedade e o poder público para a implementação de ações que contemplem as pessoas idosas, já que esta tendência do processo de envelhecimento populacional é mundial.

Segundo Veras (1994, p.31), “há uma perspectiva do Brasil possuir, em 2025, a sexta maior população de idosos no mundo”. À medida que a população envelhece, novas necessidades vão surgindo, tanto no campo dos serviços sociais como da saúde. Os problemas de saúde nas pessoas idosas, em sua maioria, são problemas crônicos, que precisam ser acompanhados de forma constante, necessitando criar estruturas que sejam compatíveis com essa nova demanda populacional.

Por outro lado, o aumento desse segmento populacional pressupõe o surgimento de novas oportunidades de trabalho para os profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento, ocasionado pelas necessidades de cuidado, atenção de ocupação e sobretudo de políticas públicas de assistência para responder as diversas demandas que serão apresentadas por esta população.

Quadro 1 - Projeção da População Brasileira

Grupos de idade	Projeção da população			
	1980	1990	2000	2008
<b>Total</b>	<b>118 562 549</b>	<b>146 592 579</b>	<b>171 279 882</b>	<b>189 612 814</b>
0 a 24 anos	70 363 097	80 418 237	84 821 134	84 516 822
0 a 14 anos	45 339 850	51 789 936	51 002 937	50 186 610
15 a 24 anos	25 023 247	28 628 301	33 818 197	34 330 212
15 a 64 anos	68 464 223	88 410 746	110 951 338	127 048 354
55 anos ou mais	10 330 774	14 046 545	19 337 378	25 331 797
60 anos ou mais	7 197 904	9 897 152	13 915 357	17 984 922
65 anos ou mais	4 758 476	6 391 897	9 325 607	12 377 850
70 anos ou mais	2 734 634	3 882 898	5 902 680	7 997 332
75 anos ou mais	1 421 333	2 128 901	3 247 249	4 664 348
80 anos ou mais	590 968	919 210	1 586 958	2 410 106

  

Grupos de idade	Projeção da população			
	2010	2020	2030	2050
<b>Total</b>	<b>193 252 604</b>	<b>207 143 243</b>	<b>216 410 030</b>	<b>215 287 463</b>
0 a 24 anos	83 083 466	75 427 382	65 474 084	50 814 142
0 a 14 anos	49 439 452	41 571 334	36 761 006	28 306 952
15 a 24 anos	33 644 014	33 856 048	28 713 078	22 507 190
15 a 64 anos	130 619 449	146 447 173	150 795 092	138 081 864
55 anos ou mais	27 256 417	39 848 822	53 238 287	79 073 987
60 anos ou mais	19 282 049	28 321 799	40 472 804	64 050 980
65 anos ou mais	13 193 703	19 124 736	28 853 932	48 898 647
70 anos ou mais	8 612 707	12 220 408	18 679 185	34 328 890
75 anos ou mais	5 026 875	7 309 457	11 064 331	22 659 940
80 anos ou mais	2 653 060	4 005 531	5 912 229	13 748 708

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008.

Por outro lado, profissionais que focalizam o envelhecimento como campo de atuação de sua prática profissional e construção de saberes vêm travando um embate, na tentativa de resgatar o valor social do idoso, que foi perdido ao longo do tempo.

As políticas públicas direcionadas para a população idosa se relacionam com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como com as ações reivindicatórias dos movimentos sociais. Um marco importante dessa trajetória foi a Constituição Federal de 1988, que introduziu em suas disposições o conceito de Seguridade Social, fazendo com que as redes de proteção social começassem a modificar o seu enfoque, até então, estritamente assistencialista e passando a ter um caráter de política pública de direito, não contributiva, de responsabilidade do Estado. Com o advento da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8742), em 07 de dezembro de 1993, foi criado o Sistema Descentralizado e Participativo

de Assistência Social, com o objetivo do compartilhamento do poder entre as três esferas do Governo (municipal, estadual e federal), com vistas a uma melhor efetivação das ações assistenciais, iniciando uma política inclusiva e integral, prestada como direito do cidadão.

A Política Nacional do Idoso, estabelecida pela Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994, estabelece em seu Art. 3º que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania. Essa lei foi resultado de inúmeras discussões e consultas ocorridas nos estados, das quais participaram idosos ativos, aposentados, professores universitários, profissionais da área de gerontologia e geriatria e várias entidades representativas desse segmento, que elaboraram um documento que se transformou no texto base da lei. Percebe-se, assim, o surgimento de uma maior preocupação com a criação de programas de políticas públicas por parte do governo federal, estadual e municipal por todo o país, visando cumprirem essas novas legislações em vigor. O Estatuto do Idoso, criado pela Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, também estabelece prioridade absoluta às normas protetoras ao idoso.

Com relação à cidadania, observa-se que se trata de um processo histórico em construção que emerge das relações de poder, estando sujeita a avanços e retrocessos, de acordo com a natureza do Estado e do regime, o tipo de sociedade e o grau de tendência para a luta, no sentido de exigir o cumprimento de seus direitos.

No município de Campina Grande-PB, as ações públicas voltadas para o idoso tiveram início em 1989, através da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS- quando foi criado o Programa Conviver, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social, porém, com execução descentralizada através do município. As atividades iniciaram-se com a ação de cadastramento dos idosos, a partir de 65 anos, para emissão e posterior recebimento de suas carteiras de identidades, visando desfrutar do direito de utilizar, gratuitamente, dos transportes coletivos no município, benefício esse garantido pela Constituição Federal de 1988.

O programa tem como objetivo principal proporcionar maior atenção ao idoso, oferecendo-lhes condições de viver em grupos, ocupando assim seu tempo ocioso com atividades educacionais, culturais e artísticas, como também lhes propiciando um engajamento com a comunidade, como forma de criar oportunidades de uma melhor interação social e troca de experiências. A partir daí, começaram a surgir os grupos de convivência de idosos, sendo o primeiro formado em 26 de setembro de 1990, no bairro de Santo Antonio, recebendo o nome de “Cabelos de Neve”, em homenagem a mais idosa participante. As atividades desenvolvidas nesses grupos baseiam-se em recreação, passeios, palestras educativas, participação em eventos, intercâmbio entre outros grupos de pessoas idosas e

visitas domiciliares. Atualmente, existem 14 grupos de idosos distribuídos em vários bairros da cidade.

Em 28 de julho de 2000, surge o Centro Municipal de Convivência do Idoso, mais um serviço oferecido pelo Programa Conviver, através de um atendimento especializado com profissionais de diversas áreas como: assistentes sociais, geriatras, pedagogas, professores de educação física, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas e psicólogos, além do pessoal de apoio, vigilância, cozinheiras e suas auxiliares. Outro serviço oferecido pelo Conviver foi o Disque Idoso, implementado em novembro de 2002, através de um sistema de escuta de denúncias de violências, maus-tratos, negligência, exploração econômica e abandono contra a pessoa idosa.

No Brasil, as políticas públicas tem se apresentado historicamente insuficientes diante da dimensão dos problemas enfrentados pela maioria da população brasileira. De forma mais compensatória do que transformadora, as ações do governo geralmente atenuam os efeitos sem combater as raízes do problema, mantendo o mesmo sistema que conserva o atual quadro de exclusão social já existente. Agravando ainda mais o problema, observa-se que nem sempre as decisões executadas pelos governantes conseguem proporcionar efeitos práticos. Existe uma grande variedade de coalizões de grupos tentando angariar maiores benefícios em causas próprias, podendo fazer-se presente o conflito de interesses entre o interesse público e o privado. Nunes (1992) destaca a complexidade dessa arena constituída, produzindo bens e serviços como objeto de transação no mercado ou como direito social.

Na primeira alternativa acima, o bem ou serviço é considerado como uma mercadoria a ser negociada entre o produtor e o consumidor, importando nessa troca as escolhas e aptidões dos atores envolvidos. Já na segunda alternativa, observam-se os bens e serviços sendo considerados como direitos sociais quando ultrapassam a racionalidade econômica das transações de mercado, proporcionando direitos dentro da dimensão do bem público.

No que diz respeito aos conflitos de interesses, alguns grupos poderão ser mais favorecidos do que outros, principalmente quando este possuem um histórico de reivindicações e articulações na sociedade. As deficiências também poderão ser ocasionadas por falhas processuais durante a implementação da política pública, podendo proporcionar resultados de fachada e de pouco efeito aos seus beneficiários (Lascoumes e Lê Galès, 2007), realçando a grande importância que deve ser dada a todo o processo que constitui uma política pública. O desenvolvimento social e econômico obtido no país não foi capaz, ainda, de proporcionar uma sociedade justa para todos, independentemente da idade.

Nessa perspectiva e partindo do que foi exposto sobre o tema e da necessidade de compreensão sobre a cidadania dos idosos do grupo Cabelo de Neve do programa municipal em análise, é pertinente perguntar: *na percepção dos usuários do Grupo de Convivência “Cabelos de Neve”, como as ações do Programa Conviver, no município de Campina Grande/PB, contribuem para o exercício da sua cidadania ?*

Em decorrência, para responder ao problema de pesquisa foram formuladas as seguintes questões de pesquisa: *a) como as ações do Programa Conviver contribuem para o exercício dos direitos políticos de seus usuários; b) como as ações do Programa Conviver contribuem para o exercício dos direitos civis de seus usuários; c) como as ações do Programa Conviver contribuem para o exercício dos direitos sociais de seus usuários; d) de acordo com a proposição teórica sugerida por Demo (2000), qual o tipo de cidadania presente na população beneficiária do Programa Conviver.*

O envelhecimento da população trás para a sociedade, uma questão considerada, por muito tempo, como algo exclusivo das famílias ou das ações sociais. A questão do idoso deixou de ser um assunto familiar para se tornar uma questão inerente a toda sociedade e, conseqüentemente ao Estado, em face das implicações sociais e econômicas que o aumento desse segmento acarretará na sociedade, visto que, até então, era uma população que só era conhecida pelas próprias famílias, tornando-se possuidora de direitos e necessidades e alvos das políticas públicas.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é avaliar, na percepção dos usuários do grupo “Cabelos de Neve”, como as ações do Programa Conviver, no município de Campina Grande/PB, contribuem para o exercício da sua cidadania, tendo como objetivos específicos: *a) identificar, na percepção dos usuários, como as ações do Programa Conviver contribuem para o exercício de seus direitos políticos; b) identificar, na percepção dos usuários, como as ações do Programa Conviver contribuem para o exercício de seus direitos civis; c) identificar, na percepção dos usuários, como as ações do Programa Conviver contribuem para o exercício de seus direitos políticos; d) observar, a partir da proposição teórica sugerida por Demo (2000), qual o tipo de cidadania presente na população beneficiária do Programa Conviver no município de Campina Grande-PB.*

Apesar do processo de envelhecimento e suas conseqüências serem a base da Gerontologia, um ramo recente da ciência, o tema envelhecimento remota a épocas tão antigas quanto a própria civilização. O processo do envelhecimento não se limita apenas às transformações biológicas, mas também implica em mudanças que podem variar de acordo com o desenvolvimento psicossocial de cada idoso.



Este tema, apesar de ser tão discutido e debatido atualmente, foi negligenciado por muito tempo, tanto pela sociedade como também pelo próprio poder público, através da ausência de políticas públicas para esse segmento por muitos anos.

Por outro lado, observa-se ainda que algumas questões emergentes, como a luta pela defesa e garantia dos direitos do idoso brasileiro, ainda representam um desafio para o conjunto das ciências e para o poder público, no que diz respeito à importância do idoso na sociedade, principalmente quando se observa nas últimas décadas que os idosos tem-se tornado, em muitas famílias, mantenedores dos filhos e da família dos filhos, mesmo que seja com um salário mínimo. Nesse contexto, faz-se necessário que a sociedade e o poder público reflitam sobre a dimensão deste problema como também observem as pesquisas que já foram concluídas, como as que estão sendo desenvolvidas nessa área como fonte de informação e orientações.

O fato de alguns governantes não estarem atentos às demandas da população poderá ocasionar equívoco e perda de dinheiro, principalmente formulando e implementando políticas ineficazes que não trarão benefícios ao seu público que deveria ser beneficiado com políticas públicas inclusivas e abrangentes. Apesar da sociedade está em processo de envelhecimento, ela continua dinâmica, mudando e oferecendo diversas oportunidades, como a figura do cuidador de idosos e de diversos outros serviços que estão surgindo em função da demanda e da necessidade que tende a crescer cada vez mais.

A importância de tratar do tema da avaliação de políticas públicas referente ao idoso, ocorre à medida em que os projetos e programas destinados à pessoa idosa se multiplicam, principalmente os implementados pelo poder público, enfatizando a exigência de verificar os resultados dessas políticas, para conhecer o que está acontecendo e atuar, em seguida, sobre os fatos, de forma a realizar ajustes necessários, economizando dessa forma tempo, recursos e elevando a credibilidade das ações públicas.

A escolha em trabalhar a avaliação de políticas públicas se deu por acreditar que ela não se configura como uma simples formalidade, que utiliza cálculos matemáticos para exprimir um resultado exato envolvendo o que foi gasto e o seu resultado. A avaliação não se limita somente a isso, sendo um espaço muito maior, no qual valores e conhecimentos sobre a realidade social estarão interligados, contribuindo para o resultado da pesquisa.

Por outro lado, a utilização do processo de avaliação na esfera do setor público brasileiro ainda é muito incipiente, especialmente quando tem como foco a avaliação de desempenho e de resultados de uma instituição pública ou de um programa governamental, por meio do qual a política pública se materializa. É, além de um instrumento de

aperfeiçoamento ou redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, uma ferramenta útil no sentido de prestar contas à sociedade das ações governamentais.

A escolha do Programa Conviver justifica-se pelo fato dele ser o único programa de natureza pública para idosos, atuando no município de Campina Grande desde 1989, resistindo às diversas mudanças nos gestores municipais, por ocasião das eleições ocorridas durante o período em que existe. Logo, um programa que conta com duas décadas de existência.

Na área das Políticas Públicas é comum estudos onde são apresentadas avaliações mais quantitativas e menos qualitativas (ARRETCHE, 1996), método este que será utilizado nesta pesquisa. As análises do Programa Conviver realizadas por outros pesquisadores têm se limitado à qualidade de vida dos idosos e a algumas ações do Programa de forma isolada, não sendo ainda realizada uma análise das ações do Programa Conviver em conjunto como proporcionador da cidadania. Como relevância para a academia, considera-se uma contribuição, ao conhecimento dos estudos do instrumento de aperfeiçoamento da gestão do Estado, a avaliação de uma política pública, que visa verificar o desenvolvimento de ações eficientes e eficazes em face das necessidades da população.

Nesse contexto, acredita-se que os temas estudados nesta pesquisa são importantes, pela oportunidade de aproveitar os resultados desta pesquisa para um redimensionamento das atividades e trabalhos desenvolvidos no Programa Conviver. A criação e o desenvolvimento do Programa ocorreram em função do apoio e o incentivo, respaldado legalmente nas diretrizes da “Política Nacional do Idoso”, que através da Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1999, e de sua implementação, por meio do Decreto nº 1.948, de 03 de julho de 1999. Esta política concebe, aos idosos, leis que proporcionam melhores oportunidades e direitos de exercerem sua cidadania, participando de entidades e instituições que se preocupam com o seu bem-estar, já que esse seguimento, segundo pesquisas realizadas, necessita, juntamente com o processo de uma maior longevidade, desfrutar do tempo livre que possuem de forma digna e saudável.

Quanto à realização desta pesquisa dentro do prazo proposto, considerou-se viável, visto que houve facilidade no acesso do pesquisador à direção do Programa que também demonstrou interesse durante toda a realização da pesquisa. Os custos financeiros para a realização da pesquisa foram reduzidos, visto que a pesquisa foi realizada na mesma cidade onde reside o pesquisador e as entrevistas foram por ele realizadas, não havendo a necessidade de financiamento.

A presente dissertação é composta de cinco capítulos. No primeiro, foram apresentadas algumas definições de políticas públicas, as formas de se estudá-las e os estágios que compõem as políticas públicas, sendo dada uma maior ênfase às formas e à importância das avaliações das políticas públicas.

No segundo capítulo, foram tratadas inicialmente as diversas concepções sobre a velhice, sob olhares e épocas diferentes. Depois, foi descrita a problemática do envelhecimento na sociedade brasileira e os desafios a serem encarados. Em seguida, foi apresentada uma reflexão sobre o processo histórico de desenvolvimento das políticas públicas para os idosos no Brasil e, por último, foi enfocada a questão da cidadania e a importância do seu exercício na sociedade.

No terceiro capítulo, foi apresentado o Programa Conviver, da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB, mostrando o seu processo histórico juntamente com suas propostas de trabalho. Foi também traçado um perfil, de forma resumida, da cidade de Campina Grande e as ações desenvolvidas pelo Programa junto aos seus usuários.

No quarto capítulo, foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa, tais como: o tipo de pesquisa, a escolha dos sujeitos e o instrumento utilizado para a coleta dos dados, como também as variáveis utilizadas e a forma escolhida para a análise dos dados.

No quinto e último capítulo, foi realizada a avaliação das ações do Programa Conviver da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB através do grupo Cabelos de Neve. Nesse capítulo, foram caracterizados os sujeitos da pesquisa e, em seguida, feita a análise de como as ações do Programa estavam contribuindo para a cidadania desses usuários, com base no exercício de seus direitos políticos, civis e sociais.

E, por fim, foram apresentadas as considerações finais a partir da análise teórica construída ao longo da pesquisa.



## 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS PROCESSOS

O surgimento das Políticas Públicas ocorreu nos Estados Unidos como disciplina acadêmica e área de conhecimento, sem estabelecer relações com bases teóricas sobre o papel do Estado (SOUZA, 2006), conforme ocorria na Europa, enfatizando os estudos sobre as ações dos Governos.

Inicialmente faz-se necessário definir uma política pública. Segundo Hogwood e Gunn (apud Carvalho, 2005), política, enquanto um programa, refere-se a uma determinada atividade governamental que envolve aspectos legislativos, organizacionais e recursais, sendo necessária que tenha sido gerada ou processada dentro de uma estrutura governamental, para que seja considerada pública. Independentemente de sua área de atuação, as políticas públicas consistem em vários programas, por meios dos quais o governo procura alcançar os seus objetivos.

Outra definição considera que a política pública é o resultado da atividade de uma autoridade investida de poder público e de legitimidade governamental, apresentando-se como um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico (MENY; THOENIG, 1992).

Para Subirats (1994), política pública significa uma estratégia para solucionar um problema concreto, que comporta a formulação de diversos programas de atuação específica dos poderes públicos. Esse conceito de políticas públicas como estratégia também apresentado por Mintzberg e Jorgensen (1995), fizeram um paralelo do conceito de estratégia no setor público e no setor privado, vista como um guia, um plano ou um conjunto de diretrizes que devem influenciar as decisões e os atos a serem empreendidos no futuro.

Potyara Pereira (1999, p.130) define políticas públicas como uma “linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei.” É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade.

Geralmente, enquanto essas demandas da sociedade não são contempladas através de ações do Estado, no sentido de combatê-las, existe sempre a possibilidade do surgimento de divergências no seio da população.

As políticas públicas são referenciadas por Parsons (2007, p.31) como sendo “a forma na qual se define e constrói questões e problemas, e a forma em que chegam à agenda política e à agenda das políticas públicas”. Jean Padioleau, segundo Muller (1990), foi o

responsável pela definição mais completa do termo agenda política, caracterizada como um conjunto dos problemas percebidos que requerem um debate público, ou seja, a intervenção de autoridades políticas legítimas, aumentando a sua maior abrangência de interesse junto à sociedade.

As agendas podem ser divididas em agenda institucional e conjuntural (ou sistêmica). A agenda institucional reúne os problemas que dependem funcionalmente ou por consenso da competência da autoridade pública considerada. A conjuntural ou sistêmica é constituída por problemas que, ao contrário da anterior, não pertence à competência habitual ou natural da autoridade pública (MENY e THOENIG, 1992; SUBIRATS, 1994).

Algumas condições são necessárias para que um problema seja incluído numa agenda governamental. Dentre eles, o problema deve ser de competência das autoridades públicas em geral ou de uma autoridade particular, sendo necessário destacar que esta competência não deve ser interpretada somente no sentido jurídico ou institucional, e sim, numa perspectiva mais ampla. O problema também deve ser objeto de uma percepção crítica, sendo merecedor da atenção pública. E, por último, o problema deve ser abordado numa linguagem adequada para que a autoridade pública possa escutar e buscar formas de tratá-lo (MENY; THOENIG, 1992).

Apesar de muitas vezes as políticas públicas serem vistas por um aspecto limitado quanto ao seu processo de surgimento, elas nascem com base num problema ou numa oportunidade de melhoria de alguma política em execução ou após o seu término, quando a autoridade política constata a necessidade de intervir novamente. Com base na sua importância, tal problema poderá ser transformado numa questão de relevância pública, sendo introduzido na agenda de atuação dos poderes públicos (SUBIRATS, 1994).

Nesse contexto, é necessário destacar as características que o problema deve ter para que seja relevante a ponto de ser introduzido na agenda, levando-se também em consideração que dependerá da análise subjetiva do analista que, com base na situação problemática apresentada, constrói o problema, o define, classifica, explica e avalia. Partindo desse pressuposto, poderá haver definições diferentes para um mesmo problema como também, possibilidades de soluções diferentes (SUBIRATS, 1994).

O tema do problema precisa alcançar uma proporção de crise não podendo ser ignorado. Precisa possuir características peculiares que o torne diferente de uma problemática mais geral e também provocar impressões emotivas que venham a atrair os meios de comunicação. Também devem desencadear questões relacionadas com legitimidade

e poder que possam afetar o poder público, e ainda alcançar notoriedade pública por conectar com tendência ou valores da moda (SUBIRATS, 1994).

Nessa questão do poder, faz-se necessário destacar que, no momento de decisão de uma política pública, ocorre o apogeu do trabalho administrativo e político pelo exercício do poder por quem tem o poder de decisão, na definição dos objetivos, na fixação das opções ou das ações a seguir (SILVA, 2008).

Dependendo do ponto de vista em que se situa o analista, existem diversas formas de se estudar uma política. Segundo Hogwood e Gunn (apud SARAVIA, 2006), existem, pelo menos, sete perspectivas para analisar uma política : 1) estudos de conteúdos políticos, em que o analista procura descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de políticas específicas; 2) estudos do processo das políticas, em que se presta atenção às etapas pelas quais passa um assunto e se procura verificar a influência de diferentes setores no desenvolvimento desse assunto; 3) estudos de produtos de uma política, que tratam de explicar por que os níveis de despesa ou fornecimento de serviços variam entre áreas; 4) estudos de avaliação, que se localizam entre a análise de política e as análises para a política e podem ser descritivos ou prescritivos; 5) informação para a elaboração de políticas, em que os dados são organizados para ajudar os tomadores de decisão a adotar medidas; 6) análise de processo, em que se procura melhorar a natureza dos sistemas de elaboração de políticas; 7) análise de políticas, em que o analista pressiona, no processo de política, em favor de ideias ou opções específicas. No caso deste estudo, foi realizado uma pesquisa de avaliação de forma descritiva, sendo escolhidos alguns usuários do Programa produzido informações que podem ajudar os organizadores a implementarem novas ações ou ações corretivas que contribuam para atingir os objetivos propostos pelo Programa junto aos seus usuários.

Com relação às características que são conferidas às políticas públicas, Meny e Thoenig (1992) destacam cinco : 1) como a atividade pública é identificada sob a forma de mobilizar recursos para gerar resultados ou produtos; 2) uma política não se reduz a um ato concreto considerado isoladamente, e sim, em torno de eixos específicos que formam um denominador comum chamado de setor de intervenção; 3) a atividade pública é resultante da expressão de finalidades e de preferência do decisor, seja de forma consciente ou não; 4) a atividade pública procede da natureza autoritária da qual está investido o ator governamental, legitimado legalmente ou com base na coerção por meio da força; 5) uma política deve ser definida por sua competência, seus atos e disposições que afetam a situação, os interesses e os comportamentos dos indivíduos cuja situação está diretamente ou não afetada pela intervenção pública.

O Estado Brasileiro tem proporcionado uma série de investimentos em programas de políticas públicas e, por outro lado, existe um crescente interesse acadêmico com relação ao funcionamento do Estado, proporcionando uma agregação de conhecimentos sobre a realidade do país, como também uma forma de entender melhor a forma de gestão que está sendo praticada nos programas existentes, proporcionando possibilidades de análise e sugestões de melhoria.

Na implantação de uma política pública, é importante destacar que um bom planejamento poderá facilitar todo o processo de desenvolvimento, podendo contribuir para reduzir as dificuldades iniciais que venham a surgir. Os problemas que surgem durante a implementação de programas de políticas públicas podem representar obstáculos intransponíveis, os quais, por sua vez, poderá levar os responsáveis a descontinuí-los, caso não sejam solucionados nessa fase.

As políticas passam por estágios diferentes, sendo que, em cada um deles, os atores, as coalizações, os processos e as ênfases são diferentes, podendo ser campo para diferentes tipos de negociações. Nesse contexto, é possível identificar várias etapas num processo de políticas públicas que são caracterizadas da seguinte forma: como primeiro momento, tem-se a agenda, ou inclusão de determinada necessidade social na agenda, lista de prioridades do setor público; o segundo momento é a elaboração, que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, nas identificações de possíveis alternativas de soluções e no levantamento e avaliação dos custos de cada alternativa sugerida, observando-se os efeitos e as prioridades de cada uma delas; o terceiro momento é a formulação, no qual é feita a seleção da alternativa mais apropriada, sendo definidos os objetivos, o marco jurídico, administrativo e financeiro; o quarto momento é a implementação, quando é feita a preparação para se colocar em prática a política pública, a elaboração dos planos traçados, programas e projetos que farão parte de sua execução; o quinto momento é a execução das ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos na política; o sexto momento é o acompanhamento, processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade, que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções, a fim de atingir os objetivos estabelecidos; o sétimo é a avaliação, que consiste na mensuração e análise dos efeitos de um programa produzidos na sociedade pelas políticas públicas (HILL, 2009). A avaliação é considerada a área das políticas públicas que mais tem se desenvolvido nas últimas décadas (SARAVIA, 2006).

As pesquisas de avaliação já se desenvolviam desde os anos 50 no Estados Unidos, mediante o uso de enquetes e da análise estatística, numa perspectiva pluridisciplinar,



envolvendo várias ciências sociais e sua expansão deu-se nos anos 60 no momento de consolidação dos programas de combate à pobreza, sendo os programas federais americanos considerados um importante marco no desenvolvimento dessas pesquisas.

As avaliações possuem características diferentes, podendo ser estabelecidas diferenças entre elas segundo os critérios, tais como o tempo de sua realização e os objetivos procurados, quem as analisa, a natureza que possuem, a escala que assumem e a alçada decisória a que é dirigida.

Em função do momento, o processo de avaliação diferencia segundo a fase da política em que é aplicado, podendo ser *ex-ante* e *ex-post*. A avaliação *ex-ante* deverá ser realizada no início do projeto, proporcionando critérios racionais no sentido de decidir se o projeto deve ou não ser implementado. Nessa fase, poderá ser utilizada tanto a análise custo-benefício, mais adequada para analisar programas econômicos, como a análise custo-efetividade que possui mais conformidade para a avaliação de programas sociais.

Na fase *ex-post*, tanto poderão ser avaliados os programas que estão em execução, como também os programas que já foram concluídos. Quando se avalia um programa em execução, tem-se uma avaliação operacional, na qual verifica-se inicialmente a possibilidade de sua continuidade ou a sua descontinuidade, em função dos resultados obtidos até o momento da avaliação. Quando a decisão é favorável pela continuação do programa, verifica-se se será mantido o projeto inicial ou haverá a necessidade de realizar alguma alteração para melhor se adequar ao que foi proposto nos objetivos iniciais do programa (COHEN e FRANCO, 2008).

Na avaliação operacional, procura-se identificar as possíveis dificuldades que tenham ocorrido na programação, administração ou controle com o objetivo de serem corrigidas, visando reduzir os custos de ineficiência, sendo um instrumento que se preocupa em diagnosticar as possíveis falhas existentes num programa. A utilização de forma adequada das informações produzidas durante o desenvolvimento do programa possibilitará efetuar mudanças no seu conteúdo. Pelo fato dessa avaliação ocorrer de forma simultânea ao desenvolvimento do programa, também é chamada de avaliação formativa.

Este tipo de avaliação não se preocupa com a efetividade do programa, pois sua função é a de observar em que medida o programa está sendo implementado como planejado, preocupando-se em responder, dentre outras, as seguintes indagações (CAVALCANTI, 2006) :

- a) A população-alvo está sendo atendida, conforme as metas ?
- b) O cronograma está sendo cumprido ?

c) Os recursos financeiros e materiais estão sendo alocados com eficiência ?

Nos programas já concluídos a análise é semelhante, verificando-se a possibilidade da experiência realizada ser repetida no futuro, principalmente quando os benefícios gerados são superiores aos custos associados ao programa, o que não ocorre caso tenha ocorrido o contrário.

Na fase *ex-post*, quando se avalia um programa que foi concluído, identificada como avaliação somativa, poderão estar envolvidos estudos comparativos entre programas rivais que subsidiarão a decisão e a avaliação, principalmente relacionado a maior ou menor efetividade de diferentes tratamentos oferecidos ao público-alvo (FARIA, 2006). Procura-se verificar em que medida o programa alcançou seus objetivos e quais efeitos secundários foram identificados, sejam eles inicialmente previstos ou não (COHEN e FRANCO, 2008).

Por efetividade, entende-se o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais previstas na vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação (ARRETCHE, 2006). O termo efetividade algumas vezes é confundido com o termo eficácia com um mesmo significado. Por eficácia, entende-se como o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (COHEN e FRANCO, 2008). Nesse contexto, é importante destacar que esses resultados podem ser esperados e não esperados, podendo ter sido gerados ou não pelas ações do programa.

A maior dificuldade nas avaliações de efetividade consiste em demonstrar se os resultados obtidos, sejam eles de sucesso ou fracasso, estão causalmente relacionados às ações proporcionadas pela política em análise. Como forma de investigação, poderá ser utilizada uma metodologia simples como a obtenção de informações sobre o programa e sobre a população analisada até uma metodologia mais complexa, que seria isolar a interferência das variáveis intervenientes em qualquer sistema aberto próprio da análise social, o que implica dificuldades operacionais, como os custos financeiros e organizativos envolvidos em uma pesquisa de campo (ARRETCHE, 2006).

Um processo sistemático e periódico que também deve ser utilizado é o monitoramento, que tem como objetivo identificar desvios na execução das ações, entre o programado e o executado, diagnosticando suas causas e sugerindo ajustes operacionais necessários para um melhor cumprimento dos objetivos do programa propostos inicialmente. O monitoramento deve ser realizado durante a execução do programa, sendo necessário

possuir o conhecimento do projeto em todas as suas fases, visando identificar qualquer alteração dos seus objetivos e metas, e realizando as alterações necessárias, podendo até mesmo, caso seja necessário, redesenhar algumas ações que não produziram os efeitos esperados.

Outro aspecto que também deve ser considerado é que, no caso de programas sociais, a avaliação dos impactos pode sofrer limitações que são próprias da natureza dos problemas a enfrentar. As ações, na maioria das vezes, não provocam resultados a curto prazo, sendo necessário um tempo mais longo para se perceber os efeitos provocados.

No tema de avaliação de políticas públicas, há uma ideia que tem sido utilizada: de uma forma geral, para uma política ser considerada eficiente, faz-se necessário observar a relação entre os esforços aplicados na execução de um determinado programa e os resultados por ele alcançados. Porém, existem outras formas de avaliações que se complementam. Segundo Costa e Castanhar (2003, p.973), “a avaliação do desempenho de programas públicos não é o único critério a ser utilizado na avaliação final do programa”. Trata-se de um critério, dentre outros, que podem ser utilizados para analisar as políticas públicas.

Quando o governo põe em prática algumas políticas, faz-se necessário estar consciente da utilização do dinheiro público pelo Poder Público, obtido na forma de arrecadação, principalmente de impostos e taxas dos contribuintes. Assim, a avaliação das políticas públicas é a forma pela qual o governo pode identificar se aquele programa está atingindo os objetivos para os quais ele foi criado e, caso contrário, poderá identificar as possíveis falhas que estão impedindo esse atingimento. Por outro lado, através dessas avaliações, a sociedade tem a oportunidade de acompanhar como o dinheiro público está sendo utilizado e aplicado. Não é admissível esquecer que o controle social sobre o uso de recursos passa a ser também de responsabilidade da sociedade, visto que, o governo tem contribuído para isso ampliando a divulgação de suas ações para que a sociedade possa ter conhecimento do que vem sendo realizado. Nessa observação da avaliação é importante estar consciente de como está sendo buscada a maximização dos recursos utilizados, na medida em que um maior número de beneficiados pode ser atingido com o mesmo volume de recursos. Um sistema de gestão de recursos públicos será tão mais eficiente na medida em que lograr gerar mais produtos com menos insumos, buscando maximizar o aproveitamento dos insumos (MARTINS, 2005). De uma forma mais ampla, trata-se na prática de um controle recíproco: o governo controlando a sociedade e a sociedade fazendo o mesmo com o governo através das avaliações das políticas públicas. Para estabelecer condições de

intervenção efetiva do Estado, os governos devem ser capazes de controlar as ações econômicas dos atores privados e os cidadãos devem ser capazes de controlar os governos.

Costa e Castanhar (2003, p.2) destacam que “historicamente na administração pública brasileira não há preocupação de avaliar programas públicas, em geral, e programas sociais em particular”. Os mesmos autores também enfatizam que, durante muitos anos, a produção de conhecimentos técnicos, sempre esteve muito voltada para o processo de formulação de programas do que para os relacionados a sua implementação e avaliação. Entretanto, nas últimas décadas percebe-se uma tendência de mudança nesse quadro, possivelmente, ocasionada pelas transformações que vêm ocorrendo na sociedade e no Estado brasileiro, com a influência dos ideais de igualdade e justiça social que tem implementado as políticas públicas com o objetivo de reduzir os elevados índices de pobreza, desigualdade e exclusão social existente na sociedade (ARRETCHE, 2006).

É necessário também enfatizar que a utilidade da avaliação a ser realizada depende de forma considerável da percepção de quem a realiza e da influência do receptor interno ao órgão governamental que está sendo avaliado. No caso de não existir essa sintonia, há riscos do trabalho ficar, de certa forma, comprometido. Há atualmente uma preocupação com relação à necessidade decisiva e urgente de se obter uma maior eficiência e resultados nos investimentos governamentais em programas sociais. Nesse sentido, é importante destacar um elemento ímpar nesse processo: a avaliação contínua desses programas, propiciando uma melhor utilização e controle dos recursos investidos nele, tendo o Estado a responsabilidade de proceder à avaliação regular de seus programas.

De forma geral, a avaliação é considerada como um instrumento indispensável, quando se deseja identificar a viabilidade de programas e projetos, seu redirecionamento ou até mesmo reformulações de suas propostas de atividades. Cavalcanti (2006, p.2) apresenta a avaliação como:

Um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para a tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas, pois, possibilita conhecer o que está acontecendo e atuar sobre os fatos de forma a realizar ajustes necessários, economizando-se dessa forma tempo e recursos, o que eleva a credibilidade das ações públicas.

Sabendo-se que a avaliação é um mecanismo importante na prática de gestão, pois proporciona uma série de informações essenciais para um melhor gerenciamento dos

programas de políticas públicas, faz-se necessário a sua utilização de forma mais permanente e intensiva.

Alguns problemas poderão ser detectados nas avaliações de políticas públicas no Brasil (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986 *apud* CARVALHO, 2005) :

- a) distanciamento do programa em relação aos seus objetivos iniciais, em decorrência, geralmente, de distorções na sua implantação;
- b) falta de inserção entre as agências na implantação de programas;
- c) privatização dos programas, ou seja, sua implementação de forma a privilegiar interesses de grupos privados em detrimento do grupo supostamente beneficiário da política;
- d) subordinação do programa à política econômica ou a outros objetivos externos;
- e) baixa participação dos beneficiários nas diferentes fases do programa, incluída a inexistência de canais institucionais por meio dos quais a população pudesse se expressar, encaminhar sugestões e demandas e influir no processo de decisão ou implantação;
- f) centralização na formulação, implementação e organização administrativa do programa; e
- g) uso político ou clientelístico do programa para fins eleitorais ou de apoio político;

Além desses problemas mencionados acima, também existe o fato de que os objetivos dos programas públicos costumam ser múltiplos, vagos, ocultos, mutantes e, até mesmo, conflitantes. Decidir se o foco da avaliação deve estar apenas sobre a forma de alcance dos objetivos oficiais ou se deve adotar uma visão mais ampla, partindo para o estudo de todos os efeitos do programa é outra problemática que deve ser levada em consideração (ALA-HARJA & HELGASON, 2000).

Apesar de não ser proposta de pesquisa desse trabalho, observou-se no Programa Conviver durante a realização da pesquisa um dos problemas apresentados por Figueiredo e Figueiredo nas avaliações de políticas públicas no Brasil, no que tange ao distanciamento do Programa em relação aos seus objetivos iniciais. Essa constatação deu-se em virtude da implantação pela gerência do Programa de novas ações, no decorrer dos anos de sua existência, sem a devida atualização do projeto base, ocasionando, com isso, a dificuldade dessas ações serem avaliadas por não existirem os objetivos e metas a serem alcançadas, caracterizando como ações mutantes conforme Ala-Harja e Helgason (2000).

Sendo o Programa Conviver um programa de política pública que tem como objetivo desenvolver ações voltadas para o público idoso, faz-se necessário conhecer o significado de velhice, seu conceito e histórico, o que será feito no capítulo a seguir.

## 2.2 CONCEPÇÕES SOBRE A VELHICE

O conceito de velhice difere de país para país, principalmente no que tange ao grau de desenvolvimento econômico de cada um. Ainda não existe um consenso sobre a partir de qual idade a pessoa deve ser considerada idosa. É a escala do tempo que demarca esse processo e isso significa que esse é um importante indicador a ser considerado na compreensão da velhice (BOARETTO; GUSMÃO, 2006).

Apenas no decorrer do século XX começou a ser observado o aumento da população idosa e o declínio do número de jovens na população dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha, fato esse que ocasionou um maior incentivo com relação aos trabalhos científicos sobre o envelhecimento, surgindo, assim, uma nova especialidade chamada de geriatria. De acordo com Tiveron (2008, p.21) :

“o termo Geriatria é um ramo da medicina que trata das doenças que podem acometer idosos, surgiu através de Nascher, um geriatra americano nascido em Viena. E a idéia de uma nova disciplina científica para estudo foi proposta por Metchnicoff em 1930 sendo criada a Gerontologia que se propõe a estudar o processo de envelhecimento nos planos biológico, psicológico e social.”

Um grande impulso nos estudos da geriatria na América ocorreu em 1946, com a fundação nos Estados Unidos da *Gerontological Society of America* e, em 1961, foi criada no Brasil a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Na sociedade contemporânea do século XXI, a Gerontologia possui um caráter interdisciplinar ou transdisciplinar que possibilita o envolvimento de diversas áreas da ciência contribuindo na construção de um saber mais amplo sobre o processo do envelhecimento.

Nos anos 80 começaram a ser desenvolvidas investigações sobre o envelhecimento baseadas no curso da vida, quando, até então, os trabalhos de pesquisa fundamentavam-se na ideia do envelhecimento relacionado com doenças, perdas e incapacidades.

O surgimento da velhice é marcado pela diminuição das reservas orgânicas do indivíduo, tendo como principal característica o declínio físico que, segundo Simões (1994), possui duas formas : a senescência, identificada pela idade cronológica e representada por um

envelhecimento físico e mental de forma lenta; e a senilidade, associada à desorganização mental com alterações na coordenação motora, alta irritabilidade e perda de memória.

Segundo Simões (1994), essas alterações que ocorrem na velhice afetam a relação do indivíduo com o meio no qual ele vive, porém, o fator motivacional destaca-se como de grande importância no sentido de interferir reduzindo o processo do envelhecimento. Com isso, faz-se necessário proporcionar atividades para deixar o idoso ativo, principalmente após a aposentadoria, como forma de investir na sua readaptação na sociedade com a criação de espaços para a participação social do idoso nas suas comunidades, aumentando a sua visibilidade, enquanto segmento social, lutando por direitos de cidadania e contra a exclusão social e preconceitos.

O envelhecimento pode ser definido como uma deterioração funcional progressiva e generalizada, resultando em uma perda de resposta adequada às situações de estresse e um aumento no risco de doenças relacionadas à velhice (KIRKWOOD, 1996). Em outras palavras, a razão principal para que os idosos fiquem mais frequentemente doentes do que os jovens é que, em função de uma vida mais longa, eles foram expostos por mais tempo a fatores externos, comportamentais e ambientais causadores de doenças do que as pessoas jovens.

Para Paschoal (2002, p.27), “o envelhecimento significa um processo, um estágio que é definido de maneiras diferentes, dependendo do campo de pesquisa e do objeto de interesse”. Baseado nessa proposição de Paschoal (2002), os biólogos definem esse processo com um conjunto de alterações experimentadas por um organismo vivo, desde o nascimento até a morte. Para os psicólogos, devem ser observados, além das alterações biológicas, processos de desenvolvimento social e psicológico do indivíduo.

Nesse contexto, Bobbio (1997, p.18) descreve bem essa complexidade de olhares diferentes quando destaca que

“Vocês sabem muito bem que, ao lado da velhice censitária ou cronológica e da velhice burocrática, existe também a velhice psicológica ou subjetiva. Biologicamente, considero que minha velhice psicológica ou subjetiva começou no limiar dos oitenta anos. No entanto, psicologicamente, sempre me considerei um pouco velho, mesmo quando jovem. Fui velho quando era jovem e quando velho ainda me considerava jovem até há poucos anos”.

Neste sentido, Bobbio (1997) observa a velhice sob três olhares: o cronológico, que considera o indivíduo velho a partir do momento que este alcança uma idade estipulada, tendo como problema o fato de não considerar as diferenças pessoais nem o aumento da expectativa de vida; o burocrático que corresponde à idade que proporciona direitos a benefícios, tais

como, direito à aposentadoria, passagem gratuita nos ônibus e prioridade em filas; e a velhice psicológica, complexa por não pressupor parâmetros, estando de acordo com o tempo que cada indivíduo leva para se sentir velho, tendo relação com as condições de vida que o indivíduo levou no passado e leva no atual momento, sendo uma perspectiva de análise bastante pessoal.

O conceito de envelhecimento ganha significado de acordo com o contexto histórico e cultural. Por exemplo, no Japão, onde a população possui uma expectativa de vida em torno de 82 anos e uma das menores taxas de concentração de renda no mundo, tem-se um conceito bem diferente da população de Suazilândia, na África, que possui uma expectativa de vida em torno de 33 anos, considerada a menor expectativa de vida no mundo, segundo dados da ONU. São dois contextos extremamente complexos que servem de exemplo para mostrar as dificuldades de se tentar generalizar o termo envelhecimento, principalmente quando se leva em consideração que a Suazilândia é considerada, segundo a UNESCO (2009), possuidora da menor expectativa de vida do mundo e possuindo 38% da população adulta infectada com o vírus HIV.

Nas sociedades tribais, por exemplo, o idoso possui uma função bastante importante e até de sobrevivência da cultura daquele povo, transmitindo a maior parte dos costumes na linguagem oral. Portanto, geralmente eles são fontes de conhecimentos acumulados por sua própria experiência e de contato com outras gerações. O idoso nesse tipo de cultura é considerado uma fonte de ligação entre os ancestrais e as novas gerações (MELO, 2004).

Na sociedade brasileira, a utilização da memória como preservação da cultura ainda não é algo valorizado nos dias atuais, mas com o processo de envelhecimento populacional, espera-se que haja o resgate da memória pelas vivências e recordações desse segmento que cada dia ganha mais importância pelas implicações sociais e econômicas que ele traz.

Em muitas sociedades, os idosos são respeitados enquanto estão lúcidos, sendo rejeitados e discriminados quando se tornam decrepitos e senis. Segundo Beauvoir (1990, p. 125), a velhice era vivenciada pela seguinte condição na Roma antiga :

Entre os privilegiados, a condição dos velhos está ligada ao regime da propriedade. Quando esta não repousa mais na força, mas é firmemente garantida pela lei e institucionalizada, a pessoa do proprietário não é mais essencial e se torna indiferente; ela fica alienada à sua propriedade, através da qual é respeitada. Não se levam em conta suas capacidades pessoais, mas seus direitos. Pouco importa, portanto, que seja velho, débil, e até incapaz. Como a riqueza aumentada a cada ano, não são os jovens, mais sim os velhos que ocupam o mais alto da escala social (p. 125).



O idoso possuía o papel de juiz no destino de seus familiares, sendo venerado e possuidor de poderes, mas essa posição de privilégio estava condicionada ao fato dele ser possuidor de propriedades. Assim, quanto maior fosse a sua riqueza, proveniente do acúmulo de propriedades, maior a sua influência na sociedade, não importando se fosse idoso, débil e até incapaz. Essa realidade fica nítida quanto à composição do senado, pois o mesmo era composto de anciãos, aqueles que detinham a diplomacia Romana e o comando militar.

A sabedoria era considerada um trunfo que os idosos possuíam, um segredo que não era compartilhado com seus descendentes com a finalidade de poderem manter sua posição social e respeito na sociedade onde viviam. O poder religioso também proporcionava aos idosos privilégios, visto que eles detinham o poder de guardar na memória os ensinamentos, ritos e cânticos, possibilitando, assim, as realizações das celebrações religiosas.

O modelo capitalista, na qual a atual sociedade contemporânea está inserida, fez com que a velhice passasse a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, perdendo o seu valor social. Assim, não tendo mais a possibilidade de produção de riqueza, por ocasião da aposentadoria, a velhice perde o seu valor simbólico que antes adquiriu em outras sociedades, como a grega e a romana.

Nas sociedades judaicas, a velhice era reconhecida como um galardão, um prêmio, e era hipoteticamente coroada de virtudes.

Na idade média, numa sociedade eminentemente rural e agrícola, fundada no binômio dever e obrigação entre o senhor do feudo e o servo da gleba, exigindo trabalho árduo e força na manutenção e proteção dos feudos, a pessoa do idoso passa a ser relegada por não ter mais força física necessária aos trabalhadores da época e, com isso, os jovens passaram a assumir o comando dessas sociedades, e o idoso foi sendo símbolo de fraqueza e incapacidade física:

Na idade media a situação dos velhos em todos os setores da sociedade aparece, portanto, como extremamente desfavorecida. Tanto entre nobres como entre camponeses, a força física prevalecia. Os fracos não tinham lugar. A juventude constituía uma classe de considerável importância (IBIDEM, p.162).

A função que os idosos ocupavam nas sociedades antigas foi progressivamente substituída pela deterioração que vemos na maioria das organizações sociais, impondo ao idoso o estigma do preconceito e da exclusão, bem destacado por Melo (2004, p.28), quando diz que “a sociedade exige severos esforços para mumificar a juventude que acabou”.

Com as sociedades modernas, surge a demarcação do ciclo da vida, dividindo em etapas e fazendo parte de uma ordem cronológica necessária: infância, adolescência, vida

adulta e velhice, como últimas etapas do ciclo da vida. Esta é a velhice, que traz consigo inúmeras conotações pejorativas. Para representar o segmento populacional social que atinge os sessenta anos, foram criados muitos conceitos cheios de complexidade e preconceitos: velho, ancião, pessoa idosa, terceira idade, melhor idade. Todos esses termos são utilizados, embora alguns, como “velho” e “ancião”, nos remetem a uma conotação pejorativa.

A expressão Terceira Idade só vem surgir em 1963, sendo utilizada pela primeira vez pelo francês Huet, na revista *Informations Sociales*, em edição dedicada aos aposentados (SOUZA, 2008). Esse termo ganhou aceitação e vem sendo utilizado até os dias atuais, juntamente com o termo pessoa idosa que se refere, segundo o estatuto do Idoso, em seu artigo I, à pessoa com idade maior ou igual a sessenta anos. O termo Terceira Idade é uma construção das sociedades contemporâneas e vem sendo empregado por acreditar-se que é isento de conotações depreciativas, visando atender a interesses de um mercado de consumo emergente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a população idosa como aquela a partir dos 60 anos de idade, mas faz uma distinção quanto ao local de residência dos idosos. Este limite é válido para os países em desenvolvimento, alcançando os 65 anos de idade quando se trata de países desenvolvidos (IBGE, 2002).

A idade de 60 anos pode variar de indivíduo para indivíduo, em decorrência de algumas particularidades, dentre elas, biológica, psicológica ou sociológica (SIMÕES, 1994). O que se observa são os diferentes padrões de envelhecimento em decorrência das variações no estado físico e cognitivo-intelectual, sendo o estado cronológico apenas um dos múltiplos fatores que podem influenciar o processo da velhice.

Um aspecto importante a ser destacado é o entendimento de que a velhice não acarreta apenas perdas, mas também ganhos e possibilidades, exigindo a quebra dos preconceitos existentes na sociedade, no sentido de proporcionar formas mais saudáveis para que o idoso possa usufruir dessa fase de sua vida (COSTA, 2004). Mas apesar disso, ainda existe muita discriminação, principalmente levando-se em consideração a questão da desigualdade social existente na sociedade brasileira.

O processo finito da vida é um fato de difícil aceitação para o ser humano, apesar de existirem diferentes aspectos de crenças da pós-morte, mas, na verdade, essa vida e o modo como é concebida e construída terão um ponto final. Portanto, aquilo que é mais difícil ao indivíduo, que se percebe como ser finito é, por certo, o inevitável (SOUZA, 2008). É evidente que a morte poderá vir a qualquer momento para o ser humano. Com o passar do

tempo e à medida que envelhecemos, morrer torna-se um fato inevitável que se reveste de uma nitidez concreta.

No próximo tópico, será tratada a relação entre a sociedade brasileira e o envelhecimento e alguns dados estatísticos já colhidos em algumas pesquisas já realizadas no Brasil.

### **2.3 O ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), no Brasil existem atualmente 21 milhões de pessoas com 60 anos ou mais (10,5% da população brasileira). O crescimento da população de idosos, em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial e está ocorrendo a um nível sem precedentes.

Uma das explicações para esse fenômeno é o aumento, verificado desde 1950 na expectativa de vida masculina e feminina (CAMARANO, 2004). Os números mostram que, atualmente, uma em cada dez pessoas tem 60 anos de idade ou mais e, para 2050, estima-se que a relação será de uma para cinco, em todo o mundo, e de uma para três nos países desenvolvidos (IBGE, 2002).

Segundo projeções da ONU, em poucas gerações, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais passará de uma a cada quatorze para uma a cada quatro pessoas, acarretando uma revolução demográfica com reflexos no sistema previdenciário, nos mercados de trabalho e consumo e mesmo nos núcleos familiares (SILVA, 2007). Porém, esta transição não tem ocorrido uniforme nos países. O Brasil que era considerado um país jovem, entretanto, passa a contar com uma população que envelhece de forma acelerada e intensa, processo este similar à maioria dos outros países.

Quanto à distribuição dos idosos nas regiões brasileiras, os números indicam que as maiores participações de idosos de 60 anos ou mais estavam no Sudeste (11,7%) e no Sul (11,4%), seguidos do Nordeste (9,8%), Centro-Oeste (8,6%) e do Norte urbano (6,7%) (IBGE, 2007).

Com relação à questão econômica, segundo dados do IBGE (2002), um terço dos idosos ainda se encontrava no mercado de trabalho, sendo que 77% declararam-se como aposentados ou pensionistas, e 40% dos idosos brasileiros vivem com renda *per capita* de até um salário mínimo.

O processo de envelhecimento indica um crescimento de famílias, nas quais existe pelo menos um idoso, e do número de famílias com três gerações convivendo no mesmo

domicílio, ocasionando alterações nos arranjos familiares brasileiros (CÔRTE; OLIVEIRA E MEDEIROS, 2006), inclusive, arranjos mais complexos provocados pela nova composição familiar (CAMARANO, 1999).

Com esses novos arranjos familiares, observa-se que a mulher tem ocupado uma posição de destaque, como consequência da queda da taxa da mortalidade infantil e do maior número de mortalidade masculina em relação à feminina. Assim, há um predomínio de mulheres dentre os idosos e, conseqüentemente, assumindo o papel de chefes de família como a principal fonte de renda, havendo uma tendência a uma mistura dos papéis sociais, valores e atitudes considerados masculinos e femininos, desagregando as diferenças de gênero da idade avançada. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (IBGE, 2007), a população idosa brasileira com mais de 60 anos é composta por 55,7% de mulheres e 44,3% de homens.

Observa-se, por exemplo, que as pessoas que envelhecem e dependem de trabalhos informais exercidos nas ruas, por exemplo, somente percebem o seu próprio envelhecimento quando outras as reconhecem como velhas, improdutivas, inaptas ao trabalho, constituindo, assim, um impedimento para que elas continuem com esse meio de sobrevivência (BOARETTO; GUSMÃO, 2006) (LOPES, 2006) .

A demarcação de um limite pela idade cronológica pode ser decisivo para os formuladores de políticas, pois permitirá prever o número de pessoas sujeitas a benefícios previstos em programas ou políticas públicas (CAMARANO, 1999).

O estudo sobre a velhice, ainda hoje, não mereceu a devida atenção como deveria por parte do poder público. Pela primeira vez na história, a proteção social aos idosos foi assimilada como dever do Estado e direito do cidadão, na Constituição de 1988. A obrigatoriedade dos cuidados dispensados aos idosos foi submetida a uma hierarquia gradual, cabendo a obrigação do atendimento em primeiro lugar à família, em segundo, à sociedade e, em última instância, ao Estado. Foi importante essa definição de competência, mas ela só seria cumprida se não tivéssemos no país diversas outras situações condicionantes, incidindo, também, na questão da terceira idade.

A sociedade brasileira precisa reformular a sua concepção acerca da velhice, visto que países como França, Alemanha, Inglaterra, Suécia e Estados Unidos têm enfrentado esse processo do envelhecimento de suas populações com grandes transformações sociais e econômicas, proporcionando, conseqüentemente, avanços e melhorias na qualidade de vida e de bem estar da população (MELO, 2004), bem como, novas alternativas de controlar as morbidades que mais lhes acometem. A qualidade de vida é um termo bastante utilizado,

principalmente quando se trata da terceira idade. Mas, é importante destacar que essa “qualidade de vida” é algo a ser conquistado também durante toda a existência da pessoa que, ao chegar na terceira idade, colherá os resultados construídos ao longo de sua vida.

No período de 1945 a 1960, a velhice era identificada e associada à situação de pobreza. Tinha-se como solução a aposentadoria e outras formas de assistência ao idoso. De 1961 a 1967, observou-se uma ampliação nas condições de vida do Idoso, no sentido de melhorias na prática de lazer, férias e serviços especiais de saúde, havendo maior sensibilização em relação à condição específica do Idoso. No pós 1967, ocorreram mudanças na concepção do idoso que ainda era produtivo, entretanto a aposentadoria era pensada apenas em função da idade cronológica própria daquele que se afastou do trabalho. A velhice passa a ser definida como um momento, em que o trabalho é ilegítimo (NÉRI, 2005).

Na década de 1980, intensifica-se o movimento de valorização ao idoso em decorrência das análises demográficas acerca do envelhecimento populacional. Para isso, muitos profissionais nas áreas da saúde, das ciências humanas e sociais tomaram como ponto de partida a marcante obra de Simone de Beauvoir (1970), *A velhice*, e, no âmbito nacional, o trabalho de Eneida Haddad, *A ideologia da velhice* (1986), e de Ecléa Bosi, *Lembranças de velhos* (1987). Estas autoras discutem a perda do valor social do idoso em função do avanço do capitalismo, que o torna elemento descartável de um sistema que singulariza a capacidade produtiva em detrimento de outras dimensões do humano.

Anterior a todos esse fatos, é importante entender que, na medida em que o capitalismo se desenvolvia com ênfase nos lucros, surgiam suas mazelas, tais como, a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora. Tais problemas, promovidos pelo modo de produção capitalista, necessitavam ser contidos ou pelo menos amenizados para que fosse garantida a manutenção e a reprodução da força trabalho. Atendendo a essa lógica, as políticas sociais e os direitos sociais foram criados, selando a responsabilidade Estado x Capital. Mas, essa conquista dos direitos sociais não ocorre por acaso, sendo necessário haver reivindicações das classes penalizadas pela exclusão social, visando ao exercício da cidadania. Cohen e Franco (2008, p.28) destacaram a existência de “um subsídio estatal que não é distribuído segundo as carências ou a insatisfação das necessidades dos incorporados ao sistema, mas de acordo com o seu poder de reivindicação”. No caso dos idosos, observa-se que a sociedade imersa em seus tabus, numa maior valorização do jovem, “belo e produtivo”, apoiada em seus preconceitos, impõe limites à terceira idade bem maiores que aos outros ciclos da vida, relegando o idoso a uma situação de marginalidade, ressaltando na grande maioria das vezes as suas fragilidades e deficiências (NERI, 2006)(SOUZA, 1996).

O avanço da medicina tem sido apontado com uma das principais razões dessa elevação da expectativa de vida em todo o mundo (GESSER,2005). Apesar disso, ainda há muita desinformação sobre as particularidades do envelhecimento e existindo ainda muito preconceito e desrespeito em relação às pessoas da terceira idade, principalmente nos países pobres ou em desenvolvimento.

A partir da década de 1980, o idoso brasileiro passou a ocupar na sociedade mais espaço político na mídia, na indústria do consumo, do lazer e do turismo, indo de encontro com a idéia, que ainda está impregnada na maioria da sociedade, de que na última fase da vida estes indivíduos estão excluídos da vida pública (DEBERT, 1999). Mas, sem mudanças estruturais, poderá haver um desequilíbrio fiscal no país em função do aumento de gastos com este segmento populacional, sendo o envelhecimento ativo uma forma de amenizar este risco. Idosos ativos e saudáveis consomem menos recursos, com uma vida participativa na sociedade e com seguridade social (WONG; CARVALHO, 2006).

Em seguida, serão abordadas no próximo tópico as iniciativas e o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil voltadas para os idosos.

## **2.4 AS POLÍTICAS NACIONAIS PARA IDOSOS NO BRASIL**

O processo histórico da incorporação da questão do envelhecimento populacional na agenda das políticas brasileiras é marcado por vários momentos importantes, destacando-se que o Brasil é um dos pioneiros na América Latina na implementação de uma política de garantia de renda para a população trabalhadora, culminando com a universalização da seguridade social (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Em 1794, por iniciativas do Conde de Resende, foi criada a Casa dos Inválidos, que pode ser considerada o primeiro marco de humanismo em prol da velhice, tendo como objetivo acolher os velhos que vinham da guerra. O termo inválido permaneceu sendo usado por algum tempo, pois este representava velho, neste momento. Um segundo marco foi a criação dos direitos dos velhos, pelo segundo Conde de Resende, quinto vice Rei, com o objetivo de tirar a imagem de caridade e compaixão. Sendo assim, os direitos dos idosos foram criados no século XVIII. O terceiro marco a ser destacado é a decisão da Corte de Portugal de não querer gastar dinheiro com os velhos. Em decorrência de alguns membros da corte acreditarem que não era necessário gastar dinheiro com os velhos, uma vez que eles não tinham direitos, passaram-se cerca de 74 anos até que os direitos dos idosos fossem reconhecidos pelo segundo império (ALCÂNTARA, 2004).

Em 1888, houve a regulamentação do direito à aposentadoria aos empregados dos Correios, através do Decreto 9.912-A, para aqueles que possuíassem mais de 30 anos de serviços e com uma idade mínima de 60 anos. As primeiras políticas previdenciárias de iniciativa estatal para os trabalhadores do setor privado ocorreram no início do século XX, através das leis de criação do seguro de acidentes do trabalho em 1919 e a primeira caixa de aposentadorias e pensões em 1923, através da Lei Eloy Chaves (CAMARANO; PASINATO, 2004) (PASINATO, 2001).

Nessa época, os idosos já não tinham poder de decisão, não podiam participar de guerras, sendo apenas vistos como alguém que tinha chegado ao fim de sua jornada, e não eram tão numerosos, sendo assim, pouco valorizados. Principalmente, aqueles idosos que não participavam ativamente da vida pública, que na falta de recursos financeiros, não tinham poder de decisão. A valorização ficava apenas para aqueles que dispusessem de condições financeiras e usufruíam de prestígios sociais, segundo afirma Beauvoir, quando fala dessa classe dominante:

Se o problema da velhice é uma questão de poder, esta questão não se coloca senão no interior das classes dominantes, estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas. Os idosos pobres não representavam rigorosamente nada. A história, assim como a literatura, passa por eles radicalmente em silêncio [...] (BEAUVOIR, 1990, p 111).

Chegando-se aos anos trinta do século XX, o Brasil contava com uma política de bem-estar social, que incluía previdência social, saúde, educação e habitação. A Assistência Social no Brasil, até os anos 40, voltou-se para a prática da caridade, dispensada à população carente do país. Nesse momento histórico, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social, mas, quando esta emergia, era tratada como “caso de polícia” e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos na época. Dessa forma, a pobreza era tratada como disfunção individual (SPOSATI, BONIETTI, YASBEK e FALÇÃO, 2008).

Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência – LBA, órgão fundado pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, a LBA tornou-se um órgão de assistência dirigido às famílias da grande massa não previdenciária, atendendo principalmente na ocorrência de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas. Era liderado pelas primeiras damas da República, imprimindo dessa forma a marca do primeiro-damismo,

junto à assistência brasileira. Entre os seus primeiros beneficiados por esse novo sistema, estavam as famílias dos pracinhas, combatentes da 2ª Guerra Mundial.

Para desenvolver novas funções, a LBA buscou auxílio junto às escolas de serviço social especializadas, para viabilizar uma aproximação entre a LBA e o serviço social, porque essa instituição carecia de serviços técnicos, nas áreas de pesquisas e de ação social. O serviço social estava se firmando naquele momento, enquanto profissão, o que oportunizou a parceria LBA x Serviço Social.

Posteriormente, o governo preocupou-se em ampliar o atendimento desse órgão a toda a população. Isto também dependeria das demandas do desenvolvimento econômico e social do país, bem como da população que se encontrava em estado de vulnerabilidade social. A LBA se tornou, a partir do período da ditadura militar, uma instituição descredenciada pela população.

Duas iniciativas implementadas nos anos 1960 se destacam como impactantes no desenvolvimento das políticas públicas brasileiras para a população idosa (CAMARANO; PASINATO, 2004). A primeira foi a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, em 1961, que tinha como objetivo estimular iniciativas e obras sociais de amparo à velhice e cooperar com outras organizações também interessadas por esse segmento populacional. A segunda teve início em 1963, por iniciativa do Serviço Social do Comércio (SESC), que consistia num trabalho com um pequeno grupo de comerciários, na cidade de São Paulo, preocupados com o desamparo e a solidão entre os idosos. Essa segunda iniciativa, foi decisiva para a implementação de uma política pública para os idosos, visto que, até então, as instituições eram voltadas para o atendimento asilar.

Em 1974, surgiu a primeira iniciativa do governo federal com ações preventivas realizadas em centros sociais do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e da sociedade civil, como também internação custodial dos aposentados e pensionistas do INPS, a partir de 60 anos, e cuja admissão era baseada no desgaste físico e mental dos idosos, insuficiência de recursos próprios e familiares e, até mesmo, a inexistência de família ou abandono por ela.

Também nos anos 70 houve a criação de dois tipos de benefícios não-contributivos: as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a renda mensal vitalícia (RMV) para os necessitados urbanos e rurais, cujos valores foram estipulados em 50% do salário mínimo, com exceção da aposentadoria por invalidez do trabalhador rural, um valor de 75% do salário mínimo.



No Ceará, em 1977, foi criada a primeira organização social, a Associação Cearense Pró-Idosos (ACEPSI), cujo objetivo era reivindicar os direitos dos idosos e estabelecer trabalhos conjuntos com o governo federal.

Como pode ser observado, até esse período, as políticas públicas do governo federal para a população idosa brasileira se limitavam ao provimento de renda, cuja visão era de vulnerabilidade e dependência dos assistidos (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Nos anos 1980, amplos debates sobre esse tema ocasionaram mudanças políticas no país, principalmente com a incorporação de um capítulo referente às questões sociais no texto da Constituição de 1988, sendo considerado um avanço no sentido de reconhecer a importância da questão do idoso na sociedade (URIONA; HAKKERT, 2001), sob influência das orientações da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida em 1982, em Viena. Assim, o texto legal deixou de ter uma conotação apenas assistencialista, praticada durante tantos anos, para uma conotação de direito à cidadania, passando a ser conceituada como um contrato coletivo, no qual os benefícios seriam concedidos, conforme a necessidade, e o custeio seria feito segundo a capacidade de cada um (OLIVERA; BELTRÃO e GUERRA, 1997).

No Capítulo VII da Constituição de 1988, trata-se das questões da família, da criança, do adolescente e do idoso, sendo, no artigo 230, ressaltado que o apoio aos idosos é de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, os quais devem assegurar a sua participação na comunidade, defender sua dignidade e bem-estar e garantir o seu direito à vida. O inciso segundo trata de uma iniciativa que já vinha sendo praticada por alguns municípios brasileiros, que é a questão da gratuidade dos transportes coletivos urbanos para os maiores de 65 anos.

Apesar do grande avanço no papel do Estado na proteção ao idoso, a família continua sendo a principal responsável por esse cuidado, podendo até ser criminalizada, caso negligencie, conforme Código Penal, artigo 244.

Infelizmente, na Constituição de 1988, no artigo 227 do capítulo VII, ainda observa-se uma marginalização ao idoso, quando diz que

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

É incongruente nesse texto, a exclusão dos idosos, sendo necessário por parte dos legisladores fazerem as correções necessárias para garantirem, também aos idosos, os mesmos

direitos atribuídos à criança e ao adolescente, ficando em sintonia com o artigo 230 da mesma Constituição.

Na Constituição de 1988, no artigo 230, é garantida aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. Esse direito é estendido em 25 de outubro de 2006, com a Resolução 1692/2006 do Governo Federal, que regulamenta o transporte interestadual gratuito para os idosos que recebem até dois salários mínimos, estabelecendo, assim, mecanismos e critérios de aplicação do disposto no artigo 40, da Lei 10.741 (Estatuto do Idoso). Dessa forma, as empresas de transportes coletivos interestaduais devem reservar duas vagas para os idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Excedendo esse número, os idosos que se enquadrarem nesse perfil terão desconto de cinquenta por cento no valor da passagem. Também nesse mesmo artigo é determinada a reserva de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados como também a prioridade no embarque no sistema de transporte coletivo. No entanto, observa-se no caso dos idosos que, apesar desse avanço na criação de leis, ainda existe muita falta de respeito e o descumprimento delas principalmente por parte das empresas de transportes. Um fato curioso constatado na cidade do Rio de Janeiro em maio de 2009 foi quando o presidente do sindicato das empresas de ônibus afirmou publicamente que os “idosos estavam abusando do direito de viajar de graça”<sup>1</sup>. Atitude como essa demonstra o preconceito que persiste ainda na sociedade como também falta de respeito não somente no cumprimento das leis existentes como também com os idosos, pois são classificados como “proveitadores” diante de um direito adquirido. Nesse sentido, Neri (2006, p.34) ressaltou que os idosos ainda são retratados como um “fardo econômico” e que “o aumento na expectativa de vida é motivo de tristeza e preocupação.”

Em 1991, durante o governo de Fernando Collor de Mello a LBA foi extinta e a assistência social concretizada como direito de todo cidadão, por meio da lei nº 82742/93, quando o Brasil já havia dado o “sim” ao neoliberalismo. Mesmo assim, a LOAS estabeleceu a assistência social como política pública e assegurou em seu artigo primeiro :

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A partir disso, faz-se necessário compreender dois pontos importantes: primeiro, que a assistência social vem sendo construída, mesmo antes da Lei Orgânica para a Assistência Social (LOAS), pois a LOAS somente surgiu após vários embates no âmbito político e com a

1. Idosos sofrem desrespeito nos transportes públicos do Rio. (2009, 12 de maio). Bom Dia Brasil – Rede Globo

participação da sociedade; segundo, que a responsabilidade com a assistência sempre foi do Estado, nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. A LOAS veio garantir o direito do cidadão e estabelecer as responsabilidades do Estado (PNAS/2004).

O Ministério de Saúde do Brasil implantou a Política Nacional da Saúde do Idoso, aprovada em 1999, tendo como objetivo a criação de condições para promover a autonomia, inserção e participação efetiva da pessoa idosa na sociedade. Essa política possui diretrizes, estratégias gerais e prioridades de ação, visando proporcionar um melhor envelhecer. Dentre as medidas preventivas adotadas nessa política, destacam-se a vacinação contra a influenza e a infecção pneumocócica, mediante campanhas que têm ajudado a reduzir as hospitalizações por infecções respiratórias, de acordo com o relatório “*A saúde no Brasil*”, do ano de 2001, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Em 1º de janeiro de 2004, entrou em vigor o Estatuto do Idoso, através da Lei 10.741. Essa lei teve como objetivo garantir os direitos e estipular deveres para melhorar a vida das pessoas com mais de 60 anos. Uma das principais mudanças promovidas por esse estatuto é no que diz respeito aos planos de saúde, que ficam impossibilitados de promover reajuste por idade para clientes com mais de 60 anos. Outra garantia na área de saúde proporcionada pelo estatuto foi a de distribuição gratuita de medicamentos para idosos.

O Estatuto do Idoso estabelece punições que podem variar de dois meses a 12 anos de prisão, dependendo do crime, e 118 artigos que regulamentam os direitos para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Algumas das punições são destacadas no Quadro II.

Entretanto, observa-se que existe muitos idosos que não aproveitam todos os seus direitos garantidos por lei, por não terem conhecimento dos direitos adquiridos através do Estatuto do Idoso.

Sabe-se que as leis existem para regular o comportamento dos indivíduos dentro de uma sociedade, estabelecendo seus direitos e deveres. Sendo assim, observou-se com a chegada do Estatuto do Idoso, que havia necessidade de uma legislação específica para esse segmento em razão da própria exclusão deste da sociedade produtiva.

O Estatuto do Idoso consegue resgatar os princípios constitucionais que garantem aos cidadãos os direitos que preservem a dignidade da pessoa humana, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade, conforme o artigo 3º IV da Constituição Federal em vigor. Inclusive, prescreve no capítulo cinco, o direito do idoso à educação e o incentivo por parte do governo para a criação de programas que atendam à especificidade dessa faixa etária, como forma de ampliar a participação dos indivíduos na vida social e cultural, visando à melhoria nas relações interpessoais e na qualidade de vida.

Quadro 2 - Estatuto do Idoso : Crime x Punição

<b>ESTATUTO DO IDOSO</b>	
<b>O que é crime?</b>	<b>Punição</b>
Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias e aos meios de transporte.	Reclusão de seis meses a um ano e multa. Aumenta em um terço a pena se a vítima estiver sob os cuidados do infrator.
Deixar de prestar assistência ao idoso, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde	Detenção de seis meses a um ano e multa
Abandonar o idoso em hospitais e casas de saúde	Detenção de seis meses a três anos e multa
Maus-tratos, expondo a perigo a integridade e a saúde do idoso	Detenção de dois meses a um ano e multa
Maus-tratos, que resulte em lesão corporal grave	Reclusão de um a quatro anos
Expor o idoso a situação que resulte em morte	Reclusão de quatro a 12 anos
Negar emprego ou negar o acesso a cargo público por motivo de idade	Reclusão de seis meses a um ano e multa
Deixar de cumprir, retardar ou frustrar a execução de ordem judicial quando o idoso for parte do processo	Detenção de seis meses a um ano e multa
Apropriar-se ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso	Reclusão de um a quatro anos e multa
Negar acolhimento ou permanência do idoso em abrigo	Detenção de seis meses a um ano e multa
Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso	Detenção de seis meses a dois anos
Exibir ou veicular informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa idosa	Detenção de um a três anos e multa
Coagir o idoso a doar, realizar testamento, contratar ou ainda a emitir procuração	Reclusão de dois a cinco anos de reclusão

Fonte : Folha de São Paulo (2003)

Entretanto, ainda se percebe um abismo entre o que está escrito e o que se observa na prática, refletindo a caricatura das diferentes condições sociais existentes no país, constatado pelo IPEA (2005) que o Brasil possui uma das piores distribuições de renda do mundo (DEMO, 1995). Essa problemática também foi ressaltada por Magalhães (1989, p.45), quando já dizia que:

A política ativista da terceira idade só será efetivamente posta em prática se os seus impulsos forem suficientemente fortes para fazer prevalecer os direitos de aposentadoria, de benefícios e cuidados sociais para todas as camadas sociais, especialmente para a população de menor renda, e menor capacidade de influir nos espaços de decisão política e nos núcleos tecnoburocráticos que implementam suas decisões.

Observa-se, assim, um grande desafio para as políticas públicas que seria atingir todas as camadas sociais, principalmente a população de menor renda, mas, para isso, faz-se necessário superar também essa disparidade na distribuição de renda existente no país. É notório o fato de que a concentração de renda gera poder e maior capacidade de influência nas decisões políticas que sejam do interesse desse pequeno segmento beneficiado. A grande dúvida é se o Brasil, que possui tanto uma distribuição de renda como de serviços sociais injusta, será capaz de enfrentar com êxito esse desafio (WONG; CARVALHO, 2006).

As legislações criadas nos últimos anos proporcionaram um grande avanço através de benefícios para os idosos, principalmente nas mudanças que estão ocorrendo nas políticas sociais, com uma tendência de serem menos assistenciais e tradicionais, representadas pelos asilos e ações filantrópicas, para serem mais políticas integrativas em direitos, benefícios e cuidados sociais (MELO, 2004). Entretanto, elas ainda não têm proporcionado os efeitos adequados, possivelmente devendo-se a diversos fatores, dentre eles, podendo-se destacar algumas contradições existentes nos próprios textos legais, como também, o desconhecimento de seu conteúdo em alguns situações.

Como um desafio a ser combatido pela sociedade, tem-se a dificuldade do funcionamento efetivo daquilo que está disposto na legislação em contraposição à tradição centralizadora e segmentadora das políticas públicas no Brasil, que provoca a superposição desarticulada de programas e projetos voltados para um mesmo público. A assistência à pessoa idosa é um dos exemplos que chama atenção para a necessidade de uma melhor intersetorialidade nas ações públicas, pois os idosos, muitas vezes, são vítimas de projetos implantados sem qualquer articulação pelos órgãos de educação, de assistência social e de saúde.

Algumas prováveis deficiências ainda são observadas na Política Nacional do Idoso, tais como: a falta de especificação da lei que contribua para criminalizar a discriminação, o preconceito, o desprezo e a injúria em relação ao idoso, assim como as publicidades preconceituosas e outras condutas ofensivas; dificuldades em tipificar o abandono do idoso em hospitais, clínicas, asilos e outras entidades assistenciais para a punição de parentes das vítimas; falta de regulamentação criteriosa sobre o funcionamento de asilos, sendo preciso que

a lei especifique o que devem essas entidades disponibilizar para a clientela, quem deverá fiscalizá-las e qual a punição para os infratores.

Existem vários programas que são realizados por algumas instituições especializadas na atenção ao idoso, porém, algumas de suas atividades acabam, talvez sem intenção, reproduzindo um assistencialismo que poderá ser prejudicial ao desenvolvimento psicoemocional e à consciência de cidadania destes idosos. O assistencialismo exacerbado dirigido aos idosos poderá explicitar uma ideologia de que eles não são capazes de cuidarem de si próprios, apesar de alguns apresentarem condições físicas satisfatórias para o exercício de algumas atividades. Há uma certa dificuldade, por parte de alguns, em entender os significados desse momento do desenvolvimento humano, quando observam-se idosos não sendo tratados como deveriam e, em muitas situações, recebendo tratamento como se fossem crianças.

Apesar dos avanços, o chamado assistencialismo ainda continua se fazendo presente como forma de socorrer e suprir as necessidades mais prementes. Especificamente no caso dos idosos, as políticas públicas devem se deter somente a estas necessidades, aparentemente, urgentes? Quais seriam realmente essas necessidades prementes para os idosos? Estariam estas políticas para idosos pesquisando previamente quais seriam as reais demandas?

Observa-se, em muitas políticas públicas já existentes para esse público específico, uma tendência em concentrar suas atividades no campo do assistencialismo. Faz-se necessário criar atividades que promovam também o desenvolvimento intelectual, procurando inserir esses idosos na sociedade, fazendo-os se sentirem úteis e produtivos. Nesse contexto, o mais louvável é o resgate da dignidade do ser humano, que se dá por meio da capacitação profissional para a sua reiteração no mercado de trabalho (BRETAS; OLIVEIRA; YAMAGUTI, 2006). Proporcionar apenas atividades lúdicas e de lazer, como brincadeiras, danças culturais, passeios em grupo e comemorações festivas, pode não contribuir efetivamente para o resgate da dignidade humana nessa fase da vida e nem proporcionar uma verdadeira ressocialização desses idosos.

Demo (2000, p.84) ressaltou muito bem essa problemática quando afirmou que “o assistencialismo apenas recria a miséria, já que está por definição desvinculado de qualquer compromisso estrutural de solução”. Uma das únicas defesas que se poderia fazer em prol do assistencialismo seria como estratégia de legitimação do poder, do ponto de vista de quem está no poder. Nesse caso, sua função seria vital, porém, não proporcionando um tratamento adequado, e sim, um meio para a simples subsistência da pessoa assistida.

A reforma do setor de saúde no Brasil, com a experiência da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, tem mostrado a possibilidade de modelos solidários de gestão pública da saúde, orientados a diminuir desigualdades na oferta e no acesso aos bens e serviços, apesar do seu acesso ainda precário. A problemática é que o SUS foi concebido para atender à demanda da saúde materno-infantil e não atende às exigências peculiares ao envelhecimento populacional (CÔRTE; OLIVEIRA E MEDEIROS, 2006).

De acordo com as projeções do IBGE, entre 2005 e 2008, aumentou em 8% o número de internações hospitalares na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) por causa de fraturas de fêmur. Somente em 2008, foram 32.908 internações por esse motivo. Segundo o Ministério da Saúde, a fratura do fêmur, maior osso humano, é uma das causas mais relevantes de mortalidade de idosos, correspondendo a um quarto das mortes dos idosos.

As fraturas expõem um problema de saúde peculiar em pacientes idosos, a osteoporose, doença causada pela carência de cálcio no organismo. Com o avanço da idade, a chamada massa óssea diminui, os ossos ficam mais porosos, mais frágeis e vulneráveis a fraturas. O tratamento exige a administração de remédios que regulam a quantidade de cálcio e propiciam o equilíbrio orgânico da substância. Com base no relatório orçamental de 2008 do Ministério da Saúde, somente nesse ano foi gasto cerca de R\$ 39 milhões com medicamentos para tratamento da osteoporose.

Dessa forma, observa-se um gasto maior sendo direcionado para este segmento populacional que, na criação do SUS, não era previsto, sendo necessário um incremento maior de políticas com o objetivo de informar, conscientizar e auxiliar os idosos e seus familiares com medidas preventivas para tentar diminuir esse problema que tem aumentado desde 2005. Como possíveis causas para a osteoporose, destacam-se o sedentarismo, uma dieta com poucos nutrientes (principalmente com deficiência em cálcio), o consumo de álcool e o tabagismo.

Diferente do tratamento às crianças, que se resume à cura ou à morte, na questão dos idosos, outras exigências são necessárias, como a possibilidade de viverem com doenças crônicas durante anos, ocasionando uma pressão sobre o sistema de saúde, provocando um aumento nos custos em função dessas novas demandas, como também, uma ampliação da utilização dos serviços, de medicamentos e de tecnologia de uma maior complexidade.

Ao observar todo o desenrolar das políticas públicas para idosos no Brasil, durante todos esses anos, observa-se que na sociedade brasileira ainda prevalece o estigma, no qual a velhice é, na maioria das vezes, ainda vista somente como uma etapa de perdas e de custo para a sociedade, corroborando com o que Simone de Beauvoir (1990) chamou de

“conspiração do silêncio”, apesar do alongamento das vidas que foi uma das conquistas sociais mais importantes do século XX, permitindo que mais pessoas atinjam idades avançadas.

Após a Constituição de 1988, o poder público municipal passou a vivenciar na prática o gerenciamento de recursos públicos, que antes era realizado pelo poder público federal, sendo protagonista de iniciativas de desenvolvimento na vida econômica e social. Isso porque esse era um princípio para receber recursos federais, com o objetivo da implantação de programas e projetos, sendo necessário, para isso democratizar suas relações junto à sociedade por meio dos canais de participação (Melo, 2004).

A descentralização das ações do Governo Federal para os Estados e Municípios, dentre outras ações, o atendimento ao idoso, determina, assim, as prioridades de acordo com as particularidades existentes na localidade, visando alcançar a eficiência e a eficácia do serviço público como meta das políticas e programas sociais. Com isso, procura-se mudar o processo de implantação de políticas públicas com resultados ineficientes, na maioria das vezes, sendo necessária a avaliação dessas políticas.

Um desafio que se coloca à sociedade brasileira e ao poder público é a necessidade de se buscar alternativas, não só no sentido de proporcionar uma maior longevidade para seus idosos, mas também de inseri-los na sociedade de forma ativa, exercendo sua cidadania, através da prática de seus direitos políticos, sociais e civis. Tais ações entram em contraposição à associação do idoso a um ser improdutivo, excluído do mundo do trabalho, e considerado mais como um consumidor do que um ser produtivo, concepção esta difundida por muitas décadas na sociedade (NERI, 2006).

## **2.5 CIDADANIA – CONCEITOS E DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS**

O reconhecimento da cidadania é considerado uma das conquistas mais importantes do século XX, perfazendo o componente mais fundamental do desenvolvimento (DEMO, 1995). Mas, ela possui uma trajetória histórica bastante antiga, tendo sua origem na Polis grega. O cidadão era somente aquele que participava da gestão da cidade através do exercício direto dos direitos políticos ( não existindo a figura do representante) na votação das leis e no exercício de funções públicas, especialmente a judiciária (CESAR, 2002). Assim, o status de cidadão não era concedido a todos os moradores, sendo excluídos os escravos, mulheres,



estrangeiros, artesãos e comerciantes, por não possuírem tempo para se dedicar aos negócios públicos (COMPARATO, 1993).

Apesar da menor participação dos cidadãos em Roma na atividade política, na mesma época, esta se deu de forma marcante com as *leges datae* (medidas unilaterais tomadas por um magistrado e votada pelo povo) e *leges rogatae* (a lei proposta por um magistrado e votada pelo povo). Naquela época, o cidadão estava em todos os aspectos submetidos à cidade, tais como, educação, religião, família, costumes, saúde, tendo a participação dos poderes públicos de moldar o caráter de seus cidadãos (COUNLANGES, 1980), modelo este bem diferente do praticado nas sociedades no século XXI.

Somente no século XVIII, influenciado pelo movimento iluminista, o termo cidadania volta a ser discutido, sendo reconhecido os direitos naturais pertencentes ao homem ou mulher, adulto ou criança, nacional ou estrangeiro, tendo o Estado o dever de tutelar, respeitar e proporcionar aos cidadãos o direito de participarem nas decisões políticas, surgindo pela primeira vez a distinção entre direitos civis (do homem) e direitos políticos (do cidadão). Desta forma, como influência da Revolução Francesa, surgiu a Declaração de Direitos denominada *La Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão), estabelecendo uma nova ordem com uma dimensão universal e outra nacional, ou seja, “todo homem é protegido em seus direitos naturais, independente de sua nacionalidade, mas somente os nacionais são titulares de direitos políticos”(COMPARATO, 1993, p.89).

Enquanto na antiguidade eram considerados livres apenas aqueles que participavam diretamente da gestão pública, na modernidade, essa participação dos cidadãos na gestão do Estado ocorre de forma indireta, por meio dos seus representantes eleitos através do voto. Dessa forma, a liberdade de expressão através do voto é exercida sem que haja a intervenção abusiva do Estado na vida privada dos cidadãos (BENEVIDES, 1994).

Após seis décadas de sua publicação, ocorrida em 1949, o ensaio de Marshall “Cidadania e classe social”, continua sendo uma referência teórica fundamental quando se pretende refletir sobre a cidadania na sociedade contemporânea. Este modelo foi escolhido para este trabalho por se tratar de um modelo clássico e pela influência que ainda tem exercido à medida que os anos passam: conforme descreve Souki (2006), as referências ao modelo de Marshall têm-se multiplicado nas pesquisas sobre cidadania nas últimas décadas.

Por outro lado, a decisão da escolha deste modelo foi reforçada pela constatação de um trabalho de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, defendido, em 2005, por Carvalho,

que também utilizou este modelo para avaliar uma política pública sob o enfoque da cidadania.

Nesse modelo, os direitos civis e políticos são considerados direitos de primeira geração e os direitos sociais, direitos de segunda geração (MARSHALL, 2002). Este sociólogo inglês diferencia a cidadania daquele *status* existente na antiguidade e no período feudal, quando estas partes encontravam-se fundidas em uma só, constituindo naquela época uma distinção de classe e uma forma de medida da desigualdade.

Essa nova forma de analisar a cidadania seria uma consequência das modificações históricas nas relações sociais e políticas das sociedades, propiciando o surgimento dos direitos civis num primeiro momento e, logo em seguida, os direitos políticos e sociais.

Os direitos civis, conquistados no século XVIII e considerados fundamentais à vida, correspondem aos direitos individuais necessários à liberdade individual como o direito de ir e vir, igualdade perante a lei, à propriedade, direito à vida, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São os direitos que embasam a concepção liberal clássica. Também se baseiam numa justiça independente, eficiente, barata e que seja acessível a todos, garantindo relações civilizadas entre os indivíduos, como também, o surgimento de uma sociedade civil a partir do desenvolvimento do capitalismo.

Já os direitos políticos, alcançados no século XIX, se referem à participação do cidadão no governo e na sociedade. O exercício desse direito é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, direito de votar e ser votado, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo (MARSHALL, 2002). São os direitos políticos que concedem legitimidade à organização política da sociedade.

De uma forma mais ampla, os direitos civis garantem a vida em sociedade; os direitos políticos garantem a participação da sociedade no governo; e os direitos sociais, a participação na riqueza coletiva. Os direitos sociais, também chamados de direitos de segunda geração, foram conquistados no século XX a partir das lutas do movimento operário e sindical. São os direitos ao trabalho, à saúde, à educação, à aposentadoria, ao seguro-desemprego, ao salário justo, enfim, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social, isto é, aqueles que contribuem para um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade ( MARSHALL, 2002).

Através dos direitos sociais, as sociedades politicamente organizadas buscam reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos.

No que se refere à relação entre direitos de cidadania e o Estado, observa-se uma tensão interna entre os diversos direitos que compõem o conceito de cidadania. Enquanto os direitos de primeira geração – civis e políticos – exigiriam, para sua plena realização, um Estado mínimo, os direitos de segunda geração – direitos sociais – necessitariam da presença mais dinâmica do Estado para serem realizados. Dessa forma, a ideia de Estado mínimo, patrocinada pelo neoliberalismo, corresponde à prática de estratégias diferenciadas dos diversos direitos que compõem o conceito de cidadania e dos atores sociais respectivos.

Na segunda metade do nosso século, surgiram os chamados ‘direitos de terceira geração’ que têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria humanidade. É o caso do direito à autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento, direito à paz, direito ao meio ambiente etc. Na perspectiva dos “novos movimentos sociais”, direitos de terceira geração seriam os relativos aos interesses difusos, como direito ao meio ambiente e direito do consumidor, além dos direitos das mulheres, das crianças, das minorias étnicas, dos jovens, anciãos etc. Complementando a linearidade de Marshall, Bobbio (1992) destaca o surgimento de novos direitos no final do século XX, tendo como referência o meio ambiente ou os que dizem respeito à responsabilidade científica dos pesquisadores da engenharia genética e clonagem.

Baseado nessa concepção de Marshall, o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos e, por outro lado, os que possuíssem apenas alguns dos direitos seriam considerados como cidadãos incompletos e aqueles que não pudessem se beneficiar de nenhum dos direitos seriam considerados os não-cidadãos.

O exercício pleno da cidadania não pretende em nenhum momento impedir a existência da desigualdade do sistema de classes sociais, sendo esta aceitável, desde que fosse reconhecida a igualdade da cidadania ( MARSHALL, 2002). Com isso, Marshall pretende destacar que as desigualdades de classes, consideradas características de uma economia de mercado, continuarão existindo e não configurando nenhuma contração com o exercício da cidadania.

Um ponto importante que deve ser destacado na sequência definida por Marshall é que ele define a educação popular como um direito social, mas esta tem sido um pré-requisito para a expansão de outros direitos. A educação é fundamental para que as pessoas conheçam seus direitos e de forma organizada lutem pelo cumprimento deles. Por outro lado, uma população

carente de educação tem sido uma barreira na construção da cidadania. A educação é inerente a qualquer sociedade, mas nem toda sociedade viabiliza uma educação cidadã, limitando-se apenas no repasse de informações e conhecimentos que raramente vão conseguir motivar as pessoas a uma maior participação na sociedade. A ausência de uma população educada tem sido um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.

Algumas contestações foram feitas à concepção de cidadania por Marshall (2002), desde as que excluíram os direitos sociais do conceito de cidadania, por não serem direitos naturais e sim históricos, feitas por Cranston com base nos estudos de Vieira (2001), até as que classificaram a cidadania em passiva, descendente via Estado, e ascendente, de instituições locais autônomas. Assim, surge a possibilidade de existência de uma cidadania conservadora, passiva e privada, e outra revolucionária, ativa e pública (CARVALHO, 2005).

Os direitos naturais, segundo Cranston (VIEIRA, 2001), não são regulamentados por se tratarem de princípios universais, sendo limitados à liberdade, segurança e propriedade.

O acesso de forma digna à educação, saúde e alimentação, participação real nas decisões políticas, meio ambiente, pelo emprego, ausência de qualquer tipo de discriminação, dentre outros, são atualmente elementos considerados fundamentais na formação dinâmica do conceito de cidadania, que possuem ampla relação com os direitos que seguem um processo em construção e mudanças.

Com base nesses elementos, uma nova forma de conceituar a cidadania tem como sujeito determinante os chamados Novos Movimentos Sociais, definidos por Wolkmer (apud CESAR, 2002, p.25) como

Sujeitos coletivos transformadores, advindos de diversos espaços sociais e integrantes de uma prática política cotidiana com reduzido grau de institucionalização, imbuídos de princípios valorativos comuns e objetivando a realização das necessidades humanas fundamentais.

Esses movimentos sociais começaram a surgir a partir da década de sessenta, como forma de mostrar as diversas formas de opressão provocadas pelo capitalismo desorganizado, impulsionado pela globalização da economia, com circulação cada vez maior dos capitais internacionais; e pelo neoliberalismo político que apregoa a vitória do modelo de organização social do Estado Mínimo. Isso pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade, cabendo garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários como o policiamento, as forças armadas, os poderes executivo, legislativo e judiciário.

A atuação desses movimentos tem ocorrido de três formas, todas com posturas reivindicatória, contestatória e participativa (CESAR, 2002). A primeira busca obter melhores condições de vida e direitos básicos que não são atendidos, através de pressão sobre o Estado. A segunda aponta as carências e privações de ordem material, tentando mobilizar as grandes massas com o objetivo de opor-se contra o poder estatal instituído e a terceira procura assegurar formas de controle do Estado e canais de participação popular descentralizadores do poder. Enquanto a primeira e a segunda tendem a se desviar para o corporativismo, clientelismo e populismo, a terceira projeta uma nova perspectiva para os movimentos sociais como agentes de construção da própria cidadania.

Segundo Comparato (apud CESAR, 2002), essa participação fazendo que o povo se torne parte principal no processo de desenvolvimento da cidadania é considerada a idéia-mestra da nova cidadania. Nesse novo contexto, a vinculação até então existente entre cidadania e Estado-nação começa a enfraquecer-se. Com a globalização, o Estado começa a não ter mais o monopólio das normas, passando a existir regras internacionais que ele deve partilhar com a comunidade internacional, perdendo, assim, a sua força com o avanço da globalização. Dessa forma, a globalização tem contribuído para o enfraquecimento do poder do Estado-nação que, segundo Vieira (2001, p.222), “pode deixar de ser o lar da cidadania.”

Na década de setenta, os movimentos sociais assumem novos contornos com a entrada em cena das Organizações não Governamentais (ONGs), entes privados, tendo o seu objetivo geral pautado nesse novo conceito de cidadania, ou seja, a defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural, o combate à discriminação racial e sexual, a defesa do direito de minorias e a luta por qualidade de vida.

Diante disso, é importante que o indivíduo torne-se membro de alguma comunidade, onde todos possuem deveres e direitos, como, por exemplo, a família, sindicatos, ONGs etc, sendo necessário também negar a prioridade de seus direitos individuais e buscando o interesse comum. O indivíduo torna-se cidadão quando entende sua situação de ser livre em si e para si, que é membro, possuidor de direitos e deveres, fazendo parte do todo, sendo necessário se conduzir com consciência do sistema de relação do qual ele faz parte.

De acordo com Carvalho (2008), a classificação das dimensões de cidadania, por Marshall, que se tornou clássica e que teve por base a história da Inglaterra, pressupõe uma evolução linear, em forma de pirâmide em que, a partir da base, inicialmente surgem os direitos civis, em seguida os direitos políticos e, por último, os direitos sociais. Embora sujeita a críticas, essa classificação é ainda utilizada para a compreensão dos direitos de cidadania ao longo da História.

Nesse contexto, Demo (1995, p.1) define cidadania como sendo “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada.” Ele também acrescenta que alguns componentes são necessários e cruciais para esse processo de formação, tais como, educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação. Nesse ponto, é importante destacar alguns fatores citados por Demo (1995), carentes em grande parte da população idosa brasileira, tais como, o baixo nível de educação, fato este observado em quase todas as pesquisas sobre idosos realizadas no Brasil. A carência de instrução, juntamente com as debilidades físicas e psicológicas, muitas vezes ocasionadas pelo preconceito existente na sociedade, inclusive nos seus próprios lares, tem impossibilitado o exercício da cidadania por esses idosos.

Apesar de terem se tornado atores políticos mais presentes na sociedade brasileira, os idosos com mais de 60 anos constituem, atualmente, apenas 13% dos eleitores, evidenciando que não participam do processo político ou de eleições, quando o voto é obrigatório até os 70 anos (CAMARANO, 2004). Por outro lado, quando observa-se o nível educacional desse segmento, constata-se que a média brasileira foi de 1,5 ano para o homem e 1,6 ano para a mulher, resultado de políticas de educação prevalentes nas décadas de 30 e 40, ocasionado por um acesso à escola ainda restrito (IBGE, 2002). Como o idoso poderá fazer história se a constatação desses dados direciona para uma constatação de exclusão desse segmento como sujeito na sociedade ?

Na concepção contemporânea, cidadania está atrelada às lutas e conflitos ideológicos. Para isso, destaca-se a importância da reivindicação dos idosos junto à família, sociedade e Estado como forma de conquistar o exercício de seus direitos. Aires também comenta esses aspectos de conscientização social e reivindicação:

Nessas situações de demandas, faz-se necessário que o idoso se conscientize do contexto social no qual está inserido e reivindique, não só da família e da sociedade, como também do Estado, o atendimento aos seus interesses, necessidades e expectativas, para que possa exercer sua cidadania e desfrutar de um estilo de vida mais saudável. (AIRES, 2008, p.108)

O Estado como órgão responsável pela regulação e pela intervenção relativa às políticas públicas, incluindo a direcionada para a pessoa idosa, somente terá um papel mais efetivo se a sociedade estiver organizada e mobilizada para reivindicar seus direitos (VERAS, 1994), levando-se em consideração que o jovem hoje será o idoso de amanhã. Desta forma, todos têm a sua parcela de responsabilidade quanto às reivindicações que devem ser realizadas.

Quanto aos conceitos sobre cidadania, a literatura é rica, porém, na prática, conquistá-la, ainda necessita de uma batalha árdua. Nesse contexto, a participação de forma ativa é fundamental na luta por direitos garantidos, principalmente quando estes direitos são violados, como forma de pressão das massas àqueles que têm o poder de fazê-las cumpridas.

Apesar da Constituição Federal de 1988 ter contribuído para um avanço da cidadania no Brasil, ampliando a possibilidade de ser cidadão no Estado de Direito, sem qualquer restrição, inclusive ao voto, observa-se que, no passado, a maioria da população era excluída da possibilidade de ser cidadão.

Até o final do século XVII, a sociedade brasileira pode ser analisada a partir da observação dos engenhos de açúcar (RADUNZ, 2000). Nesse período colonial, o Brasil participava do mercado internacional com a produção de açúcar, existindo um sistema de patriarcalismo com uma forte hierarquia social. O trabalhador, o escravo negro, era apenas um indivíduo, considerado uma mercadoria, não muito diferente da situação do nativo que era visto como uma mercadoria de menor valor em função de capacidade produtiva ser inferior ao negro africano.

Com a vida econômica e social do Brasil naquela época, de acordo com os interesses mercantilistas europeus, foram várias as formas de servidão como o escravismo, o tráfico negreiro e outras maneiras que faziam parte daquele contexto vivido, sendo privilegiada apenas a classe dominante, justificando um Estado dominante e repressor.

Outro período econômico e social pode ser destacado como sendo a extração do ouro em meados do século XVIII, quando começam a surgir a formação de grupos intermediários e os primeiros movimentos de contestação contra a exploração exercida pelos comerciantes, contra os estrangeiros exploradores do ouro e também contra os altos impostos cobrados pela Coroa portuguesa ao povo brasileiro, não havendo condições do exercício de cidadania porque os indivíduos considerados marginalizados continuavam sendo a grande maioria da população (RADUNZ, 2000).

Mesmo com o processo de independência, o quadro social no Brasil pouco mudou. As camadas populares eram excluídas do conceito de cidadão, como os escravos e os índios, que não tinham acesso nem à educação. Nos períodos de eleições, os eleitores eram escolhidos segundo o critério da renda, reduzindo a possibilidade do voto a aproximadamente 2% da população (RADUNZ, 2000).

Com a chegada da República e a Constituição de 1891, ocorre alguma mudança nesse panorama como a mudança da utilização da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado. A liberdade religiosa passa a ser viabilizada, o casamento civil é instituído, confirmou-se o

direito da propriedade privada; e é garantida com base na Constituição a liberdade de manifestação do pensamento, liberdade de associação e de inviolabilidade da casa como asilo do indivíduo. Mas, apesar de constar na Declaração dos Direitos, artigo 72 que “todos são iguais perante a lei. A lei não admite privilégio de nascimento [...]”, a participação popular através do voto continua sendo restrita, não excedendo a 2% da população (RADUNZ, 2000).

As Constituições que vieram em seguida ao período republicano enfatizaram mais as modificações político-econômicas. Em seguida, surge a Constituição de 1934 que viabiliza a mais democrática de todas as Cartas com o voto da mulher e dos direitos dos cidadãos, apesar de não ter sido posta em prática em virtude do Estado de Sítio de 1935 e do Estado Novo.

Na Constituição de 1937, o poder dirigente chama para si a responsabilidade de mediar o conflito entre o capital e o trabalho, declarando como um recurso anti-social e nocivo, ao trabalho e ao capital, a realização da greve (RADUNZ, 2000).

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, a Constituição é reescrita passando a refletir os interesses internacionais, em contraposição à política nacionalizante naquela época. Somente na década de 60, com a Constituição de 1967/69, novas reorientações são definidas, negando-se os direitos políticos e civis, de expressão, de associação, de oposição dentre outros (RADUNZ, 2000). Nesse sentido, observa-se em todo o processo de formação histórica da sociedade brasileira que o exercício dos direitos políticos e civis pela sua população tem ocorrido de forma limitada. Com a Constituição de 1988 ocorre a ampliação da possibilidade de ser cidadão no Estado de Direito, sem qualquer restrição, inclusive ao voto, direito este embasado em lei.

Ao observar os discursos da Constituição Federal em vigor e Leis derivadas, constata-se que o Brasil pretende ser um modelo do *welfare state*, porém, na prática, constata-se uma mistura “esdrúxula de soviétismo e neoliberalismo” (DEMO, 1995, p.69), provocando abusos do Estado tanto pela direita como pela esquerda, demonstrando incompetência histórica para construir um modelo próprio de desenvolvimento. O não atendimento aos dois pilares do *welfare state*, que são o dinamismo econômico e a cidadania atuante, mostra que o país até hoje não conseguiu nem supor uma economia e uma sociedade de bem-estar. A direita continua em seu projeto de cidadania tutelada, tendo como principal aliada a reprodução da ignorância popular, o que lhe permite privatizar e saquear o Estado. Por outro lado, a esquerda não consegue ir além da cidadania assistida, tendo como aliado principal o discurso em torno dos direitos sociais, permitindo atrelar a população e viver parasitando no poder ou à margem dele (DEMO, 1995).



Sendo assim, a cidadania constitui um processo de construção contínua entre o Estado e a sociedade, pela qual os homens são responsáveis, ao invés de usufruir apenas dos direitos sociais conquistados em outras épocas (GIRON, 2000). Desta forma, faz-se necessário destacar a influência do capitalismo na sociedade com as suas relações de mercado ditando as regras, onde a marginalização da maioria da população é tida como algo normal e as políticas sociais a elas dirigidas não se destinam à disposição de reconhecer igualmente o direito de cada indivíduo, mas sim, com o objetivo de evitar o surgimento de qualquer perturbação que possa afetar esse mercado (DEMO, 1995).

Nesse contexto, é possível observar que, apesar da existência da Lei 10.741 - Estatuto do Idoso - desde 01 de outubro de 2003, ainda existem direitos presentes nesse estatuto que foram regulamentados somente em 2009, seis anos depois, como na Paraíba, quando o Governo do Estado regulamentou, em junho de 2009, o benefício da gratuidade nas passagens de transportes intermunicipais, com duas vagas por horário de cada ônibus. Caso as vagas já tenham sido preenchidas, os idosos têm o direito de pagar apenas 50% do valor da passagem intermunicipal. O direito já existia com a Lei 10.741, mas ficou dependendo que cada Estado regulamentasse esse direito através de uma lei estadual.

Percebe-se, com isso, que não existe tanta preocupação com a agilidade em fazer cumprir as leis que são criadas, principalmente quando a principal população beneficiada encontra-se no grupo considerado marginalizado (DEMO,1995). Nesse caso, quando o Estado que tem o poder de colocar em prática as leis não o faz com agilidade e eficiência, como consequência, terá dificuldade em conseguir a adesão da sociedade no sentido de cumpri-la e respeitá-la, ocasionando retardo para que os beneficiários dessa lei usufruam dos direitos conquistados, no caso, os idosos.

Se fosse possível observar somente a Constituição sem olhar a situação do país, haveria a impressão de que os direitos e benefícios prometidos à população são abundantes e fáceis, dando a entender que o regulador central da sociedade e da economia seria a cidadania (DEMO,1995). Mas, na prática, observa-se no país outra forma bem diferente daquilo que está nas leis, como a previdência que é teoricamente universal, sendo sua inclusão tipicamente através do salário mínimo que não pode ser melhorado porque o sistema pode falir. Por outro lado, constata-se a existência de aposentadorias privilegiadas nos setores públicos.

Da mesma forma, a assistência social, ao conceder benefícios aos idosos, esquece de averiguar a expectativa de vida no país, quantos pobres conseguem chegar e como chegam a determinada faixa etária, para termos ideia da hipocrisia dessa Lei (DEMO,1995).

A cidadania para Demo (2000), poderá ser classificada como “tutelada e assistida” conforme Quadro 3.

Quadro 03 – Tipos de Cidadania

<i>O Estado Visto Pelos Tipos de Cidadania</i>			
Cidadania	Definição	Função	Constituição
Tutelada	apropriada privativamente	reserva de privilégios e vantagens	força, exceção, privilégio
Assistida	proteção	distributiva	Assistencial

Fonte : Demo (1995)

A cidadania tutelada, originada do neoliberalismo, é aquela que apela para o clientelismo e paternalismo principalmente com o objetivo de manter a população atrelada aos seus projetos políticos e econômicos, implantando uma dependência crônica com a doação assistencialista, cultivando a ignorância e mantida por uma ação paternalista e domesticante. Ela é dádiva, concessão, não conquista. Assim, gera a alienação.

Também é característica do capitalismo perverso, em que o mercado é o regulador absoluto das relações sociais, o Estado mínimo, conforme a ideologia liberal, e as políticas sociais são setoriais, residuais e têm a função de controle e desmobilização.

Na “cidadania assistida”, proveniente do *welfare state*, permite-se a elaboração de um embrião da noção do direito à assistência, integrante de toda democracia. Enfatiza-se a expectativa do beneficiário passivo e obediente e, à medida que a subalternidade do beneficiário se fortalece, a cidadania torna-se assistencialista. Entretanto, ao preferir a assistência à emancipação, labora também na reprodução da pobreza política, onde as pessoas se acomodam e transferem seu exercício político emancipado ao Estado, trocando-o pela promessa de “segurança” oficial, não participando ativamente das relações sociais e produtivas (DEMO,1995).

Nesse modelo, o mercado é o regulador final das relações sociais, o Estado é máximo, a ideologia é o neoliberalismo e as políticas sociais são setoriais, assistencialistas e visam ampliar os direitos sociais

Por outro lado, existe a ideia do cidadão emancipado, fruto do processo constante de conscientização. Essa conscientização (termo largamente usado pelos movimentos políticos e eclesiais de esquerda entre as décadas de 1960 e 1980) consiste em torná-lo consciente dos mecanismos sociais, políticos e econômicos que regem a sociedade e influem na vida pessoal e coletiva de cada pessoa. A partir disso, o cidadão deve possuir consciência do papel que se tem e que se pode ter em tais engrenagens da sociedade, ou seja, se fazer consciente da fraqueza ou força que uma atitude passiva ou ativa pode representar para a estagnação ou mudança da sociedade. É, em outra instância e relacionada às já citadas, tomar consciência de classe e das diferenças de interesses e motivações de ações entre as diversas classes.

Mas, ao analisar a cidadania na prática, percebe-se que a ideia de cidadania plena representa um ideal inatingível (CARVALHO, 2008), inventada pela cultura ocidental, porém, podendo-se aplicar como parâmetro de avaliação da qualidade da cidadania em cada local e fase histórica. Por cidadania plena, este autor entende como um triângulo composto de liberdade, participação e igualdade. O cidadão pleno seria aquele indivíduo titular dos direitos civis (liberdade, igualdade perante a lei e direito de propriedade), políticos (participação no governo da sociedade) e sociais (participação na riqueza coletiva).

Por fim, de acordo com as concepções de cidadania propostas por Demo (1995) e fazendo um paralelo ao processo histórico brasileiro de aquisição de direitos, descrito por Carvalho (2002), é possível identificar que há uma predominância da cidadania assistida, nas últimas décadas do processo político-social brasileiro, podendo ser decorrente de uma inversão da lógica e da sequência descrita por Marshall. Porém, as três dimensões permanecem válidas para caracterizar a cidadania.



### 3 PROGRAMA CONVIVER : O CASO EM ESTUDO

Em face do envelhecimento populacional na sociedade brasileira e da Lei 8.842 que trata da Política Nacional do Idoso, a Prefeitura Municipal da cidade de Campina Grande vem implementando ações destinadas a pessoas de ambos os sexos, com idade a partir de 60 anos, independente da situação econômica, social, religiosa e de raça, objetivando, assim, contribuir para a socialização dos idosos com suas famílias e com vários segmentos da sociedade.

Na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1999; p.05) são estabelecidos, dentre suas diretrizes, os princípios que visam impedir omissões e impõem novos padrões de atenção à pessoa idosa, considerando-a portadora de direitos que não devem ser diferenciados apenas pelo fato de ele ter envelhecido. Os direitos de uma pessoa não se modificam à medida que ela envelhece. Trata-se de uma questão de preservação de sua identidade, independentemente da idade que ela tenha. Também não deve ser considerado como ações de paternalismo ou protecionismo, ao contrário, trata-se de manutenção de direitos, que não devem ser expropriados de qualquer pessoa com base num critério etário, pois a velhice não é sinônimo de incapacidade civil.

Na Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) compete à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS - executar atividades de assistência social à população do município, promovendo ações em sintonia com as políticas públicas existentes para vários segmentos da população, tais como a infância, os idosos, os portadores de deficiência física, dentre outros.

Localizada no Estado da Paraíba, a 110 km da capital, a cidade de Campina Grande possui uma população de 371.070 habitantes dentro de seus limites municipais que totalizam uma área 621 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 597,5 hab./km<sup>2</sup>. Desse total, cerca de 339 mil pessoas residem na sede do município (91,3%), enquanto que 32 mil residem nos outros distritos (8,7%). A cidade possui um PIB *per capita* de 7156 reais e uma incidência de pobreza de 58,88%, conforme dados do IBGE, em 2007.

Campina Grande possui 32.958 (trinta e dois mil novecentos e cinquenta e oito) pessoas de ambos os sexos, com mais de 60 anos, sendo considerada a segunda cidade da Paraíba com a maior população de idosos, ficando abaixo apenas da capital João Pessoa, com uma população de 48.000 idosos, conforme dados do IBGE, em 2007.

Segundo Oliveira (2005, p.99), “existem na cidade uma média de 44 grupos de convivência”, tendo como objetivo atender ao segmento populacional com mais de 60 anos, encorajando-os na busca mais participativa e da cidadania. O surgimento desses novos espaços proporcionados pelos grupos indica que a sociedade brasileira e os poderes públicos estão mais sensíveis às necessidades dos idosos, principalmente com a criação de leis e serviços que possam proporcionar alguns benefícios, visando suprir as perdas que ocorreram ao longo dos anos.

Partindo desses princípios e do reconhecimento da velhice como uma fase importante da vida, foi desenvolvido o Programa Conviver. As suas ações voltadas para o idoso no município de Campina Grande tiveram início em 1989, na gestão do prefeito Cássio Cunha Lima, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A SEMAS, através do Programa Conviver, iniciou o cadastramento dos idosos, a partir de 65 anos, para emissão e posterior recebimento de suas carteiras de identidades, com o objetivo de usufruírem do direito de utilizar gratuitamente os transportes coletivos no município, constituindo a primeira ação do Programa Conviver.

Essa primeira ação do Conviver está em conformidade com o artigo 230 da Constituição Federal de 1988 quando diz que “*aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos*”. Na época, o cadastramento dos idosos foi realizado por uma equipe de assistentes sociais e estagiários do curso de serviço social, que realizavam visitas domiciliares aos idosos, residentes no bairro de Santo Antônio. Esse direito foi estendido com a Resolução 1692/2006, de 25 de outubro de 2006, para o transporte interestadual gratuito para os idosos que recebem até dois salários mínimos. Esse cadastramento continua sendo realizado tanto através das visitas domiciliares como também na sede do Conviver, sendo passadas todas as orientações aos idosos, inclusive entregando-lhes uma cópia dessa Resolução e do Estatuto do Idoso como forma de deixá-los esclarecidos desse direito adquirido.

Inicialmente, apesar das dificuldades encontradas mediante a resistência e a falta de interesses apresentados por parte dos idosos, a equipe responsável pelo programa aponta que conseguiu atingir seu objetivo, utilizando-se de diálogos para esclarecer aos idosos que se tratava de um benefício adquirido através da Constituição Federal de 1988. Por meio dessa ação, foi observado pelas equipes de assistentes sociais um grande número de idosos, os quais viviam enclausurados em suas residências, portadores de diversas patologias, sem alternativas de lazer, nem de socialização e levando a vida de forma ociosa, segregados, sem exercerem de fato sua cidadania, apenas pelo fato de passarem de um grupo ativo para um grupo de

excluídos, orquestrado pela lógica da distância etária, criando a crença de que os idosos são incompetentes para o trabalho, desatualizados, improdutivos e dependentes (BOARETTO; HEIMANN; 2006) (SANTOS; LOPES; NERI; 2007).

Objetivou-se, com esta ação inicial, proporcionar condições para que essas pessoas pudessem conviver com o envelhecimento de forma digna, sendo amparadas nos seus direitos muitas vezes não exercidos.

Os idosos foram se organizando e juntamente com o Programa Conviver formaram o primeiro grupo de convivência, no bairro do Santo Antonio, em 26 de setembro de 1990, que recebeu o nome de “Cabelos de Neve”, em homenagem a mais idosa participante. No início, o grupo se reunia nas dependências do posto de saúde do bairro, mas, com o seu crescimento, foi necessário encontrar outro local que acomodasse em torno de trinta pessoas, passando a se reunirem na “sede do Fabricão” (Centro Profissionalizante de Jovens e Adultos).

O Programa Conviver desenvolve atividades voltadas aos idosos com atuação restrita no município de Campina Grande, a exemplo de atividades geriátricas, fisioterápicas, psicológicas, de enfermagem, odontológicas, atividades físicas, culturais, além das atividades sociais. Seu objetivo principal é promover a inserção social dos idosos e ampliar suas relações, contando, para isso, com uma equipe formada por diversos profissionais, todos servidores da prefeitura municipal, além de voluntários e estagiários.

Segundo a SEMAS, o programa Conviver tem como proposta de trabalho :

- incentivar a formação de outros grupos na comunidade;
- realizar atividades culturais e terapias ocupacionais;
- promover atividades na área de saúde e educacionais, inclusive, criando condições para a realização de cursos de alfabetização de idosos;
- criar parcerias junto ao Programa, no sentido de proporcionar melhores condições de trabalho; e
- avaliar, com os próprios idosos, o sistema de atendimento oferecido pelo Programa e o desempenho da equipe que executa as ações.

O Programa Conviver está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social, mas com execução descentralizada. Foi criado pela SEMAS da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB, implantado no ano de 1989, com o objetivo de promover a inserção e participação efetiva do idoso na sociedade, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), quando diz no artigo primeiro que “a

*política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade*". Nesta mesma lei, no artigo terceiro, encontram-se os princípios fundamentais da Política Nacional do Idoso, podendo ser destacado que *"a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida"*.

A formação dos grupos de idosos não se limitou apenas ao "Cabelo de Neve". Nos anos subsequentes vários outros grupos se formaram. Em 1991, surgiram os grupos "Cabelos Brancos" e o "Renascer". Daí por diante surgiram vários outros, como o "Vida Nova", o "Grupo da Saudade" e o "Fios de Prata". Após duas décadas, totalizam um número de 14 grupos, espalhados por vários bairros da cidade de Campina Grande. Estes grupos recebem apoio do Conviver para realizar suas atividades, desde aquelas voltadas à ocupação do tempo livre, assim como, reuniões, palestras, orientações e atividades de lazer.

O Programa Conviver oferece, através aos grupos de convivência, diversas atividades, conforme o Quadro 4:

Quadro 4 : Atividades Desenvolvidas pelo Programa Conviver junto aos grupos de idosos	
Entrevistas	Visitas Domiciliares
Dinâmicas de Grupos	Trabalho de Grupo
Trabalho de Pesquisa	Intercâmbio entre grupos de idosos
Atividades Culturais	Comemorações
Participação em eventos	Palestras Educativas
Curso de Alfabetização	Cobertura vacinal

Fonte : coleta direta junto a Gerência do Conviver (2009)

Com essas atividades o Programa propicia, além da oportunidade de descanso, divertimento, desenvolvimento pessoal através de cursos e palestras informativas, possibilitando interação social para os idosos.

O Programa Conviver vem realizando vários Seminários Municipais (Quadro 5), com o objetivo de discutir temas com a comunidade participante, composta de diversos segmentos profissionais, tais como idosos, professores, estudantes, pesquisadores, representantes políticos, dentre outras pessoas interessadas pelo tema do idoso.



Quadro 5 - Seminários Municipais Realizados pelo Programa Conviver		
Período	Tema	Presentes
25 à 26/09/91	A política do Idoso no município	250
24 à 25/09/92	Participação e Integração do Idoso na sociedade	150
25 à 26/10/95	Terceira Idade na atual conjuntura	350
30 à 31/10/96	Novos Rumos da Terceira Idade	306
04 à 25/09/97	Cooperação : Resposta da Terceira Idade para o Novo Milênio	321
24 à 25/11/98	Qualidade de Vida e Terceira Idade bem sucedida	300
24 à 25/11/99	Avaliando e Integrando a Terceira Idade no final do século	280
08 à 09/08/01	Persistindo na luta pelo Direito à Vida e à Inclusão Social	246
30 à 31/10/03	Múltiplos aspectos do envelhecimento no contexto social	285
23 à 24/11/04	Percorrendo os caminhos da Terceira Idade	200
12 à 13/11/07	A trajetória do idoso na luta pelos direitos	310
09 à 11/12/09	Políticas Públicas de Atenção à Pessoa Idosa	380

Fonte : Levantamento feito junto aos Relatórios Anuais do Programa Conviver (2009)

Durante a realização desses seminários, vários temas foram debatidos com o objetivo de entender melhor o processo de envelhecimento e proporcionar a elaboração de políticas públicas. A partir de então, novas propostas são elaboradas em prol da pessoa idosa do município juntamente com sugestões dos participantes do evento. A organização desses seminários tem observado um avanço significativo, devido o despertar dos idosos para as atividades culturais, destacando-se, entre elas, a dança e o teatro. Durante esses Seminários, os idosos realizam várias apresentações culturais, o que possibilita a descoberta de vários talentos entre os participantes dos diversos grupos de idosos organizados.

As realizações desses Seminários ganharam sua importância porque se constituíram numa forma de, juntamente com a sociedade, discutir, reivindicar e planejar ações que favoreçam a pessoa idosa, como também de apontar caminhos para evolução da capacitação e do amadurecimento dos profissionais que trabalham com os idosos.

Entre os dias 12 e 13 de novembro de 2007, o Seminário promovido pelo Programa Conviver contou com o apoio da Pastoral da Pessoa Idosa da Diocese de Campina Grande, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Fundação Coronel Luiz Ferreira de Barros, Curadoria de Defesa dos Direitos do Cidadão e demais segmentos governamentais e não governamentais que atuam na área do idoso. Sua organização coube à Prefeitura Municipal de Campina Grande, através da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, juntamente com o Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba.

O último Seminário, ocorrido de 09 à 11 de dezembro de 2009, que teve como temática central : “Políticas Públicas de Atenção à Pessoa Idosa”, cumpre o papel fundamental de articular instituições públicas e privadas de vários setores da sociedade em Campina Grande-Pb, na perspectiva de garantir a execução da Política Nacional do Idoso, lei 8.842/94, e a efetivação dos direitos sociais desse segmento.

Dando continuidade ao seu processo de expansão, o Programa Conviver inaugura o Centro Municipal de Convivência do Idoso (CMCI) em 28 de Julho de 2000. O local de funcionamento sempre foi uma residência contendo vinte compartimentos e possuindo um amplo espaço físico, com uma ótima área verde, uma quadra, piscina (no momento, está desativada por causa da invasão de vândalos). No início da instalação do CMCI, sua sede era alugada, mas, posteriormente, foi vendida à Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Esse Centro é um espaço privilegiado de encontro e interações mediadas por intenções pedagógicas voltadas para a pessoa idosa, considerada em toda a sua multidimensionalidade. As atividades ali desenvolvidas se baseiam numa concepção de cuidado, privilegiando a reinserção sócio-política-cultural do idoso, em conformidade com a Política Nacional do Idoso.

O Centro de Convivência tem como objetivo atender aos idosos, promovendo o fortalecimento de práticas associativas, produtivas e promocionais, tentando restituir ao idoso o seu sentimento de cidadania.

O funcionamento desse Centro ocorre das 08:00hs às 12:00hs, de segunda a sexta-feira, possuindo uma equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, fisioterapeuta, professor de educação física, geriatras, psicóloga, pedagoga, secretárias, auxiliar de enfermagem e uma equipe de apoio e também atividades culturais e de lazer, de forma integrada e participativa, na qual cada profissional intervém com a sua especificidade dentro de uma abordagem integral de saúde. O horário da tarde fica reservado para os grupos de convivência que são ligados ao Programa Conviver se reúnem nos bairros. O Centro de Convivência foi projetado contando com espaços para oficinas e cursos diversos, área interna

multifuncional com palco interno e externo, onde poderão ser desenvolvidos eventos como teatro, grupo de dança e cursos, além de reuniões e festas comunitárias.

O Centro Municipal de Convivência do Idoso funciona viabilizando apoio material, alimentar e local físico para eventos especiais, contando também com vários grupos culturais, como grupos de dança, banda de pífano, quadrilhas juninas. Todas essas atividades são oferecidas de forma gratuita aos idosos que frequentam aquele Centro, inclusive um lanche, que é servido diariamente a todos os presentes.

As atividades desenvolvidas atualmente no Centro de Convivência pelos diversos profissionais são discriminadas abaixo:

#### Serviço Social

- Visitas domiciliares
- Palestras ministradas
- Dinâmicas de Grupo
- Acompanhamento aos Grupos Culturais do Centro
- Articulação com instituições que lidam com idosos

#### Medicina-Geriátrica

- Consultas de rotina
- Controle da pressão arterial (hipertensão e hipotensão)
- Cardiopatia
- Tratamento de Disfunção sexual
- Controle do Diabetes
- Consultas Prostáticas, Diabete, Edema linfático
- Encaminhamento para especialistas

#### Atividades-Físicas

- Avaliação física em geral
- Verificação do peso x altura
- Avaliação biométrica
- Atividades físicas para reabilitação e preventivas de patologias, além das recreativas com voleibol e de relaxamento e alongamento.

As atividades de fisioterapia e as aulas de atividades físicas ocorrem duas vezes por semana. Primeiro, é realizado o aquecimento e alongamento do corpo junto com a educadora

física e, em seguida, os exercícios físicos. Logo em seguida, iniciam-se as atividades com a fisioterapeuta.

### Fisioterapia

- Atividades fisioterapêuticas para o trato da artrose bilateral de joelhos, no trato da bursite de ombro, lesão medular, cervicalgia, artrite de mãos e pés, lombalgia, AVC, asma, tendinite de punho e para o trato de sequelas de lesão medular.
- Na sala destinada a esse atendimento existe espelhos nas paredes, alguns equipamentos para fisioterapia e uma cama para a realização de massagem.
- 

### Psicologia

- Atendimento individual, grupal e psicoterapia de grupo, palestras.

### Enfermagem

- Atendimento para aferição de pressão e curativos diversos.

### Trabalhos de Arte

- Confeção de trabalhos de artesanato, com tecidos, fitas, palha, mosaico, contas, tintas, cola, vidro, madeira e outros materiais.

### Pedagógico

- Desenvolvimento de atividades de alfabetização dos idosos numa sala específica, contendo carteiras, quadro e uma mesa.
- As aulas ocorrem três vezes por semana, sendo oferecidas para os idosos que não tiveram oportunidade de ir à escola

O Programa Conviver possui parceria com as Universidades Estadual e Federal de Campina Grande, com a Curadoria de Defesa dos Direitos do Idoso, através do Disque Idoso e com instituições afins como: São Vicente de Paulo, Lar da Sagrada Face, SESC, SESI e Secretaria de Saúde Municipal. Atualmente, esse Programa atende a 14 grupos de idosos que estão distribuídos nos vários bairros da cidade de Campina Grande.

Em 14 de novembro de 2002 foi implementado o Disque-Idoso, um mecanismo utilizado pelo Programa Conviver no sentido de criar condições de promoção e proteção à pessoa idosa. Os idosos atendidos por esse programa são pessoas que estão em situação de risco, abandono e negligência.

O surgimento dessa atividade ocorreu em função da propagação de maus tratos, no município, contra idosos e apoiado também por várias denúncias. O Disque-Idoso tem como

objetivo, através de seus serviços, conscientizar a população da importância de tratar os idosos com respeito, divulgando os direitos sociais dos idosos, de acordo com a LOAS, como promoção, autonomia, inserção e participação efetiva junto à sociedade.

Através do Disque-Idoso, são realizadas visitas domiciliares e encaminhamento dos idosos para a Casa de Repouso, quando necessário, internações em hospitais da cidade, quando estiverem debilitados e necessitando de cuidados. Também são levados à Curadoria de Defesa dos Direitos do Cidadão, Centro de Convivência do Idoso, quando detecta-se a necessidade de momentos de lazer e socialização para o idoso.

As suspeitas ou confirmação de maus tratos contra o idoso, através do Disque-Idoso, são comunicadas aos órgãos competentes como: autoridade policial, Ministério Público e o Conselho Municipal do Idoso.

Através dessa iniciativa, tem-se tentado combater o problema de maus tratos contra o idoso no município. Essa atividade conta com a participação de assistentes sociais, sociólogos e outros profissionais técnicos, responsáveis pelas visitas domiciliares e análise dos casos para os encaminhamentos necessários.

Dentre os tipos de violência que têm sido registrados pelo Disque-Idoso, destaca-se a negligência, geralmente quando os responsáveis familiares ou institucionais se recusam ou se omitem dos cuidados necessários ao idoso, podendo gerar traumas físicos e emocionais, podendo agravar-se quando o idoso encontra-se numa situação de dependência e incapaz de exercer seus próprios cuidados.

Como exemplo da gravidade desse tipo de problema, foi observado nos registros denúncias de uma idosa que era mantida no terraço de sua casa em dia de chuva sem agasalho e com as roupas rasgadas. Vários casos de idosos trancados em sua própria residência foram detectados, em situações precárias em cima de uma cama, sem a presença de familiares, vivendo da ajuda de vizinhos. Outros casos, como abuso financeiro, agressões verbais, humilhações, dentre outros, têm crescido muito nos últimos anos.



#### 4.1 TIPO DE PESQUISA

Enquanto fenômeno social, o objeto de pesquisa deste estudo pressupõe a concepção da realidade como socialmente construída, o que implica uma abordagem qualitativa de pesquisa, sendo utilizado o método descritivo por ser uma estratégia de pesquisa que busca descrever, sistematicamente, fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse (GRESSLER, 2003). Assim, a trajetória descritiva deste estudo procurou verificar as ações desenvolvidas pelo Programa Conviver e de seus beneficiários. Nesta pesquisa, houve também o interesse em descobrir e observar os fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, procurando exibir as características de determinada população, porém, sem o compromisso de explicá-los (VERGARA, 2000).

Gil (2002) explica que o uso de pesquisas descritivas é corriqueiro entre os cientistas sociais que estão preocupados com a aplicação prática de determinados julgamentos. Isto se deve ao fato de a utilização destes conceitos poder modificar a inter-relação entre os elementos e a retroalimentação de grupos sociais específicos, como instituições educacionais, instituições públicas e partidos políticos, dentre outros (CARVALHO, 2005).

Trata-se de uma modalidade de pesquisa cujo objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos, ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo, sendo também utilizada na avaliação de políticas públicas.

Quanto aos meios de investigação e os procedimentos técnicos adotados, a pesquisa é também tipificada como bibliográfica, documental e um estudo de caso (VERGARA, 2006) (GIL, 1999). É bibliográfica porque, para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, foi realizada uma investigação sobre os temas: cidadania, políticas públicas e avaliação de políticas públicas. Documental, na medida em que foram analisados documentos internos do Programa Conviver que possuem relação ao objeto de estudo, tais como: Relatórios de Atividades da Gerência, Planos de Ações e Projeto do Programa. O estudo de caso foi escolhido como método e procedimento neste trabalho, em função de ser ele restrito a um programa de política pública específico, com caráter de profundidade e detalhamento, e por ser o método mais adequado para responder a questão de pesquisa do tipo “como”, descrito no objetivo geral desta proposta de pesquisa (YIN, 2005) (TRIVIÑOS, 1987). Contribuiu também para a escolha do estudo de caso o fato de se tratar de um caso singular na cidade, que vale a pena documentar (ROESCH, 2005).

## **4.2 SUJEITOS DA PESQUISA**

O universo da pesquisa foi constituído pelos 14 grupos de convivências do Programa Conviver, e a pesquisa foi realizada no Grupo de Convivência “Cabelos de Neve”, no bairro de Monte Castelo, em Campina Grande-PB, sendo escolhido um grupo de sujeitos compostos apenas pelos participantes ativos há mais de dez anos no referido Grupo, correspondendo a um total de 10 idosos. A escolha deste Grupo deu-se em função de ter sido o primeiro Grupo formado pelo Programa Conviver, em 26 de setembro de 1990, contendo, assim, beneficiários com um maior tempo de vivência junto ao Programa. Foi o pioneiro a receber influência das ações desenvolvidas pelo programa, estando esses idosos mais habilitados para responderem ao questionamento da pesquisa, caracterizando, assim, uma amostragem por tipicidade (GIL, 1999).

## **4.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

Para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista semi-estruturada, apoiando-se em questionamentos básicos em função da baixa escolaridade dos entrevistados, fato este observado na realização da pré-enquete, oferecendo amplo campo de interrogativas que pudessem surgir como fruto das respostas dos entrevistados. Esse instrumento de pesquisa teve como base questões baseadas nas três concepções de cidadania descritas por Marshall (2002), podendo tanto o entrevistado como o entrevistador desviar-se para abranger uma ideia ou resposta mais detalhada, explorando, de uma forma flexível e aprofundada, aspectos mais relevantes. (MARCONI; LAKATOS, 2005).

A escolha da entrevista deu-se em função de produzir uma história de vida da população de interesse, possibilitar respostas mais abrangentes e ser mais indicada quando existe a possibilidade de entrevistados com baixo nível de educação (SELLTIZ, 1987). Essa técnica também é mais adequada para verificar os sentimentos subjacentes à determinada opinião apresentada.

Procurou-se caracterizar como ocorre a influência das ações do Programa Conviver na vida dos idosos, a partir da percepção dos beneficiários do programa, quando foram entrevistados no Grupo “Cabelos de Neve”, no município de Campina Grande-Pb. Para isso, foram abordados os seguintes tópicos (Marshall, 2002) :



- Existência da Gerência do Idoso
- Possibilidade de participar nos processos internos de avaliação do programa
- Comunicação com a Gerência
- Constituição da Gerência
- Finalidade da Gerência
- Acesso à documentação pessoal
- Acesso à ocupação laboral
- A educação dos assistidos
- A saúde dos assistidos
- O lazer dos assistidos

As entrevistas foram realizadas durante período de outubro à novembro de 2009. Os entrevistados foram convidados pelo pesquisador a responder, individualmente, à entrevista, sendo esclarecida a manutenção do sigilo quanto a sua identificação. A aplicação do instrumento foi no próprio local onde ocorrem as reuniões do Grupo “Cabelos de Neve” e não foi estipulado tempo para as respostas, nem também a obrigatoriedade destas.

A entrevista partiu de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias que interessavam à pesquisa, e que, em seguida, oferecia amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que poderia surgir à medida que caminhava o processo da entrevista (TRIVIÑOS, 1987)

Após definido e redigido o roteiro da entrevista, foi realizada uma pré-enquete com três beneficiários que não fizeram parte do grupo analisado, objetivando verificar a adequação das perguntas do instrumento com o nível de entendimento dos entrevistados. Dessa forma, evitou-se possíveis dificuldades causadas pela redação das perguntas que poderia distorcer o resultado da pesquisa (COOPER; SCHINDLER, 2003).

#### **4.4 VARIÁVEIS DO ESTUDO**

Nesse estudo foram escolhidos três grupos de variáveis, baseados na obra de Marshall (2002). O primeiro grupo contempla as variáveis dos Direitos Políticos, o segundo, as variáveis dos Direitos Cívicos e o terceiro, as variáveis dos Direitos Sociais.

No primeiro grupo, os Direitos Políticos descrevem a legitimidade do indivíduo de participar do exercício político, como membro de uma entidade investida de autoridade política, ou como um eleitor dos membros dessa entidade. Foi verificado (Quadro 6) se o

entrevistado tinha conhecimento das principais características do programa; se era do seu conhecimento que, além dos serviços que são oferecidos aos idosos participantes, nas áreas sociais e de saúde, também tem como objetivo a inserção e participação efetiva do idoso na sociedade, com base na Lei 8.842/94, que diz no Art. 3º que a família, a sociedade e o estado tem o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania.

Quadro 6 – Variáveis dos Direitos Políticos

<i>Ao entrevistado foi perguntado se ele tinha conhecimento de (a):</i>
Existência da gerência do Programa Conviver
Constituição dessa gerência
Finalidade dessa gerência
Possibilidade de participar nas decisões da gerência
Importância em participar das eleições municipais, estaduais e federais

Fonte : Marshall (2002)

No segundo grupo, o dos Direitos Civis, há a descrição da legitimidade necessária para o indivíduo exercer a sua liberdade individual, através da garantia dos tribunais de justiça, e a igualdade de direito em participar das ações do Programa.

Nesse contexto da pesquisa, foi observado (Quadro 7) primeiramente se o programa contribuiu junto aos seus usuários, no sentido de torná-los conhecedores da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, com o objetivo de poderem usufruir melhor dos seus direitos. Em segundo lugar, se o programa teve alguma influência junto aos seus participantes para obterem seus documentos pessoais, considerado um direito básico que permite ao portador acesso aos direitos fundamentais, descritos na Constituição Federal de 1988, do Art.5 ao Art.17 e, por último, se o programa tem oferecido oportunidades aos seus participantes de exercerem atividades ocupacionais com o objetivo de manter, restaurar e melhorar a capacidade funcional.

Quadro 7 – Variáveis dos Direitos Civis

<i>Ao entrevistado foi perguntado se o Programa Conviver possibilitou :</i>
Conhecimento da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso
Acesso à documentação pessoal
Acesso às atividades ocupacionais

Fonte : Marshall (2002)

O terceiro grupo, o dos Direitos Sociais, refere-se ao direito a um mínimo de bem-estar e segurança ao direito de participar, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (Quadro 8). As instituições intimamente ligadas a esse Direito são o sistema educacional, o lazer e os serviços sociais, principalmente no que tange à área de saúde (Marshall, 2002).

Quadro 8 – Variáveis dos Direitos Sociais

<i>Ao entrevistado foi perguntado se o Programa Conviver influenciou :</i>
Nas atividades educacionais
No lazer dos assistidos
Na saúde dos assistidos

Fonte : Marshall (2002)

## 4.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise escolhida para esta pesquisa foi a abordagem qualitativa, tendo em vista de imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, sendo a mais adequada para o tipo de público objeto desta pesquisa, isto é, um mergulho nos sentidos e emoções dos entrevistados visando captar as suas opiniões, crenças, valores, atitudes e representações (CHIZOTTI, 2006), podendo descrever a complexidade dos efeitos das ações do Programa Conviver na cidadania dos idosos. Todos esses aspectos foram analisados de forma que foram privilegiados não apenas os resultados encontrados, mas também foi valorizado o processo, sendo ressaltada a importância de todas as variáveis possíveis identificadas no decorrer da pesquisa.

Na análise dos dados, foi utilizada a análise temática de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2006). Através da análise de conteúdo foi determinada a presença de algumas palavras ou conceitos dentro das entrevistas, com a finalidade de fazer inferências sobre as mensagens contidas no texto.

De acordo com a referida autora, o tratamento e a apresentação dos dados de uma pesquisa compreendem as seguintes etapas:

a) Pré-análise – Nesta fase, as informações foram coletadas através de um gravador portátil, com o consentimento dos entrevistados. Todo o material coletado foi processado de forma manual, tendo em vista o caráter subjetivo das respostas e a importância de uma análise cautelosa do seu conteúdo.

Dessa maneira, as informações foram submetidas, inicialmente, a uma análise, buscando-se identificar o conteúdo geral das respostas dos participantes. Num segundo momento, foi efetuada uma análise mais atenta no sentido de identificar a diversidade dos temas constantes nas falas dos beneficiários, procurando-se focar nas variáveis de cidadania, sendo reunidos em categorias analíticas em uma planilha auxiliar.

b) Exploração do material - Fase na qual o material foi submetido a um estudo aprofundado. Foi utilizado como unidade de registro o critério temático, com o objetivo de responder às questões da pesquisa proposta. Diante disso, foram destacados temas coincidentes e divergentes mais representativos nas respostas dos entrevistados. Também foram analisadas expressões que apontavam sentimentos de neutralidade, isto é, dúvida ou indiferença. A utilização da classificação do conteúdo ajudou a detectar as categorias válidas, sendo estas condizentes com os objetivos da pesquisa e úteis ao trabalho.

c) Tratamento dos resultados e inferência – Nessa etapa foi realizada a interpretação dos dados de forma mais detalhada, enfatizando-se cada categoria de forma individual, procurando identificar o conteúdo apresentado pelos entrevistados e as relações deste com as conceituações previstas, nos aspectos teóricos da cidadania.

Os resultados da investigação privilegiaram tanto as falas, como os sentimentos dos entrevistados a partir das suas próprias palavras e expressões expostas. Assim, esse procedimento metodológico contribuiu para que os fatos possam ser externados pelos atores.



A seguir será apresentada a análise e discussão dos resultados obtidos através das entrevistas, realizadas com 10 idosos, usuários do Programa Conviver. Vale a pena ressaltar que, através do instrumento de pesquisa aplicado junto aos participantes do Programa, ou seja, uma entrevista semi-estruturada, composta de questões, procurou-se primeiramente identificar o perfil sócio-demográfico desses usuários e depois, buscou-se as respostas para os objetivos propostos pelo presente estudo.

## 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Objetivando conhecer o perfil sócio-demográfico dos idosos assistidos pelo Programa Conviver, produziu-se, então, uma descrição da amostra dos dez idosos entrevistados, conforme demonstra o Quadro 9 abaixo :

Quadro 9 - Variáveis do Perfil sócio-demográfico dos entrevistados do Programa Conviver

Entrevista do	Sexo	Idade	Est. Civil	Escolaridade	Moradia	Com quem mora	Ocupação Atual
E1	Fem.	78	Viúva	Fund. I Incomp.	Própria	Filhos	Dona de casa
E2	Fem.	77	Viúva	Iletrado	Própria	Filhos	Dona de casa
E3	Masc.	76	Viúvo	Iletrado	Própria	Sozinho	Nenhuma
E4	Masc.	76	Casado	Fund. I Comp.	Própria	Filhos	Nenhuma
E5	Masc.	82	Viúvo	Fund. I Incomp.	Própria	Filhos	Nenhuma
E6	Fem.	79	Casada	Sup. Completo	Própria	Filhos	Dona de casa
E7	Masc.	77	Casado	Fund. II Comp.	Própria	Filhos	Nenhuma
E8	Fem.	83	Viúva	Fund. I Incomp.	Própria	Filhos	Dona de casa
E9	Fem.	77	Viúva	Fund. I Incomp.	Própria	Sozinha	Nenhuma
E10	Fem.	76	Viúva	Iletrado	Própria	Filhos	Nenhuma

Fonte : Dados coletados pelo autor, 2009.

No que se refere à variável que indaga sobre a idade dos entrevistados, verificou-se que 08 dos 10 entrevistados possuem idade entre 70 e 80 anos e que apenas 02 possuem idade acima de 80 anos.

Desse modo, constata-se que a maioria dos respondentes possui idade entre 70 e 80 anos, fato que condiz com o perfil do Grupo de Convivência em análise “Cabelos de Neve”, fundado em setembro de 1990, no início do Programa Conviver. A baixa concentração de

idosos com a idade acima de 80 anos deve-se, em parte, às complicações de doenças inerentes à faixa etária, dificultando a sua participação no grupo, como também, pelo fato de muitos idosos que ingressaram no início do grupo já terem falecido.

Quanto à variável que indaga sobre o sexo dos entrevistados, verificou-se que, dos 10 entrevistados, 06 eram do sexo feminino e 04 do sexo masculino.

Sendo assim, observa-se que a maioria dos idosos que participaram da entrevista é composta por pessoas do sexo feminino, fato este também observado através dos cadastros nos quais predomina a participação de pessoas do sexo feminino.

Esse fato permite afirmar que as pessoas idosas buscam participarem de programas e projetos sociais desenvolvidos por entidades públicas em prol do idoso, no caso o Programa Conviver, são, em sua maioria, pessoas do sexo feminino, possivelmente ocasionado pela resistência existente por parte dos idosos do sexo masculino em participarem de projetos sociais, como também pelo fato de as mulheres possuírem uma maior longevidade em comparação aos homens, provavelmente motivada pela sua maior frequência aos médicos, com uma média de uma visita a cada 7,7 meses, enquanto que para os homens essa média é de uma visita a cada 16,7 meses (Neri, 2005).

Nesse contexto, Neri (2007, p.61), analisando a feminização na velhice, observa alguns fatores que prejudicam mais os homens, em comparação com as mulheres, como :

hábitos de vida como tabagismo, consumo de álcool, dieta rica em gorduras insaturadas e sal e baixa adesão a comportamentos de saúde que incluem visitas periódicas ao médico, seguir tratamentos prescritos, tomar remédios e fazer exercícios físicos; a presença de hipertensão mais precoce, colesterol alto e obesidade; valorização excessiva de padrões tidos como valiosos à masculinidade, que implicam maior risco para comportamentos não saudáveis, como também, mais sujeitos às violências urbanas.

Segundo a Gerência do Programa Conviver (*apud* Oliveira, 2005), a menor participação dos homens em relação às mulheres se dá

porque os homens são mais tímidos em participar de grupos. Eu acho que existe ainda muito preconceito, o homem acha que só quem envelhece mais é a mulher. Quando a gente convida o homem para participar do grupo da terceira idade eles dizem : “Eu não sou velho”. Existindo assim, uma barreira criada pelo homem levando-o a não participar.



Dumazedier (1994) destaca que na velhice existe uma inversão de papéis masculinos e femininos. Enquanto os homens passaram a maior parte do seu tempo trabalhando fora de casa, a mulher dedicava-se mais aos afazeres domésticos. Posteriormente, ao envelhecer, o homem tende a participar mais do espaço familiar, e a mulher tende a participar de espaços não domésticos. Existem outros espaços de circulação para os idosos do sexo masculino, como é o caso dos calçadões e praças públicas. No centro de Campina Grande, existem vários espaços desses, onde pode ser observada a frequência de idosos do sexo masculino.

Quanto ao estado civil dos idosos respondentes, constatou-se que, dos 10 entrevistados, 03 eram casados e 07 eram viúvos.

Nesse contexto em análise, observa-se uma predominância de idosos viúvos em relação aos casados, sendo que, dos 07 viúvos, 05 eram do sexo feminino. Com a chegada da viuvez, observa-se uma necessidade de buscar a socialização com outras pessoas, visando suprir a solidão causada pela perda do(a) companheiro(a). Nesse aspecto faz-se necessário destacar que essa busca por socialização ocorre para grupos da mesma faixa etária, visto que haverá menor possibilidade de ser rejeitado, o que não poderia ser esperado se a tentativa ocorresse com grupos de faixas de idades menores.

No que diz respeito a convivência das pessoas idosas com parentes e familiares, constatou-se que, dos 10 entrevistados, 08 moram com os filhos e apenas 02 moram sozinhos.

Nesse sentido, observa-se a tendência destacada por Côrte, Oliveira e Medeiros (2006) e Camarano (1999) sobre o crescimento das famílias, ocasionando alterações nos arranjos familiares brasileiros, onde existe pelo menos um idoso. Nesse aspecto, o idoso passa a ficar mais vulnerável, principalmente nas famílias de baixa renda, quanto à possível exploração econômico-financeira por parte de seus familiares, fato este observado através das denúncias recebidas pelo Disque Denúncia, como também pelo próprio Ministério Público, atitudes essas que vão de encontro com o Art.4 da Lei 10.741 (Estatuto do Idoso), quando afirma que “nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, (...) crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão”, e ao Art.230 da Constituição Federal quando declara que “a família, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, (...), defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Quanto às condições de moradia dos idosos, observou-se que todos os 10 entrevistados possuem casa própria, não dependendo de asilo ou quaisquer instituições que exerçam esse tipo de ação social. Por outro lado, sendo estes idosos proprietários de residência, é possível que alguns deles ainda possam ser responsáveis pela manutenção financeira de suas famílias.

Com relação à variável que aborda a questão da escolaridade dos entrevistados, observou-se que, dos 10 idosos entrevistados, 03 são iletrados, 04 possuem o fundamental I incompleto, 01 possui o fundamental completo, 01 possui o fundamental II completo e 01 possui o superior completo.

Denota-se, dessa forma, que, do total de entrevistados na pesquisa realizada no Grupo “Cabelo de Neve” vinculado ao Programa Conviver, ainda existem 03 idosos em situação de analfabetismo. Isso conduz à reflexão de que o Programa não tem conseguido modificar, através das suas ações sociais, a situação educacional desses idosos durante mais de 10 anos de participação no programa, permanecendo ainda desprovidos de instrução formal.

Com relação à ocupação atual, verificou-se que, dos 10 entrevistados, 04 são donas de casa e 06 entrevistados não possuem nenhuma ocupação atual, o que remete à observação de que o Programa é uma ação social que atinge, em sua maioria, indivíduos que não estão exercendo nenhuma ocupação profissional. Nesse sentido, a grande maioria dos entrevistados está dedicando seu tempo ao ócio, às tarefas domésticas e às vivências do Programa.

Quanto à ocupação anterior à aposentadoria dos idosos, observou-se que, dos 10 entrevistados, 02 exerciam a ocupação de agricultora, 02 eram pedreiros, 01 mestre de obra, 01 dona de casa, 01 doméstica, 01 costureira, 01 auxiliar de um depósito e 01 enfermeira.

Sendo assim, observa-se que o Programa vem conseguido atingir, em sua maioria, um segmento de idosos que possuem baixos níveis de escolaridade: mesmo quem é escolarizado, tem baixos níveis de alfabetização e poucos anos de estudos, com exceção apenas de 01 entrevistada que possui o curso superior. Dessa forma, o índice de analfabetos, somado aos poucos anos de estudo de quem teve acesso ao sistema educacional, resultaram numa formação escolar muito restrita dessas pessoas e, tendo como consequência, o exercício de atividades profissionais em sua maioria básicas, que não necessitam utilizarem funções intelectuais. Por outro lado, como consequência dessa formação escolar restrita, os usuários do Programa são pessoas sobreviventes de uma época em que o acesso à educação era mais difícil e precário, sendo este um privilégio das classes sociais mais elevadas (CABRAL, 2002).

Com relação à variável que aborda há quanto tempo o entrevistado participa do Programa, verificou-se que 03, dos 10 entrevistados, participam há 15 anos, 03 participam há 12 anos, 02 participam há 11 anos e 02 participam há 10 anos.

Quanto à variável que indaga sobre quais interesses e necessidades levaram os participantes a procurar o Programa Conviver, verificou-se a existência de interesses e necessidades diversificadas, tais como:

- a) o surgimento da depressão após o processo de viuvez que, por sua vez, como pode-se constatar nas falas a seguir elencadas :

Respondente nº 6

É porque eu... eu fiquei viúva né, dois anos, aí eu fiquei muito depressiva dois anos ... aí eu fui e gostei.

Respondente nº 9

É porque o meu marido faleceu... eu fiquei... fiquei viúva, né? Aí eu fiquei muito doente. Fiquei com depressão grande, emagreci, perdi muito peso... fiquei muito, assim, desorientada, sabe?

- b) a necessidade de lazer, constatada através dos diálogos dos respondentes abaixo citados:

Respondente nº 1

[...] tinha mais brincadeira mais divertimento [...].

Respondente nº 4

Ai eu conversando com ele (o vigia) ele tocou o assunto disse que era vigia daqui do centro de convivência me disse que aqui tinha jogos, tinha dança. Aí eu disse, eu vou olhar e eu vim olhar gostei e de primeira eu fiquei logo aqui.

Respondente nº 7

Porque eu não tinha lazer de... não tinha nenhum lazer. Aí procurei frequentar aqui.

Respondente nº 10

Olhe, é o seguinte: é porque a gente não tem outra diversão né? Aí pronto, eu vim pra aqui e aqui eu fui garota primavera, eu fui garçonete, fui florista... aí a gente tá se divertindo e aqui é bom demais [...]

- c) presença no cotidiano de ociosidade, ansiedade e sentimento de tristeza, que, por sua vez, podem ser constatadas nas falas a seguir elencadas:

Respondente nº 2

A meu filho, eu vou lhe contar. Olha morreu minha mãe, morreu meu marido, todo ano morria um. [...] Eu fiquei trancada dentro de casa, uma morta viva num sabe, eu não gosto nem de contar que eu fico logo. [...] Mas quando minha irmã morreu, eu tranquei a porta e não entrava mais ninguém, sou eu mesmo. Fiquei que nem uma morta viva.

## Respondente nº 5

Eu já estava velho eu estava com 75 anos mais ou menos, ela (esposa) achava que eu já estava velho e eu sempre insistia trabalhando, trabalhando, quando foi um dia eu me acidentei. Cheguei em casa ela quase da em mim, pronto minha filha a parti de hoje eu não vou trabalhar mais. [...] Quando ela faleceu ai o negocio ficou ruim pra mim, eu não tinha graça de nada, eu não achava graça.

Dessa forma, constata-se, por meio das falas acima evidenciadas, que os idosos participantes do Programa Conviver, ao buscarem participar de suas atividades, procuram, com essa iniciativa, atender a certas necessidades e interesses que possuem e que desejam satisfazer ao ingressarem e participarem das ações e atividades sociais oferecidas pelo programa.

Quanto a esta variável que discorre sobre quais interesses e necessidades levaram os participantes a procurar o Programa Conviver, observou-se nas falas dos respondentes as demandas atendidas, fato que pode ser observado nas seguintes declarações :

## Respondente nº 2

[...]voltou minha saúde, minha felicidade isso daqui é o céu pra mim.

## Respondente nº 3

Se eu não tivesse nesse programa aqui eu acho que já tinha morrido.  
[...]

## Respondente nº 4

[...] eu tenho plano de ficar por aqui um bocado de tempo.

## Respondente nº 6

[...] como o centro daqui de Campina Grande, da Paraíba, não tem melhor não [...] completo como esse da Paraíba não tem não.

## Respondente nº 9

[...] Aí eu vim pra aqui e graças a Deus melhorei.

## Respondente nº 10

[...] aqui é muito bom, ótimo! Eu adoro aqui.

Dessa forma, também na referida questão concluiu-se que o Programa, ao procurar cumprir seus objetivos no que tange ao atendimento dos interesses e necessidades dos idosos

participantes, pode ser considerado como um programa social de ações direcionadas ao apoio e atendimento das expectativas do idoso. Essa conclusão é ratificada no capítulo 5 do estudo proposto, que apresenta o Programa Conviver como um caso em estudo, caracterizando-o em sua descrição como um programa social de atendimento ao idoso, que visa defender a sua dignidade, bem-estar e o direito à vida, em consonância com a Política Nacional do Idoso.

Tal conclusão pode ser ratificada pelo próprios objetivos do programa: o Programa Conviver tem como objetivo promover a inserção e participação efetiva do idoso na sociedade, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), quando diz, no artigo primeiro, que *“a política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”*. O Programa tem como base os princípios fundamentais da Política Nacional do Idoso, conforme descrito no artigo terceiro: *“a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida”*.

No que diz respeito à variável que questiona por meio de quem o participante conheceu o Programa, os entrevistados escolhidos responderam que conheceram o Programa por meio de amigos, vizinhos e filhos, o que pode ser observado nas declarações realizadas pelos próprios entrevistados, a seguir apresentadas:

Respondente nº 1

[...] Aí uma amiga me falou daqui.

Respondente nº 2

[...]aí uma vizinha minha que tava vindo pra cá me convidou [...].

Respondente nº 3

Uns amigos daqui mesmo [...].

Respondente nº 5

[...] Ai ela (filha) disse pai por que não vai fazer parte do grupo de idosos.[...].

Respondente nº 8

[...] Aí ela (filha) soube desse “canto” e me encaminhou.

Respondente nº 9

[...] minha colega me chamou pra vir pra aqui [...].

Desse modo, verifica-se, por meio das falas acima apresentadas, a importância da família, neste caso, representada pelos filhos, e da sociedade, representada pelos amigos e vizinhos, contribuírem com a Política Nacional do Idoso (Art. 3), no sentido de sugerir e encaminhar os idosos a usufruírem das ações que são criadas pelas políticas públicas para idosos, no sentido de participarem na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.

Em síntese, os sujeitos entrevistados possuem as seguintes características: a maioria dos usuários está na faixa de idade entre 70 e 80 anos, havendo uma predominância do sexo feminino e viúvas, possui baixo nível de escolaridade, todos vivem em moradias próprias e a maioria compartilhando dessa moradia com os filhos.

A seguir, serão contempladas, na presente análise, as questões acerca dos objetivos propostos na pesquisa, relacionadas ao exercício da cidadania dos idosos entrevistados.

## **5.2 PROGRAMA CONVIVER x DIREITOS POLÍTICOS**

Neste tópico da pesquisa apresenta-se a influência do Programa Conviver no que diz respeito ao estímulo aos direitos políticos dos idosos no município de Campina Grande-PB. Esses direitos buscam a garantia do indivíduo participar de entidades como autoridade política ou como eleitor dos membros que coordenarão tal entidade política. A busca pela consciência desses direitos por parte dos assistidos pelo Programa é condição necessária para a existência de uma relação entre o Programa Conviver e os Direitos Políticos (MARSHALL, 2002).

A pesquisa buscou identificar o nível de conhecimento da existência da Gerência do Programa, a sua constituição, a sua finalidade e participação através do voto. Também foi observada a participação desses idosos no contexto político através do voto e participação em partidos políticos. Os discursos mais representativos estão a seguir destacados :

- a) Conhecimento da existência da Gerência

Buscou-se identificar, por meio deste indicador, o conhecimento dos assistidos pelo Programa Conviver acerca da equipe de trabalho responsável pelas ações desenvolvidas por este programa.

Verifica-se, neste contexto, que, dos 10 entrevistados, 09 declararam conhecer a pessoa de Gilma Souto, responsável pela Gerência do Programa Conviver, conforme pode ser constatado nas falas à seguir elencadas :

Respondente nº 1

Doutora Gilma né, que é a diretora né, e os outros eu não sei.

Respondente nº 2

ÉÉÉ, doutora Gilma, tem os médicos, são dois aqui toda semana, a professora, as meninas da cozinha e essa bichinha aí (menina da limpeza)

Respondente nº 3

[...] doutora Gilma, é aquela professora (de educação física), é esse povo aí.

Respondente nº 4

[...] o que eu tenho mais conhecimento aqui é a doutora Gilma [...].

Respondente nº 5

[...]olha eu conheço assim, os daqui, mas dizer assim que eu sei onde mora.

Deste modo, observa-se, por meio das falas acima apresentadas, que o conhecimento dos respondentes quanto à Comissão organizadora do Programa Conviver aponta para a pessoa de Gilma Souto Maior Nunes, assistente social, coordenadora do referido programa. Percebe-se, ainda, através dos discursos daqueles que disseram conhecê-la como responsável pelo Conviver, que o fizeram sem constrangimento, demonstrando convicção em seus discursos. Mas, por outro lado, alguns entrevistados demonstram não conhecer as outras pessoa do Programa, ficando o Programa limitado apenas à pessoa de Gilma Souto Maior. Esse fato pode ser observado nas seguintes afirmações:

Respondente nº 1

[...] e os outros eu não sei...não, não conheço não. Porque eu não conheço muitas pessoas.

Respondente nº 7

Sim, conheço todas elas. Só a dona Gilma né.

Respondente nº 8

[...] eu não sei nem dizer.

Observa-se, com base nas expressões acima, uma necessidade de esclarecimento quanto à comissão responsável pelo gerenciamento do programa, bem como sobre quais atividades são desempenhadas por ela. Apenas um idoso não soube citar o nome da coordenadora geral do programa no município de Campina Grande, porém nenhum dos participantes foi capaz de apontar outros líderes do programa, confundindo a equipe de coordenadores com os demais funcionários com os quais têm contato diário, como professores e vigilantes.

#### b) Conhecimento da constituição da Gerência

Através deste indicador, procurou-se identificar o conhecimento dos assistidos, pelo Programa Conviver, no que se refere à forma de constituição da gerência do programa. Trata-se de um aprofundamento do tópico anterior, buscando observar se os entrevistados conhecem a forma que é utilizada para constituição dos membros dessa gerência.

As principais observações verificam-se nas expressões construídas pelos entrevistados, sendo destacadas algumas abaixo:

Respondente nº 2

Sei não, sei que tem que estudar, né.

Respondente nº 5

Não, não sei. Eu sei que do tempo que eu estou aqui, é um pessoal só.

Respondente nº 6

[...] ah... sei não. Sei não porque eu não conheço nada da política daqui da Paraíba.

Respondente nº 7



Eles são escolhido... acho que através de informação, né?

Respondente nº 8

A prefeitura escolhe e depois dá baixa nuns né? Ficam outros...

Respondente nº 10

Não, eu não sei porque a gente não faz parte dessas coisas né? Acho que aqui não é ninguém colhido não, é quem tem, como é que se diz, quem tem estudo, quem tem curso, né?

Com base em algumas constatações destacadas acima, observa-se que todos os entrevistados escolhidos nesta pesquisa foram categóricos em afirmar que não sabem como se procede à constituição da gerência do Programa, apesar de revelarem conhecer a Coordenadora do programa no item anterior. Tal fato evidencia que as decisões políticas nessa área de decisão da escolha da gerência do Programa não são levadas ao conhecimento dos seus usuários participantes.

c) Conhecimento da finalidade dessa gerência

Por meio desse indicador, buscou-se observar o conhecimento dos entrevistados quanto à finalidade da Gerência do programa, almejando identificar o nível de conscientização política dos entrevistados, uma vez que, conhecedora das atribuições dessa comissão, poderiam então fiscalizá-la, ou até mesmo denunciá-la, fazendo uso do seu pleno exercício político, em conformidade com o que Marshall (2002) defende.

As constatações podem ser observadas nas declarações prestadas pelos entrevistados a seguir apresentadas, quando questionados sobre o fato de conhecerem a finalidade da gerência do programa :

Respondente nº 2

Acho que é para ajeitar as coisas daqui, né. Os problemas.

Respondente nº 3

Ah, acho que é para combinar as coisas, né.

Respondente nº 5

Ah eles trabalham bem, todos exercem suas profissões.

As respostas denunciam um total desconhecimento das atribuições da gerência, como o cadastramento dos idosos participantes, a instrução dos beneficiários sobre os objetivos do programa, a elaboração de atividades e o estímulo às parcerias com os mais diferentes segmentos da comunidade local, visando promover a sua inserção e participação na sociedade.

De acordo com a Constituição Federal, no seu Art. 74, parágrafo segundo, “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União”. Mas, para que possam denunciar, faz-se necessário que os participantes saibam da existência desse direito como exercício de sua cidadania.

Esse estado de consciência observado nas entrevistas realizadas entre os participantes da pesquisa demonstra uma falta de conhecimento para a cobrança e fiscalização das atividades do Programa por parte da população assistida, sendo um fator importante no exercício dos Direitos Políticos, conforme as proposições teóricas de Marshall (2002).

Essa falta de conhecimento e o não exercício dos seus Direitos Políticos por parte dos participantes ficam mais evidentes no próximo item que trata da possibilidade de sua contribuição com o voto nas reuniões da Gerência do programa.

d) Conhecimento da possibilidade de participar nas decisões da gerência

Este indicador teve como objetivo verificar o conhecimento dos participantes do Programa Conviver quanto à possibilidade de poderem participar da avaliação do programa, juntamente com a gerência nas reuniões realizadas para este fim, conforme descrito no Plano de Ação do Programa.

Os entrevistados escolhidos responderam que desconhecem essa possibilidade de participarem nas reuniões de avaliação juntamente com a Gerência, o que fica evidenciado nas seguintes falas dos entrevistados destacadas abaixo:

Respondente nº 1

[...] eu nunca participei disso não.

Respondente nº 2

[...]não, dessa não. Eu participo das danças, mas dessas não.

Respondente nº 3

Não, não. Como é? Olha aqui eu só participo das coisa de vei, o resto eu deixo para eles. [...] Por que eu acho que eu não posso.

Respondente nº 4

Não, não eu nunca ajudei assim no trabalho em alguma coisa aqui não.

Respondente nº 7

Não porque quem frequenta aqui nunca organiza, quem organiza são os funcionários.

Em face das expressões construídas acima pelos entrevistados, observa-se que não existe a prática de algum idoso, frequentador do programa, participar de alguma reunião promovida pela Gerência com o objetivo de avaliar o Programa. Além disso, os idosos não demonstraram interesse em poder participar, caso fosse permitido, conforme as citações realizadas pelos próprios entrevistados abaixo :

Respondente nº 6

[...] é o tipo da coisa... eu não quero... além do que eu faço eu não quero fazer mais do que isso, sabe... [...] eu não queria porque lidar com o ser humano já é meio complicado, de rep... não, queria não.

Respondente nº 9

[...] não precisa e eu não sei se aqui é um serviço público [...].

Por conseguinte, verifica-se nesse item, segundo as citações acima apresentadas, que o os assistidos pelo Programa Conviver, além de não conhecerem a finalidade da Gerência, já demonstrado num tópico anterior, também não participam de alguma reunião de avaliação, apesar de estarem inseridos no programa. Ainda com relação aos Direitos Políticos, observa-se que os entrevistados não têm consciência de que eles poderiam participar das reuniões de avaliação do programa junto à Gerência através de representante. Por outro lado, não demonstram interesse em participarem, em uma eventual necessidade, limitando-se ao interesse apenas nas atividades sociais do programa.

- e) Conhecimento da importância em participar das eleições municipais, estaduais e federais

Por meio desse indicador, buscou-se observar o conhecimento dos entrevistados quanto à importância de sua participação através do voto nas eleições, almejando também identificar o nível de sua conscientização política, uma vez que, através exercício do poder do voto, estarão fazendo uso do seu pleno exercício político na sociedade, em conformidade com o que Marshall (2002) defende.

Os respondentes expressaram, através de suas falas abaixo, que acham importante o exercício do voto por parte das pessoas idosas, prática esta que ainda vem sendo exercida pela grande maioria dos entrevistados, como pode ser observado nas declarações abaixo realizadas :

Respondente nº 1

Eu acho legal né, assim, como diz, eu não sei falar mesmo bem, mas eu acho muito importante agente ser cidadão, né.

Respondente nº 2

É, até com 80 anos, com 100, com 120. Podendo ir votar. É bom.

Respondente nº 3

[...] eu toda vida votei desde os 18 anos eu votei eee eu voto, eu voto em quem eu quiser, eu voto sem interesse nenhum.

Respondente nº 4

É importante (o voto), eu acho que pelo menos pra mim é importante. Eu acho muito importante, eu tenho paixão por votar .

Respondente nº 6

[...] sinceramente o país é uma verdadeira decepção e eu nem sei qual é sabe? Eu voto mais por intuição.

Respondente nº 7

É importante... é importante pra o candidato; pra população não tem valor nenhum.

Respondente nº 8

Eu acho muito bom o voto, muito, muito valorizado... é muito valorizado, eu acho.

Respondente nº 9

[...]o meu voto é muito valorizado, o meu e o de todos é valorizado, é assim, uma coisa de valor, é o voto, porque os candidatos eleitos eles sobem, e nós que votamos neles descemos.

Por outro lado, se pode também constatar, em alguns dos depoimentos, certa decepção com relação a alguns políticos, sendo observada uma certa desmotivação por parte de alguns com relação à política e conseqüentemente ao exercício do voto.

De acordo com Marshall (2002), é de fundamental importância que esses direitos possibilitem a participação do indivíduo no exercício do poder político, seja como membro atuante, seja como eleitor dessa autoridade política, que no contexto da pesquisa era o Programa Conviver. Portanto, não se evidencia, no contexto dessas variáveis, o estímulo aos Direitos Políticos da população assistida pelo Programa, levando-os a uma maior participação das decisões que interferem na vida de cada um, com um sentimento ético e consciência de cidadania.

Em síntese, observou-se que, apesar dos entrevistados conhecerem a gerência do programa, eles não sabem a forma pela qual a gerência é estabelecida nem as suas atribuições, bem como desconhecem a possibilidade de participarem do processo de avaliação do programa e não são incentivados a exercer o poder do voto como exercício do poder político.

### **5.3 PROGRAMA CONVIVER x DIREITOS CIVIS**

Neste tópico da pesquisa, apresenta-se a influência do Programa Conviver sobre o estímulo aos direitos civis pelos beneficiários assistidos pelo programa. Esses direitos buscam a liberdade individual, liberdade de imprensa, pensamento e fé, como também direitos à propriedade e à justiça.

Os direitos civis correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança etc.

Na esfera econômica, o direito civil básico é o direito de trabalhar, isto é, o de seguir a ocupação de seu gosto no lugar de escolha, tendo como exigência a prévia capacitação para o exercício ao trabalho escolhido (Marshall, 2002).

Diante desse contexto, procurou-se conhecer a liberdade de acesso à gerência e o desenvolvimento de atividades ocupacionais pelo programa ou através de parcerias. Os discursos mais representativos serão destacados seguir.

a) Conhecimento da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso

Através deste indicador, procurou-se identificar se os entrevistados têm acesso, por meio do Programa, às informações acerca dos direitos que os idosos possuem através da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, enaltecendo então o direito à justiça e liberdade de expressão, caso seja necessário. O assistido, de posse desse conhecimento, poderá exigir melhor o cumprimento da lei, realizando denúncias de irregularidades ou utilizando dos tribunais de justiça para defender seus direitos.

Os respondentes declararam conhecer a existência das Leis de proteção ao idoso, mas percebe-se que esse conhecimento existe de forma limitada. Para alguns, os direitos estão associados à passagem gratuita, atendimento preferencial, não sofrer violência, não sofrer opressão, conforme constatações observadas nas seguintes citações realizadas pelos idosos entrevistados :

Respondente nº 2

Eu conheço, mas esqueci o nome, ..., diz dos direitos da gente como é. É eu sou muito esquecida meu filho. Mas ela fala muito dos direitos da gente.

Respondente nº 4

[...] a gente sabe disso, mas para eu lhe dizer assim eu conheço diretamente não.

Respondente nº 5

Tem, tem muito. Eu mesmo em casa eu tenho uns panfleto uns cadernozinho que eles fazem, agora mesmo saiu uma do direito da gente. (era o estatuto do idoso).

Respondente nº 6

Mas nós temos... os direitos são vários né, nós conquistamos muita coisa, nós temos direito a passe grátis, passagem de ônibus, nós temos direito a ... a não sofrer violência, não ser lesado por parentes, e a gente correr atrás dos nossos direitos, são muitos os direitos que nós temos agora.

Respondente nº 7

Conheço. Tem a ... tem a lei do estatuto dos idosos... informa todos os direitos do idoso.

Respondente nº 8

Sei que nós temos direito a ônibus, na fila do banco, nós temos o direito de onde chegar se bem servido, nós temos direito de... acho que só esse mesmo que eu sei.

Respondente nº 9

[...] o direito do idoso não é? Mas eu não procurei assim... profundamente eu nunca me interessei, mas que eu sei que tem, tem, a lei tem...

Respondente nº 9

[...] tem o estatuto do idoso né? Tem o estatuto do idoso.

A partir das declarações, percebe-se que os beneficiários sabem da existência das leis de proteção aos idosos, mas, por outro lado, observa-se que esse conhecimento ocorre de forma superficial, visto que eles não conseguem entrar muito em detalhes, inclusive, alguns fazendo afirmações vagas. Percebe-se também, entre os entrevistados, que, apesar de saberem da existência dessas leis, muitos declaram não lembrar dos direitos que os assistem, como pode ser evidenciado nas seguintes falas :

Respondente nº 2

Não lembro meu filho (quando questionada sobre algum direito dos idosos).

Respondente nº 3

[...] já falou já, mas ai eu não lembro.

Respondente nº 4

[...] a gente sabe disso, mas para eu lhe dizer assim eu conheço diretamente não. [...] A gente escuta quando chega em casa já nem lembra mais daquilo negócio.

Nesse contexto, observa-se por meio das falas e com base no perfil dos entrevistados, a existência de limitações na população-alvo da pesquisa, em decorrência da baixa instrução formal da maioria dos entrevistados e por conta das limitações de saúde, provocadas pela idade dos beneficiários pesquisados.

Por outro lado, os entrevistados escolhidos responderam que existe, por parte do Programa Conviver, a preocupação em informá-los sobre os direitos que eles possuem, utilizando palestras com esse objetivo, como também através de esclarecimentos efetuados pela própria Coordenadora do programa, conforme declarações realizadas pelos entrevistados a seguir apresentadas :

Respondente nº 4

[...] doutora Gilma fala muito disso também. Já veio um palestrante, veio mais de uma aqui falar sobre o estatuto do idoso, essa coisa assim, mas é coisa que agente não grava muito.

Respondente nº 5

[...] através daqui, tudo que agente quer saber sobre os direitos dos idosos agente vai falar com a diretora e ela diz.

Respondente nº 6

[...]eu tomo conhecimento através da sociedade, pelos meios de comunicação, pelas palestras, pela Gilma aqui, nossa coordenadora que está passando pra gente [...]

Respondente nº 7

O estatuto do idoso já foi lido mais de uma vez... aí tem coisa que muitas vezes a gente não sabe porque é muita coisa né? [...] a pessoa querendo saber vai e pede que eles (a Cordenação) têm aí o estatuto do idoso.

Respondente nº 10

Aqui. Aqui porque a Dra. Gilma é a presidente... aí a gente conheceu aqui [...].

Deste modo, verifica-se por meio das citações acima apresentadas que o processo de comunicação entre os participantes e o responsáveis pelo Programa existe, inclusive, mantendo-os informados e esclarecidos sobre as Leis que existem em prol dos idosos, e consequentemente, deixando os entrevistados cientes dos direitos que possuem. Nesse sentido, observa-se que o Programa tem cumprido o seu papel nesse aspecto, visto que, os



entrevistados precisam conhecer os seus direitos para que possam, quando esses direitos forem violados, recorrerem ao direito de justiça, usufruindo assim, do Direito Civil, que é o acesso à justiça e liberdade de expressão.

b) Acesso à documentação pessoal

Através deste indicador buscou-se verificar se o Programa Conviver tem contribuído para a emissão dos documentos pessoais dos entrevistados, ação esta que possibilita o alcance dos primeiros degraus dos Direitos Civis, pois, servem para o exercício da cidadania e permitem ao portador acesso aos seus direitos fundamentais. Os documentos são aqueles que favorecem ao indivíduo o reconhecimento de sua pessoa em qualquer parte do território nacional, ingressar como funcionário ou empregado em instituições, prestar exames ou matricularem-se em quaisquer estabelecimentos de ensino, inscrever-se em concursos e ter a possibilidade de adquirir bens, tais como: certidão de nascimento, identidade, título de eleitor e o cadastro de pessoas físicas (CPF).

Desta forma foi questionado aos entrevistados se seus documentos pessoais foram emitidos durante a sua participação junto ao Programa Conviver, sendo constatado que dos 10 entrevistados, 08 já tinha seus documentos emitidos antes de ingressarem no programa e apenas 02 obtiveram a emissão de alguns documentos pessoais depois do seu ingresso junto ao programa. Tal fato pode ser analisado nas falas a seguir destacadas :

Respondente nº 2

Eu tirei a identidade e o CPF.

Respondente nº 10

Tirei a segunda via da identidade.

Nesse contexto, verifica-se que, apesar da maioria dos entrevistados já terem obtido os seus documentos pessoais antes de ingressarem no Programa Conviver, o programa tem contribuído, para que os assistidos que ainda não possuem, venham a obter seus documentos pessoais, conforme as falas acima descritas, o que corrobora o indicador do Direito Civil.

c) Acesso a atividades ocupacionais

Por meio deste indicador, procurou-se identificar se o Programa Conviver tem promovido oportunidades, aos seus participantes, de exercerem atividades ocupacionais com o objetivo de auxiliar o indivíduo a atingir o grau máximo possível de autonomia no ambiente social, doméstico, de trabalho e de lazer, conforme as propostas iniciais do programa. Os respondentes declararam que participam de atividades como: fisioterapia, ginástica, educação física, atividades manuais, danças, corais e banda de pífanos, o que pode ser evidenciado nas falas abaixo :

Respondente nº 1

[...] terapia (Fisioterapia)... tem a gisnática [...].

Respondente nº 2

Trabalhei com planta e barro, fazendo panela de barro ... uma parte para gente a outra agente dava.

Respondente nº 4

[...] agente faz a atividade, agente fica fazendo física o tempo todo. [...] trabalho (voluntário) no São Vicente de Paula, todo domingo eu sou tesoureiro. Eu trabalho sem receber, agente ajuda aos que precisa. Eu recebo o dinheiro e quando chega uma pessoa necessitada precisando de um remédio eu compro p medicamento e eu pago dou o recibo e quando é no fim do mês eu presto conta no conselho.

Respondente nº 6

[...] educação física, né, que faz a física, temos as danças, todos tipos de dança né, temos todo o folclore, as quadrilhas no meio do ano, temos tudo.

Respondente nº 7

[...] a banda de pífano que eu faço parte dela, sou componente da banda de pífanos né... desde quando fundou ... a banda de pífanos que vai se apresentar, em muitos cantos, até em outro estado já foi né? Nessas cidadezinhas aí, todas elas já se apresentou.

Respondente nº 9

[...] do coral.

Respondente nº 10

[...] aqui tem artesanato, aqui a gente faz flores, aqui faz fuxico, aquelas coisas que faz rodinha de pano, tem muita coisa aqui, muita atividade.

Dessa forma, verificou-se nas expressões construídas pelos entrevistados que o programa tem contribuído para a realização de atividades ocupacionais, que buscam estimular a participação dos usuários do programa, com o objetivo de oferecer aos participantes meios de manter sua capacidade funcional ativa, proporcionando uma melhor autonomia nas atividades da vida diária, em sintonia com o estímulo aos Direitos Civis, conforme advoga Marshall (2002).

Em resumo, os usuários possuem conhecimento, apesar de limitados, das Leis de proteção aos idosos, estão tendo acesso à emissão dos documentos pessoais, para aqueles que não possuem, e a atividades ocupacionais, de acordo com a proposta de trabalho do programa.

#### **5.4 PROGRAMA CONVIVER x DIREITOS SOCIAIS**

Será discorrido, neste tópico, a respeito da influência do Programa Conviver sobre o estímulo aos Direitos Sociais no município de Campina Grande-PB. Esses direitos buscam o mínimo de bem-estar econômico e a garantia de mobilidade social, de levar a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (Marshall, 2002).

Diante disso, buscou-se identificar a influência das ações do Programa Conviver sobre o estímulo à educação, ao lazer e à saúde dos assistidos, conforme previsto na proposta inicial do programa.

##### **a) Atividades educacionais aos assistidos pelo programa**

Este indicador buscou verificar se o Programa Conviver tem implementado junto aos seus usuários alguma atividade educacional que contribua para ampliar a participação desses indivíduos na vida social e cultural, visando a uma melhoria nas relações interpessoais, qualidade de vida e maior reflexão sobre aspectos gerais da sua vida, desenvolvendo e ampliando suas habilidades. Os respondentes afirmaram, em sua totalidade, que o programa tem propiciado, aos participantes, a escolha de alfabetização, como atividade educacional. Tal fato pode ser verificado nas falas a seguir destacadas :

## Respondente nº 1

A meu filho eu participo da escolinha ... É ensinar o alfabeto, mas como eu já sei eu não estou indo muito.

## Respondente nº 4

Teeemmm, aqui tem uma aula para os idosos e tem outra professora também, aqui tem duas aulas e funciona todo dia. [...] Aqui é o seguinte é alfabetização. Eu não o meu grau de estudo é mais alto eu nunca participei de estudo aqui não.”

## Respondente nº 5

No conviver tem, tem a sala, tem a professora, eu não participei por que eu sou do nível para cima. Eu estudei muito pouco, só fiz ate o terceiro ano primário [...].

## Respondente nº 6

[...] eles ensinam os idoso a ler, todo ano tem a formatura dos idosos aí.

## Respondente nº 7

Eu não participo porque... eu tenho a oitava série, e aí não dá né... porque é só pra quem é principiante.

Sendo assim, pode-se constatar, de acordo com as citações dos entrevistados, que o Programa tem propiciado aos seus participantes, como atividade educacional, a alfabetização, conforme descrito em sua proposta de trabalho. Por outro lado, observa-se, pelas constatações descritas acima, que o programa tem se limitado apenas a essa atividade educacional.

A educação é considerada um item primordial para um envolvimento político satisfatório e profícuo. De acordo com Demo (1995), a educação básica constitui um elemento fundamental para a cidadania, desde que tenha qualidade necessária para formar competência.

No caso do programa analisado, todos os participantes da pesquisa têm conhecimento da existência de um programa de alfabetização, mas apenas 2 participantes frequentam as suas aulas.

Os que não participam dessa atividade acreditam que a mesma é voltada unicamente para os idosos que não sabem ler, o que reforça mais ainda o analfabetismo funcional existente entre os participantes do Programa Conviver. Há também um equívoco didático dos profissionais educadores responsáveis por essa atividade, já que, segundo alguns idosos, o planejamento das aulas é feito levando em consideração apenas idosos analfabetos. De acordo com as suas falas, os entrevistados 4, 5 e 7 ficaram desassistidos por já serem alfabetizados,

demonstrando a necessidade do Programa Conviver implementar outras atividades que atendam também a estes usuários. Observa-se, além disso, uma evasão por parte de alguns, motivada por problemas de saúde como labirintite, problemas de memória e de visão, o que pode ser verificado nas afirmações dos entrevistados 1, 2 e 3 descritas abaixo :

Respondente nº 1

[...] mas ultimamente eu tenho estado meio afastada, porque eu não consigo mas entender, eu tenho labirintite e minha vista ta muito ruim, ai eu já falei para a professora.

Respondente nº 2

[...] a professora ensina de um jeito direitinho né, aí tá na cabeça da gente, quando sai dalí a gente se esquece de tudo, pra que eu vou estuda?

Respondente nº 3

Se tem, tem pô ... Eu não participo porque eu me operei desses dois olhos, eu sou meio cego ... Eu sou cego mas tem hora que eu vejo tudo (num sentido figurado), mas se eu for pra aula eu não enxergo.

Com base nas citações descritas acima, verifica-se a necessidade do Programa desenvolver diferentes atividades educacionais, de acordo com a realidade e o perfil dos usuários participantes do programa, com o objetivo de atingir a todos, ao invés de apenas uma parcela dos seus assistidos. Tal constatação demonstra a ineficiência dessa atividade do Programa na área de educação, comprometendo o objetivo de promover o bem-estar social através da educação (Marshall, 2002).

#### b) O lazer dos assistidos

Nesta fase do estudo, foi averiguado se o Programa Conviver tem promovido e incentivado a realização de lazer para os seus beneficiários, conforme descrito em sua proposta de trabalho. Por lazer, Dumazedier (1994) considera um conjunto de ocupações de bom grado que o indivíduo usa para repousar, para divertir-se, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação voluntária ou sua livre capacidade criadora, quando livre das obrigações profissionais, familiares ou social, sendo, portanto uma atividade de livre escolha, liberatória, desinteressada, sem fins lucrativos.

Nesse contexto, sobre a motivação dos usuários do Programa para um convívio social, através de atividades de entretenimento e de lazer, os respondentes declararam que o

programa desenvolve atividades de jogos, danças e algumas viagens para a praia e fazenda, conforme falas abaixo :

Respondente nº 1

[...] jogos (dominó, cartaz) [...] faz umas viagens com o grupo de música, agente passa um dia, passa uma tarde, tem o lanche.

Respondente nº 4

A maior tradição daqui é o forró, vc vê o forro é o tempo todo dia esses forró. Quando chega gente logo cedinho, já começa o forró, vai até a hora que terminar meio dia 1 hora povo dança aqui ... eu gosto de dançar também e brincar, (qual dança?) a dança o forró.

Respondente nº 5

[...] as vezes tem viagem passeio, agente ai à praia, vai à fazenda, passa o dia se divertindo por fora também.

Respondente nº 9

Alguma vez eu dou uma dançadinha ali [...].

Sendo assim, observa-se por meio das respostas obtidas dos entrevistados, que as ações do Programa proporcionam viagens em grupo, divertimentos e desenvolvimento social e pessoal aos seus participantes, estimulando formas de lazer aos idosos, ação prevista em proposta inicial do Programa Conviver, efetuado assim, ações relacionadas com os direitos sociais dos seus usuários (Marshall, 2002).

#### c) A saúde dos assistidos

Este indicador teve como objetivo verificar se o Programa Conviver tem promovido ações no sentido de contribuir para a conscientização dos seus usuários sobre as medidas profiláticas, através de palestras, consistindo em trabalhar questões relativas à promoção da saúde do idoso e de sua família, por meio do estímulo ao autocuidado em busca de promover o bem-estar físico, mental e social. Os respondentes declararam que o Programa tem propiciado palestras com o objetivo de esclarecê-los sobre algumas doenças, como

osteoporose, dengue, problemas de colunas e odontológicas, como também consultas com geriatras, incluindo alguns exames, conforme pode ser observado nas falas realizadas pelos idosos entrevistados:

Respondente nº 1

É Assim osteoporose né, como agente saber usar o tapete (evitar quedas), ajeitar as coisas do banheiro, cuidados de como sentar, de andar, os movimento que agente pode fazer. Agente que tem problema de coluna e ai agente tem que saber essas coisas.

Respondente nº 2

[...] saber usar o tapete (evitar quedas), ajeitar as coisas do banheiro, cuidados de como sentar, de andar, os movimento que agente pode fazer ... aqui ensina muitas coisas. Ensina como agente tem que cuidar pra viver melhor”

Respondente nº 3

Aqui tem o doutor aqui, mas eu num precisei ainda não [...] a gente tem umas palestras e umas conversas com o pessoal falando sobre a dengue.

Respondente nº 4

[...] eu já fiz varias várias consultas com doutor João Bosco aqui nesse birô mesmo ele passou, muitos exames pra mim. O ano passado mesmo ele passou um monte de exame sobre os exames da próstata. Lá no posto perto de onde eu moro lá é meio demorado, aqui eu fiz todos os exames que eu precisava, todos.

Respondente nº 6

[...] ah... de todo tipo de saúde porque os meninos sempre estão aqui de... odontologia, medicina, eles estão sempre orientando, né, assim.. [...].

A “*Saúde Física*” foi a categoria mais frequentemente relatada, sendo facilmente lembrada pela metade dos participantes. Todos os idosos foram enfáticos em afirmar que já participaram das palestras oferecidas pelo programa. É notória a ênfase dada à saúde em seu sentido mais corpóreo e patológico, pelos profissionais educadores responsáveis. Por essa razão, a saúde física é citada, direta ou indiretamente, por todos os idosos entrevistados. O

aprendizado transmitido dessa forma tem como plano principal as especificidades fisiológicas da senescência, como, por exemplo, as doenças ósseas, citadas por boa parte dos participantes, em detrimento de outras questões também relevantes que poderiam ser trabalhadas para despertar uma consciência política e cidadã nos envolvidos.

A visão unilateral dos conhecimentos transmitidos aos idosos é ainda mais reforçada, levando-se em consideração que a segunda categoria de respostas apontadas pelos entrevistados, cuidados posturais e prevenção de acidentes, também possui relações com a saúde física.

Por conseguinte, verifica-se, segundo as declarações acima apresentadas, que o Programa Conviver tem proporcionado algumas atividades relacionadas com a área de saúde, item previsto dentre as propostas iniciais de trabalho do programa. Tal ocorrência corrobora com Marshall (2002), quando diz que um dos pilares do Direito Social é permitir ao cidadão levar a vida de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Em síntese, observou-se que os usuários alfabetizados estão desassistidos de atividades educacionais junto ao programa, entretanto, todos os entrevistados estão tendo atividades de lazer e assistência médica, de acordo com a proposta de trabalho do programa.

## **5.5 TIPOS DE CIDADANIA**

Este indicador teve como objetivo classificar qual tipo de cidadania poderia ser identificado no Programa Conviver, a partir dos discursos dos entrevistados. Dessa forma, perguntou-se sobre a opinião deles acerca do Conviver, inquirindo, nas entrevistas realizadas, se houve alguma mudança na vida deles depois de ingressarem no programa e se eles se sentiam mais respeitados com a existência do Conviver.

Algumas observações podem ser constatadas abaixo, conforme as declarações realizadas pelos entrevistados:

Respondente nº 1

Não eles não falam nada aqui em relação a isso (importância do voto), eles não podem. Eles não falam nada disso aqui.

Respondente nº 2



[...] todo ano morria um. Aí eu fiquei com meu pai, só com meu pai e oito irmão que eu tinha. Aí morreu meus irmão, meu pai foi pro derradeiro, com 89 anos, ele era meu menino. Aí ficou eu com minha irmã, pra onde eu ia ela ia também. Aí ela morreu de repente, eu fiquei só o trapo, faz oito anos, já completou oito anos que ela morreu. Eu fiquei trancada dentro de casa, uma morta viva num sabe, eu não gosto nem de contar que eu fico logo... lá em casa a casa era cheia de gente, era e ainda é. Mas quando minha irmã morreu, eu tranquei a porta e não entrava mais ninguém, sou eu mesmo. [...] Ai quando eu vim pra cá, voltou minha alegria a fé que eu tinha em Deus. Graças a Deus voltou minha saúde, minha felicidade isso daqui é o céu pra mim.

Respondente nº 3

Esse negócio do conviver aqui é muito bom rapaz, se não fosse isso os senhores de idade já estavam tudo arrasado, esse programa aqui se vc adoecer tem o médico pra vc e fazer exame de vista, fazer qualquer coisa operação.

Respondente nº 5

Quando ela (esposa) faleceu ai o negocio ficou ruim pra mim, eu não tinha graça de nada, eu não achava graça.... Eu sei que agora nunca mais eu tive nada, por que minha mente começou a funcionar, eu faço parte de um e de outro e foi desaparecendo e aquele negocio (tonturas) foi desaparecendo ai voltou toda minha saúde.

Respondente nº 6

A nossa coordenadora é muito neutra, ela não aceita nem camisetas de propaganda de partidos políticos, é um assunto que ela não toca, é um assunto delicado, ela é super neutra porque aqui tem livre-arbítrio, a gente faz o que quer, a gente é o que quer ser. Ela não incentiva nada, negócio de política ela nem trata do assunto.

Respondente nº 7

Não, eles não falam não, a pessoa vota se quiser; se não quiser votar, não vota. Eles não obrigam (sobre votar nas eleições).

Respondente nº 9

Fiquei com depressão grande, emagreci, perdi muito peso... fiquei muito, assim, desorientada, sabe? Aí a minha colega me chamou pra vir pra aqui, porque eu ia sair de casa, ia conhecer pessoas, eu ia viver diferente do que eu vivia na minha casa. Aí eu vim pra aqui e graças a Deus melhorei.

## Respondente nº 10

Olhe, é o seguinte: é porque a gente não tem outra diversão né? .... aí a gente tá se divertindo e aqui é bom demais, tem médico, aqui tem enfermeira, tem tudo aqui tem pra gente, aqui é muito bom. ... aí a gente conheceu aqui que a gente temos o direito de viajar pra João Pessoa, pra Recife, pra Rio, São Paulo, aqui dentro da cidade a gente era... de primeiro a gente quando entrava dentro do ônibus os motoristas não deixavam nem a gente se sentar, né? Agora não, agora mudou, a gente senta, eles esperam, a gente mostra a carteirinha na... na camerazinha, a gente mostra a carteirinha, aí eu faço mesmo pra experimentar eles né, eu mostro a carteirinha ali e digo “precisa você olhar também a carteirinha?” e ele diz “não, vó, pode sentar”. Aí pronto, agora eu já sei que a gente, mostrou a carteirinha ali não precisa mais mostrar a ele né? Eles estão recebendo a gente melhor.

Nesse sentido, conforme os dados elencados nas afirmações supracitadas e com base nos referenciais propostos por Demo (1995), observa-se que o tipo de cidadania que tem predominado no Programa Conviver é a cidadania assistida, permitindo a elaboração de um embrião da noção de direito, que é o direito à assistência, integrante de toda democracia. A cidadania torna-se assistencialista, à medida que “reforça a subalternidade ignorante do excluído, em vez de sua emancipação” (DEMO, 1995, p.156), realçando em excesso a perspectiva do beneficiário passivo e obediente preferir a assistência à emancipação. Labora também na reprodução da pobreza política, não se comprometendo com a necessária equalização de oportunidades.

Essa afirmação pode ser enfatizada por meio do pensamento de Demo (1995, p.110), ao destacar que

A assistência, conforme a própria Constituição (Art. 203), não é direito universal, porque a pessoa que consegue sobreviver, se coloca como ideal não a assistência, mas a emancipação. Faz parte da emancipação, entre outras coisas, não depender de assistência alheia, para ser e ter projeto próprio de vida e desenvolvimento. Entretanto, assistência deve ser direito permanente, nos casos em que sobrevivência é problema permanente. Destaca-se três grupos sociais : deficientes, idosos e crianças.

Isso se evidenciou a partir dos discursos que explicitaram a dependência do Programa Conviver, no momento em que demonstraram a necessidade de relacionamentos, causada pela solidão, em função da perda dos seus companheiros. Vários respondentes demonstraram a importância do Programa para suas vidas, principalmente, motivados pelas atividades sociais promovidas pelo programa.

Por outro lado, com base nas entrevistas realizadas junto aos usuários participantes do grupo de convivência “Cabelos de Neve”, observa-se também que o programa tem contribuído pouco no sentido de orientar seus usuários na importância de participarem na sociedade como cidadãos através do exercício do voto, principal característica do direito político, segundo Marshall (2002). Inclusive, o exercício desse direito por parte dos idosos não tem ocorrido dentro do Programa, quando estes idosos não têm o direito de votarem na escolha dos gestores do programa nem de participarem das reuniões de avaliação do programa junto a Gerência do Programa Conviver.

Talvez isso seja influenciado pelo fato de os entrevistados terem idade acima de 70 anos, estando assim, conforme a Constituição Federal ( Art. 14 § 1º II b), desobrigados a votarem. Numa sociedade como a nossa, em que a força do cidadão pode ser expressa através do voto, e sabendo-se que os idosos terão cada vez mais uma representação importante na sociedade com base nas projeções de envelhecimento da população em geral, faz-se necessário destacar que essa participação só será expressiva se esses idosos forem incentivados a exercitarem os seus direitos políticos no seu dia a dia, inclusive, começando dentro do próprio programa do qual eles fazem parte como usuários.

Verifica-se também, com base nas ações praticadas pelo programa junto aos seus usuários, uma conotação direcionada à assistência, proteção, controle e voltada aos direitos sociais ampliados, denotando uma prática de incentivo à pobreza política, característica de uma cidadania assistida (Demo, 1995).



Apesar de ser considerada como uma conquista do século XX, o envelhecimento populacional se transforma, no entanto, em um grande desafio para este século XXI no que diz respeito, sobretudo às políticas públicas contemporâneas, exigindo do Estado, em suas três esferas de governo – União, Estados e Municípios, a efetivação de políticas públicas voltadas para esta parcela da população.

Este fenômeno iniciou-se nos países desenvolvidos, porém, já se observa de forma acentuada nos países em desenvolvimento, trazendo para a sociedade uma questão que foi considerada, por muito tempo, como exclusiva das famílias ou das instituições filantrópicas.

A velhice é também marcada por uma fase de perdas para uma grande maioria desta população, designada por algumas conotações, produto de uma cultura que foi historicamente moldada segundo as interpretações dominantes acerca da mobilização do corpo humano, na divisão social do trabalho que podem estar associadas a questões não apenas biológicas, mas principalmente sociais. A partir dela, é construída uma identidade social pela sociedade em que vivemos, a qual se encarrega de estereotipar o idoso com um sujeito funcionalmente incapaz (posto que se encontra alijado do âmbito produtivo), termo visivelmente marcado pelo preconceito, repercutindo cada vez mais na questão social da velhice, modelo delimitado pelo sistema capitalista, baseado na ideia de que, à medida que se avança na idade, o corpo e a mente tornam-se improdutivos, não sendo valorizada a experiência de vida do homem.

Para um envelhecimento de forma digna faz-se necessário algumas ações por parte da família, da sociedade e do Estado, tendo em vista as mudanças sociais que esse fenômeno tem proporcionado, principalmente na estrutura familiar e nos custos sociais provocados pelo aumento significativo de idosos na pirâmide etária da população.

Nas últimas décadas, já se observa um grande avanço, principalmente com a criação e implementação de legislações que, até então, não existiam, mas observa-se também a necessidade de que essas leis se façam valer no cotidiano dos idosos. Na Constituição Federal Cap. VII, Tít. VIII de 1988, está garantido o direito dos idosos nos artigos 229 e 230, culminando na criação da Política Nacional do Idoso, em 1996, trazendo o tema para a arena dos debates e repercutindo na criação de políticas públicas para esse segmento populacional.

A partir dos anos 80, observa-se o surgimento de práticas inovadoras de descentralização no gerenciamento das políticas públicas, pelas quais os municípios passam a ter a oportunidade de gerenciarem os recursos públicos federais para a implantação de projetos e programas sociais. Em face de novo panorama criado pela descentralização, com o objetivo de atingir segmentos menos favorecidos na sociedade por meio dos municípios,

dentre eles os idosos, situa-se a importância da avaliação das políticas públicas com o intuito de verificar se os objetivos propostos estão sendo realmente alcançados de forma eficaz.

É nessa conjuntura que se situa o Programa Conviver da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB, objeto dessa pesquisa que teve como título : *Política Pública para o idoso : uma avaliação do Programa Conviver em Campina Grande-PB*, que buscou verificar, na percepção dos usuários, através das entrevistas, como as ações do Programa Conviver contribuem para o exercício da sua cidadania, explicitando quais as dimensões do programa se apresentaram com maior veemência nos discursos.

A cidadania situada neste trabalho consiste na existência de direitos, que, por sua vez, provocam o surgimento de outros direitos, sendo constituída pelos direitos civis (direito à liberdade, direito à vida); direitos políticos (direito de votar e ser votado, de participar ativamente nas decisões) e direitos sociais (direito à educação, saúde e assistência), cuja construção ocorre a partir do conhecimento e reconhecimento dos direitos pelos próprios indivíduos, como um processo de transformação social.

No primeiro objetivo deste estudo, buscou-se identificar como as ações do Programa Conviver tem contribuído para os idosos participantes exercerem os direitos políticos no município de Campina Grande-PB. Nesse contexto, buscou-se conhecer a garantia dos beneficiários em participar de entidades com autoridade política, como eleitor dos membros ou participante das decisões junto aos membros que coordenam tal entidade política, no contexto da pesquisa representada pela Gerência do Programa Conviver. A busca da consciência de participação desses direitos por parte dos assistidos era condição básica para a existência de uma relação entre o Programa Conviver e os Direitos Políticos.

O conhecimento da existência da gerência está centrado na pessoa de Gilma Souto Maior. Por outro lado, os assistidos demonstraram não conhecer as atribuições dessa gerência, como a de cadastrar os participantes, a instrução dos participantes sobre o programa, a elaboração de relatórios dos planos de ações para serem encaminhados aos setores competentes, entre outras, sugerindo, portanto, no contexto desta variável, o pouco estímulo do Programa Conviver aos Direitos Políticos dos idosos no município, já que os assistidos sequer tinham conhecimento da possibilidade de poderem participar, junto com a gerência, das avaliações do sistema de atendimento oferecido pelo Programa, como também da própria equipe que executa as ações, no caso a Gerência.

Nesse sentido, observa-se, quanto à diretriz da Política Nacional do Idoso que trata do sistema de informações, conforme o Art. 3º da Lei 8.842, que o Programa demonstra deficiência nesse sentido, junto aos seus usuários, pelo fato de não existir um sistema

organizado de divulgação dos aspectos políticos do programa, bem como pelo desconhecimento por parte dos usuários da possibilidade de poderem participar no programa através de suas representações nas avaliações das ações do programa e do desempenho da equipe executora das ações, o que indica que essa atividade não está sendo realizada.

No segundo objetivo proposto procurou-se identificar como as ações do Programa Conviver têm contribuído com os idosos participantes para o exercício de seus direitos civis, descrevendo a liberdade de acesso à gerência e o desenvolvimento de ações no sentido de torná-los conhecedores da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso; como também para aqueles que ainda não possuem obterem seus documentos pessoais. Por último, verificou se o programa tem oferecido oportunidades aos seus participantes de exercerem atividades ocupacionais com o objetivo de manter, restaurar e melhorar a capacidade funcional.

Assim, constatou-se, nesta pesquisa, que o Programa Conviver tem proporcionado meios para que os seus beneficiários possam ter acesso e conhecimento acerca da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, através de palestras, seminários e de esclarecimentos realizados pela própria gerência do programa.

Quanto aos documentos pessoais dos participantes que ainda não possuíam, observou-se que o Programa tem promovido ações no sentido de que estes documentos sejam emitidos.

Convém salientar que o Programa tem proporcionado atividades ocupacionais realizadas no próprio local de funcionamento do programa, no sentido de manter sua capacidade funcional ativa, através de práticas de trabalhos manuais, danças folclóricas, que podem contribuir na herança social, previstas nas propostas iniciais de trabalho.

Diante de tais fatos, pode-se constatar que o Programa Conviver tem estimulado os Direitos Civis dos assistidos, pelo fato de estarem tendo acesso aos seus direitos de justiça e acesso às atividades ocupacionais laborais.

No terceiro objetivo proposto por este estudo, procurou-se identificar como as ações do Programa Conviver têm contribuído com os idosos participantes para o exercício de seus Direitos Sociais. Esses direitos buscam o mínimo de bem-estar econômico e a garantia de mobilidade social, proporcionando a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade, através do estímulo à saúde, ao lazer e à educação oferecida aos assistidos.

Nesse sentido, observou-se que o Programa Conviver tem contribuído com a realização de atividades que estimulam o lazer e as atividades de saúde, conforme descrito em sua proposta de trabalho. Quanto ao estímulo à educação, observou-se deficiência na única

atividade realizada pelo programa, conforme as entrevistas com os usuários, visto que atinge apenas os participantes analfabetos, ficando os demais sem nenhum incentivo nesse aspecto.

Desse modo, no que se refere aos Direitos Sociais, o Programa Conviver tem contribuído, em parte, para que seus usuários possam levar uma vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

No quarto objetivo proposto por este estudo, procurou-se classificar o tipo de cidadania presente na população idosa do município de Campina Grande, que participa das ações do Programa Conviver. Observou-se, portanto, que a cidadania assistida predomina no Programa, na qual o direito social é para quem não consegue auto-sustentar-se. Dessa forma, constatou-se uma alta expectativa desses idosos em se manterem ligados ao Programa, principalmente quando se identificou que este tem contribuído para dar um novo sentido às suas vidas em decorrência do isolamento vivido por esses idosos, antes de ingressarem no programa, sendo observado, nesse contexto, que o programa assume o papel de protetor para com esses idosos, diante de uma sociedade discriminante.

No caso dos usuários do Programa, observou-se que as maiores necessidades deles estão relacionadas com os serviços que o programa tem oferecido, principalmente aqueles que proporcionam atividades de lazer, ocupacionais e de saúde.

De acordo com as propostas iniciais do Programa e com base no perfil de seus usuários, pode-se identificar que os seus participantes possuem carências e necessidades, sendo ele um dos instrumentos, com base na Política Nacional do Idosos, para o resgate da cidadania, atuando com variadas iniciativas nos campos da saúde, educação, lazer, atividades sociais, dentre outros.

Observa-se com base no perfil sócio-demográfico, sob o contexto da educação formal, a limitação existente entre esses idosos. Apesar das políticas voltadas para a educação serem consideradas como estratégia primordial para o desenvolvimento da sociedade, principalmente pelo seu impacto no processo de construção da cidadania, isso não torna a assistência de menor importância, visto que ela leva vantagem no sentido de corresponder às necessidades sociais imediatas (DEMO, 1995).

Nesse contexto, percebe-se que o interesse maior por parte dos idosos, para com as ações de assistência do programa, ocorre em razão das debilitações físicas provocadas pela idade na maioria deles, sendo observado que a educação não é considerada importante pelos usuários. No caso dos entrevistados, a necessidade imediata corresponde ao lazer e saúde, motivo pelo qual buscaram participar do programa.



Sendo assim, observou-se que, apesar dos seus usuários conhecerem e terem acesso à gerência do programa, eles não sabem como funciona o processo de seleção da equipe que responde pelo programa e nem mesmo a finalidade da gerência geral, como também desconhecem a possibilidade de poderem participar da avaliação do programa junto à essa gerência, condição necessária para uma relação entre o Programa Conviver e os Direitos Políticos. Em seguida, constatou-se, por meio dos usuários, que a única atividade educacional realizada pelo programa é a alfabetização, deixando os usuários já alfabetizados desassistidos de alguma atividade nessa área.

Portanto, com base em Marshall (2002), que classifica o conceito de cidadania em direitos políticos, civil e social, conclui-se que o Programa Conviver, na cidade de Campina Grande-PB, não tem contribuído para a cidadania plena de seus usuários participantes do grupo de convivência “Cabelos de Neve”, visto que suas atividades atendem aos Direitos Cívicos e Sociais, porém, o programa não está contemplando atividades que incentive o exercício dos Direitos Políticos.

Por fim, o intuito da presente pesquisa foi verificar se o que foi formalmente propagado pelo Programa, através de seus relatórios anuais, de fato foi realizado, tomando como base da pesquisa o grupo de convivência “Cabelos de Neve”, e tentar dar contribuições às pesquisas já existentes e às vindouras sobre o tema da cidadania para que, com sua compreensão, possam auxiliar na melhoria das políticas públicas destinadas aos menos assistidos.

## REFERÊNCIAS

AIRES, Betânia de F. **O idoso e as ações sociais em prol desse grupo etário: um estudo sobre a qualidade de vida na “terceira idade” e o “projeto saúde e cidadania na melhor idade”**. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2008.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Ano 51. n.4, Out-Dez, 2000.

ALCÂNTARA A. O. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos**. Campinas: Alínea; 2004.

ARRETCHE, Marta T. Mitos da descentralização: maior democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 44-66, 1996.  
 \_\_\_\_\_. Tendências no estudo sobre avaliação. In.: RICO, Elizabeth M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais : uma questão em debate**. 4ed. São Paulo: Cortez : Instituto de estudos Especiais, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. (L. A Reto & A. Pinheiros, Trad.). São Paulo: Edições 70/Livraria Ed, 2006.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Tradução Maria Helena Franco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENEVIDES, M. V. de M. Cidadania e democracia. **Lua Nova – Revista de cultura e política** n° 33, p. 5-16. São Paulo : CEDEC, 1994.

BOANETTO, R. C.; HEIMANN; L. S. Conselhos e representação de idosos e estratégias de participação. In: VON SIMON, Olga. R. M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Orgs.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP : Editora Alínea, 2006.

BOARETTO, R. C.; GUSMÃO, N. M. M. de. Políticas públicas e velhice – reflexões sobre velhos que vivem nas ruas. In.: GUSMÃO, N. M. M. de; SIMSON, O. R. de M. Von (Orgs.). **Velhice e diferenças na vida contemporânea**. Campinas-SP : Editora Alínea, 2006, p.19-33.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro : Elsevier, 1992.  
 \_\_\_\_\_. **O tempo da memória: De senectute e outros escritos autobiográficos**. Rio de Janeiro : Campus, 1997.

BRÊTAS, J. R da S.; OLIVEIRA, J. R. de; YAMAGUTI, L. Reflexões de estudantes de enfermagem sobre morte e o morrer. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 477-83, 2006.

CABRAL, Benedita E. da S. Lima. **Recriar laços; estudo sobre idosos e grupos de convivência nas classes populares paraibanas**. Tese de doutorado. Campinas, SP : Unicamp, 2002.

CAMARANO, A. A. et al. (Coord.). **Como vai o idoso brasileiro ?** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão 681).

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros. Muito além dos 60 anos.** Rio de Janeiro: Ipea, p.253-292, 2004.

CARVALHO, Silvio S. M. **Teixeira de. Alimentar a fome ou matar a cidadania ? – Uma análise do programa de distribuição de alimentos (PRODEA) no município de Canguaretama/RN.** Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2005.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil.** 11ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

CAVALCANTI, Mônica M. de A. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais - uma abordagem conceitual. **Interfaces de Saberes** (João Pessoa-Pb), v. 6, p. 1-13, 2006.

CESAR, Alexandre. **Acesso à justiça e cidadania.** Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 2º ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2006.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** 8. ed., Petrópolis,RJ : Vozes, 2008.

COMPARATO, F. K. A nova cidadania. **Revista Lua Nova.** nº 28/29, p. 85-86. São Paulo: CEDEC, 1993.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração.** 7º ed. Porto Alegre: Bookman, 2003

CÔRTE, Beltrina; OLIVEIRA, Berdanete de; MEDEIROS, Suzana. O Brasil: o que dizem os números sobre a pessoa idosa ? Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG, de 18 a 22 de setembro de 2006. **Anais eletrônicos** ... ABEP, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_190.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_190.pdf)>. Acesso em: 13 mar.2010.

COSTA, Janiely Bezerra da. **Política nacional do idoso: uma análise da saúde na terceira idade no grupo “aurora da vida” do programa conviver da semas em Campina Grande-PB.** Monografia do curso de Ciências Sociais. Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Campina Grande, 2004.

COSTA, F. L da.; CASTANHAR, F. L. Avaliação e programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro : **Revista de Administração Pública (RAP)** 37(5):969-92, Set./Out., 2003.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga.** 10ed. Lisboa : Livraria Clássica Editora, 1980.

- DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil ?** Rio de Janeiro : Rocco, 2001.
- DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** São Paulo: Editora USP/Fapesp, 1999.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas : Autores Associados, 1995.  
\_\_\_\_\_. **Política social do conhecimento.** Petrópolis-RJ : Vozes, 2000.
- DUMAZEDIER, Joffre. **A revolução cultural do tempo livre.** São Paulo : Studio Nobel, SESC, 1994
- FARIA, Regina M. Avaliação de programas sociais : evoluções e tendências. In.: RICO, Elizabeth M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais : uma questão em debate.** 4ed. São Paulo: Cortez : Instituto de estudos Especiais, 2006.
- GESSER, Hubert C. **Expectativa de vida no Brasil: a geração de modelos explicativos por regressão linear múltipla.** Tese do doutorado em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2005.
- GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.  
\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Atlas : São Paulo, 1999.
- GIRON, L. S. O futuro da cidadania. In.: GIRON, L. S. (Org.) **Refletindo a cidadania – Estado e sociedade no Brasil.** 7ed. Caxias do Sul : EDUCS, 2000.
- GRESSLER, Lori A. **Introdução à pesquisa – projetos e relatórios.** São Paulo : Edições Loyola, 2003.
- HILL, Michael. **The public policy process.** Prentice Hall, 5ed., 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1980.** Rio de Janeiro, 1982  
\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2002.  
\_\_\_\_\_. **Perfil de Idosos Responsáveis pelos Domicílios,** 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acesso em: 2 jul. 2009.  
\_\_\_\_\_. **Projeção da população do Brasil: 1980 – 2050, 2007.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/default.shtm)>. Acesso em: 2 jul. 2009.
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Radar social – 2005.** Rio de Janeiro : Diretoria de Estudos Sociais – Disoc, 2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/Destaques/livroradar/introdução.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2009.
- KIRKWOOD, T. Mechanisms of ageing. In : EBRAHIM, S. e KALACHE, A. (orgs.). **Epidemiology in old age.** Londres: BMJ Publishing Group, 1996.
- LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. **Sociologie de l'action publique.** Paris, Armando Colin, 2007.

LOPES, Andrea. Velhice, heterogeneidade e a dança dos esquisitos. In: VON SIMON, Olga. R. M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Orgs.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP : Editora Alínea, 2006.

MAGALHÃES, D. N. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro : Editora Papagaio, 1989.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARSHALL, T.H. **Cidadania e classe social**. 2º ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

MARTINS, Humberto Falcão. Gestão de recursos públicos: orientação para resultados e accountability. **Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado**, Salvador, No. 3 : 1-15, Set./Out./Nov. 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-3-SETEMBRO-2005-HUMBERTO MARTINS.pdf>> Acesso em: 02 jan. 2010.

MELO, Magnólia M. da R., **Políticas públicas para a terceira idade: uma avaliação do programa idoso cidadão da Prefeitura Municipal de Mossoró-RN**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2004.

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madri: Ariel, 1992.

MINTZBERG, Henry; JORGENSEN, Jan. **Uma estratégia emergente para La política pública**. *Gestion y Política Publica*, México, IV, n.1, p.25-46, 1995.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. Collection Que Sais-je ?. Paris : Presses Universitaires de France, 1990.

NÉRI, A. L. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressa no Estatuto do Idoso. SESC-SP, São Paulo: **Revista A Terceira Idade**, v. 16, n. 34, p. 7-24, 2005.

\_\_\_\_\_. Feminização da velhice. In.: NERI, A. L.(Org.) **Idosos no Brasil : vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, 2007.

\_\_\_\_\_. Atitudes e crenças sobre a velhice: análise de conteúdo de textos do jornal O Estado de São Paulo publicados entre 1995-2002. In.: VON SIMSON, O. R. de M, NERI, A. L., CACHIONI, Meire. **As múltiplas faces da velhice no Brasil (Orgs.)**. 2ed. Campinas-SP : Editora Alínea, 2006.

NUNES, Edson., **Modernização, Desenvolvimento e Serviço Público: Notas sobre a Reforma Administrativa no Brasil**. IPEA, São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, M. da G. O. **Cabelos brancos e fios de prata : as significações das experiências de lazer nos grupos de convivência para idosos em Campina Grande**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campina Grande, 2005.

OLIVEIRA, F. E. B. de.;BELTRÃO, K. I.; GUERRA, M. F. **Reforma da previdência**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 508).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **A saúde no Brasil**. Brasília, 2001.

PARSONS, W. **Políticas públicas – uma introducción a la teoria y la práctica del análisis de políticas públicas**. México : FLASCO, 2007.

PASCHOAL, S. M. P. Epidemiologia do envelhecimento. In.: NETTO, M. P. (org.). **Gerontologia : a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002.

PASINATO, M. T. M. **Reforma do sistema previdenciário brasileiro: a previdência complementar e o papel do estado**. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. FGV: Ebape, 2001

PEREIRA, Potyara A. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In.: **Capacitação em serviço social e política social : módulo 1 – Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

RADUNZ, R. A formação do cidadão brasileiro. In.: GIRON, L. S. (Org.) **Refletindo a cidadania – Estado e sociedade no Brasil**. 7ed. Caxias do Sul : EDUCS, 2000.

ROESCH, Sylvia M. A.. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Geraldine A.; LOPES, A.; NERI, Anita L. Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social de idosos. In.: NERI, Anita L. (Org.) **Idosos no Brasil : vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, 2007.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In.: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI (Orgs.) **Políticas públicas – coletânea, volume 1**. Brasília: ENAP, 2006.

SELLTIZ, Claire et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, Anna C. A. P. da . **A proteção às pessoas idosas no sistema interamericano de direitos humanos**. Estudos. Interdisciplinares sobre o envelhecimento. Porto Alegre, v. 12, p. 97-109, 2007.

SILVA, Gidyenne C. B. **Avaliação da política de segurança alimentar implementada através dos Restaurantes Populares do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2008.

SIMÕES, Regina. **Corporeidade e terceira idade: a marginalização do corpo do idoso**. Piracicaba: Unimep, 1994.

SOUKI, L. G. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. **Revista de Ciências Sociais – Civitas**, jan-jun, vol.6, n.01, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, PP.39-58, 2006.

SOUZA, Andreia B. G. de. **O perfil dos usuários que frequentam o centro municipal de convivência do idoso de Campina Grande**. Monografia do curso de Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Campina Grande, 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas : uma revisão da literatura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS - Sociologias no.16. Porto Alegre : jul/dez, 2006.

SOUZA, M. de L. F. de. **O homem sujeito: educação para a vida na maturidade**. Dissertação de Mestrado. CCE. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1996.

SPOSATI, A. de O., BONETTI, D. A., YASBEK, M. C., FALCÃO, M. C. B. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. 10ed. São Paulo : Cortez, 2008.

SUBIRATS, Joan. **Análises de políticas públicas y eficacia de la administración**. Madrid: Ministério para las Administraciones Públicas, 1994.

TIVERON, Regina M. **A terapia ocupacional no campo da gerontologia: uma contribuição para revisão de projetos de vida**. Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2008.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UIRONA, J. L.; HAKKERT, R. **Legislación social sobre adultos mayores em America Latina y el Caribe**, UNFPA, 2001.

UNESCO. **Uma abordagem estratégica: VIH e SIDA e educação**. Paris : Unesco, 2009.

VERAS R. P. **País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1994.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Liszt. Cidadania global e estado nacional. **Revista de Ciências Sociais**, v.42, n.3, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os Argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização** Rio de Janeiro : Record, 2001

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3º ed. Porto Alegre : Bookman, 2005

WONG, L. L. R; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil : sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v.23, n.1, p. 5-26, jan/jun. 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Active aging – a policy framework**. Noncommunicable Disease Prevention and Health Promotion Department, Aging and the Life Course, 2002.



## APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA ESCLARECIMENTO AOS ENTREVISTADOS

Estamos realizando uma pesquisa para atender a estudo destinado à dissertação do Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A finalidade da pesquisa é avaliar na percepção dos usuários, como as ações do Programa Conviver no município de Campina Grande/PB, contribuem para o exercício de sua cidadania.

Cabe esclarecer que o caráter é estritamente acadêmico e que não serão divulgados os nomes dos entrevistados. Desta forma, solicitamos a sua contribuição respondendo as questões subjetivas a seguir.

Antecipadamente agradecemos sua colaboração.

Robson Oliveira Marques  
Mestrando em Administração

Objetivo 1 : Identificar na percepção dos usuários, como as ações do Programa Conviver no município de Campina Grande-PB, contribuem para o exercício de seus direitos políticos.

*Quais são as atividades do Programa Conviver que o Sr.(a) conhece?*

*Quais dessas atividades o Sr.(a) já participou?*

*O Sr.(o) sabe quem são as pessoas que estão à frente do programa?*

*O Sr.(o) conhece essas pessoas?*

*O Sr.(a) já participou de alguma reunião desse grupo de pessoas?*

*Caso o idoso responda negativamente:*

*Por que o Sr.(a) não participou?*

*O que o Sr.(a) conhece sobre esse grupo?*

*O Sr.(a) sabe como são escolhidos os participantes desse grupo?*

*Se, por acaso, o Sr.(o) desejasse participar desse grupo, acha que poderia?*

*O Sr.(a) gostaria de poder participar desse grupo dando sugestões ? Isso já aconteceu alguma vez ?*

*Caso o idoso responda afirmativamente:*

*Como foi a participação do Sr.(a) nesse grupo?*

*O que o Sr.(a) acha do grupo de pessoas que estão a frente do programa?*

*Como são escolhidos os participantes do grupo?*

*O Sr.(a) sabe em quais dias da semana esse grupo se reúne?*

*O Sr.(a) já participou de alguma dessas reuniões?*

*O Sr.(o) sabe porque eles se reúnem?*

*O Sr.(a) ainda vota nas eleições (municipais, estaduais ou federais)?*

*Se responder negativamente:*

*Qual foi a última vez/ último ano que o Sr.(a) votou?*

*Por que deixou de votar? (analisa a motivação que existia e parou de existir)*

*Na opinião do Sr.(a), qual é a importância do voto? (questionamento para os que votam e os que não votam, investiga a percepção desses idosos quanto ao voto)*

*O Sr.(o) acha que o voto é importante mesmo na velhice? (analisa a percepção do voto, sua importância ou não mesmo sendo facultativo)*

*Se responder afirmativamente:*

*O Sr.(o) ainda se lembra em quem votou nas últimas eleições municipais? (analisa a qualidade da participação desse eleitor ainda em atividade)*

*O que motivou/ incentivou o Sr.(o) a continuar votando mesmo após a terceira idade?*

*Na opinião do Sr.(a), qual é a importância do voto?*

*O Sr.(o) acha que o voto é importante mesmo na velhice?*

*O Sr.(a) participa de algum partido político, conselho, sindicato ou ONG? Qual (ais)?*

*Se responder afirmativamente:*

*O que motivou/ incentivou o Sr.(a) a participar de um partido/outro?*

*Qual foi a importância para a sua vida de participar de um partido/outro?*

*O Sr.(o) fez parte de algum partido político, conselho, sindicato ou ONG na sua juventude?*

*Se responder afirmativamente:*

*Como foi essa experiência?*

*Por que deixou de participar?*

*O Programa Conviver incentiva ou já incentivou de alguma forma a participação do Sr.(a) nas eleições ou na participação em partidos, sindicatos, etc? Como?*

**Objetivo 2 : Identificar na percepção dos usuários, como as ações do Programa Conviver no município de Campina Grande-PB, contribuem para o exercício de seus direitos civis.**

*O Sr.(a) já participou de alguma palestra do Programa? O que o Sr.(a) lembra dessa(s) palestra(s)?*

*O Sr.(a) conhece alguma lei ou política que garantam os direitos dos idosos? Quais? (ex: a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso). Onde o Sr.(o) tomou conhecimento sobre essas leis? (ex: no Programa Conviver, na televisão, nos jornais)*

*O Sr.(a) já participou de algum trabalho voluntário?*

*- Caso responda afirmativamente:*

*Como era esse trabalho?*

*Esse trabalho estava ligado ao Programa Conviver?*

*O Sr.(a) conhece outros grupos ou Programas sociais além do Programa Conviver?*

*Já participou de algum deles?*

*Caso responda afirmativamente:*

*O Sr.(o) conheceu esse grupo através do Programa Conviver?*

*O que o Sr.(o) achou dessa experiência?*

*Quais desses documentos o Sr.(a) possui?*

- Certidão de Nascimento
- Identidade (RG)
- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

( ) Título de eleitor

( ) Outros Qual? \_\_\_\_\_

*Quais desses documentos foram conseguidos a partir do Programa Conviver?*

*Objetivo 3 : Identificar na percepção dos usuários, como as ações do Programa Conviver no município de Campina Grande-PB, contribuem para o exercício de seus direitos sociais.*

*Quais as informações sobre saúde e cuidados que o Sr.(o) já recebeu no Programa Conviver?*

*A sua família tem cuidado com a dengue ou com outras doenças? Onde receberam essas informações?*

*- Caso a informação não tenha partido do Programa Conviver:*

*O Sr.(a) já recebeu alguma orientação sobre saúde e cuidados, como essa, do Programa Conviver?*

*O Sr.(o) sabe dizer se existe alguma atividade do Programa de alfabetização ou reforço escolar?*

*O Sr.(a) já participou de alguma dessas atividades? O que achou da experiência?*

## QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

1. **Idade:** \_\_\_\_\_ anos

2. **Sexo:** ( ) Feminino ( ) Masculino

3. **Estado Civil:** ( ) Solteiro  
( ) Casado  
( ) Convive matrimonialmente  
( ) Outro: \_\_\_\_\_

**4. Números de Moradores no domicílio:**

- 1. Até 2 ( )
- 2. de 3 a 5 ( )
- 3. de 5 a 8 ( )
- 4. mais de 8 ( )

Mora com: \_\_\_\_\_

5. **Condições da moradia:** ( ) Própria (*do usuário?* ( ) Sim ( ) Não)  
( ) Alugada  
( ) Cedida  
( ) Outro: \_\_\_\_\_

**6. Escolaridade:**

- 1. Iltrado ( )
- 2. Fundamental I incompleto ( )
- 3. Fundamental I completo ( )
- 4. Fundamental II incompleto ( )
- 5. Fundamental II completo ( )
- 6. Superior incompleto ( )
- 7. Superior completo ( )
- 8. Outros ( )

7. **Ocupação/ Profissão ATUAL:** \_\_\_\_\_

8. **Ocupação/ Profissão ANTERIOR:** \_\_\_\_\_

9. **Há quanto tempo o Sr.(a) participa do Programa Conviver?**

10. **O que levou o Sr.(a) a participar desse Programa?**

11. **Por onde/ por quem o Sr.(a) conheceu o Programa Conviver?**